

RELATÓRIO ANUAL | 2017

CIMPOR

uma empresa  **InterCement**

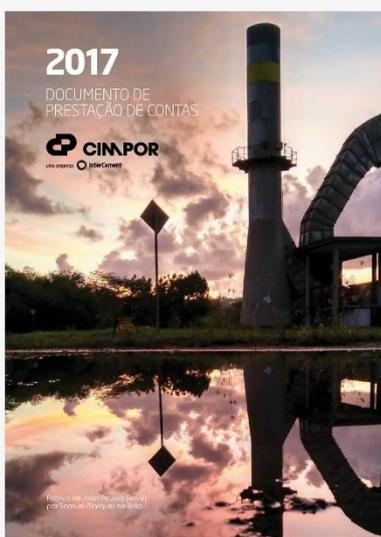


Construindo parcerias sustentáveis



03

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**



61

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

175

**RELATÓRIO E PARECER DA
COMISSÃO DE AUDITORIA**

178

**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DAS CONTAS**

2017 | RELATÓRIO DE GESTÃO

CINPOR

uma empresa  InterCement



Conteúdos

1.	Destaques de 2017	6
2.	Uma Visão Geral da Cimpor.....	12
2.1	Missão e Valores	13
3.	Desempenho em 2017	15
3.1	Globalmente	15
3.2	2017: um ano desafiante que preparou um caminho mais favorável para 2018	15
3.3	Resultados Financeiros Consolidados.....	15
3.4	Desempenho por País	20
4.	Estrutura de Financiamento	29
4.1	Melhoria da Estrutura de Financiamento	29
4.2	Plano de Gestão de Passivos.....	29
5.	Recursos humanos	33
6.	Sustentabilidade.....	35
6.1	Segurança.....	35
6.2	Inovação e Investigação & Desenvolvimento.....	35
6.3	Responsabilidade Ambiental	36
6.4	Responsabilidade Social	37
7.	Governança.....	40
7.1	Compliance	40
7.2	Gestão de Risco	41
7.3	Estrutura Corporativa.....	42
8.	Perspetivas	45
9.	Ação Cimpor	53
10.	Notas Subsequentes	55
11.	Proposta de Aplicação de Resultados	57
12.	Outras Informações Societárias.....	59
12.1	Lista dos Titulares de Participações Qualificadas ¹	59
12.2	Informações Exigidas por Diplomas Legais	59



1 DESTAQUES DE 2017

1. Destaques de 2017

Em 2017 a Cimpor implementou um Plano de Capitalização e redução pronunciada do seu nível de alavancagem financeira. Em outubro a companhia beneficiou do sucesso da Oferta Pública Inicial (IPO) da Loma Negra, através do qual levantou 876 milhões de euros e, já em dezembro, não se tendo verificado as condições necessárias para a avançar com um projeto de aumento de capital, a companhia beneficiou da disponibilidade do seu acionista controlador (InterCement Austria Holding, GmbH) para realizar prestações acessórias, sujeitas ao regime de prestações suplementares no valor de 700 milhões de euros (“prestações acessórias”).

Assim a 31 de dezembro de 2017, apresentava um capital próprio no valor de 642 milhões de euros – contrastando com a posição negativa de 409 milhões de euros no final de 2016 – a par de uma substancial redução do seu nível alavancagem financeira. Esta situação viria ainda a permitir o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas visando uma melhoria do perfil de financiamento da Cimpor.

Paralelamente, os bons resultados da Argentina, Paraguai, Portugal e África do Sul, mitigaram o impacto das condições adversas nas demais geografias.

Acresce, por último, que as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cimpor de 2017 ilustram a conclusão do Programa Extraordinário de Ajustamentos, um conjunto de iniciativas de profunda revisão e avaliação do património e responsabilidades da companhia visando um aprimoramento da sistematização da informação espelhada no balanço, própria ao início do novo ciclo de desenvolvimento que se abre em 2018.

PRINCIPAIS NÚMEROS			
	Jan - Dez		
	2017	2016	var.
Vendas de Cimento e Clínquer (mil ton)	24.115	24.058	0,2%
Volume de Negócios (milhões de €)	1.885	1.843	2,3%
EBITDA (milhões de €)	299	353	-15,1%
Fluxo Caixa p/ Empresa (milhões €)	1.089	-94	n.m.
Dívida Líquida a Dez. (milhões €)	1.610	3.381	-52,4%

Construindo
parcerias
sustentáveis

Conclusão do Plano de Capitalização

Não se tendo verificado as condições suficientes para a persecução de um projeto de aumento de capital, o Plano de Capitalização da Cimpor acabou por se materializar, em dezembro de 2017, em especial pelo IPO da Loma Negra, que abaixo se descreve, a par da aceitação da disponibilidade do acionista controlador (InterCement Austria Holding, GmbH) para a realização de prestações acessórias, no montante de 700 milhões de euros. Através destas, o Capital Próprio da Cimpor evoluiu de um valor negativo de 409 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016 para 642 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2017.

A ratificação da aceitação de prestações acessórias será proposta pelo Conselho de Administração da Companhia à sua Assembleia Geral Anual de 2018.

O Sucesso do IPO da Loma Negra

A Oferta Pública Inicial (“IPO”) da Loma Negra, a principal fabricante de cimento líder na Argentina e integrante do portfólio da Cimpor desde 2012, representou um marco nos mercados internacionais e um importante passo na estratégia de desalavancagem e fortalecimento do capital próprio da Cimpor. O IPO da Loma Negra realizou-se na NYSE (New York Stock Exchange) e na BYMA (Bolsa y Mercados Argentinos), no fim do mês de outubro, e registou uma procura onze vezes superior ao volume oferecido. Este foi o maior IPO na história recente da indústria do cimento e o segundo maior na Argentina – 48,4% do capital da Loma Negra entrou para o mercado pelo montante de 1.097 milhões de dólares.

Esta operação é parte integrante do programa estratégico para o fortalecimento da estrutura de capital da Cimpor, que em conjunto com outras iniciativas, incluiu a alienação de participações minoritárias em empresas de carácter operacional controladas pela companhia.

Conclusão do Processo de Alienação de Ativos Energéticos

Em maio de 2017, a Cimpor assinou um contrato para vender parte da sua participação na Central Hidroelétrica de Estreito por 290 milhões de reais brasileiros (aproximadamente 78 milhões de euros).



Construindo
parcerias
sustentáveis

Esta transação surge na sequência de outras semelhantes, que se realizaram em anos anteriores – Barra Grande (BAESA) e Machadinho (MAESA) -, concluindo, desta maneira, o processo de alienação de ativos energéticos no contexto do programa estratégico de fortalecimento da estrutura de capital da Cimpor.

Objetivos Estruturais de Financiamento alcançados

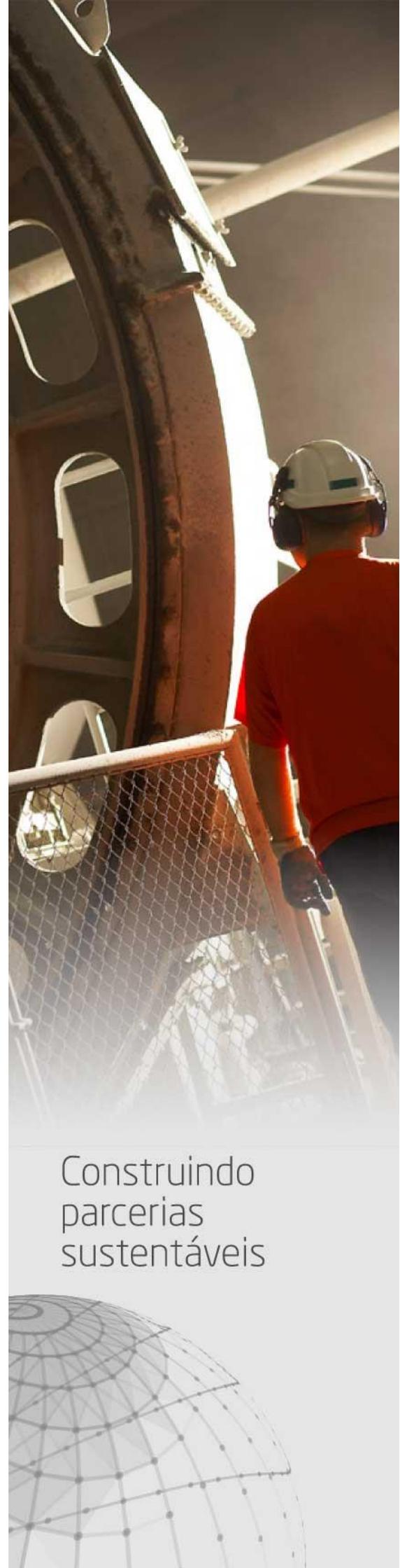
A Cimpor atingiu as metas propostas para o final de 2017. Os objetivos de desalavancagem subsequentes ao alargamento do portfólio de ativos que ocorreu em 2012, gorados pelo desempenho do mercado brasileiro e pelas tendências adversas da evolução da taxa de câmbio, foram atingidos através da combinação estratégica de uma maior eficiência, disciplina no investimento, monetização de ativos não estratégicos, alienação de participações minoritárias e realização de prestações acessórias por parte do acionista controlador (InterCement Austria Holding, GmbH).

As iniciativas acima vieram também permitir a implementação de um programa de ajustamento do perfil de financiamento, do qual resulta já no 1º trimestre de 2018 um alargamento de maturidades traduzido numa maturidade média de 3,6 anos.

Conclusão do Programa Extraordinário de Ajustamentos

O denominado Programa Extraordinário de Ajustamentos envolveu uma reavaliação por parte da Administração de algumas orientações estratégicas, traduzindo-se em várias ações concluídas até ao final de 2017, visando a adequação do Balanço da Cimpor aos recentes desenvolvimentos da sua realidade, estabelecendo-se as bases necessárias para lidar com os desafios próprios do novo ciclo de desenvolvimento que se abre para a companhia.

Este programa materializou-se no registo de imparidades em ativos fixos – no valor de 225 milhões de euros no Egipto (3 milhões de euros) e no Brasil (221 milhões de euros, na maioria registrados no primeiro semestre) - imparidades em contas a receber, provisões para contingências, write off's e write downs – principalmente em stocks – e outras transações *one-off* essencialmente relacionadas com indemnizações por reestruturação.



Construindo
parcerias
sustentáveis

Estas medidas foram adotadas com o objetivo de ajustar os ativos líquidos e direitos da Cimpor à atual realidade, na sequência de efeitos exógenos desfavoráveis recentemente observados e do consequente ajustamento das perspectivas da Administração.

Este programa teve um efeito *one-off* de 321 milhões de euros na Demonstração de Resultados, dos quais 64 milhões de euros afetando diretamente EBITDA.

Excluindo os referidos efeitos o EBITDA consolidado de 299 milhões de euros teria ascendido a um EBITDA Ajustado¹ de 364 milhões de euros.

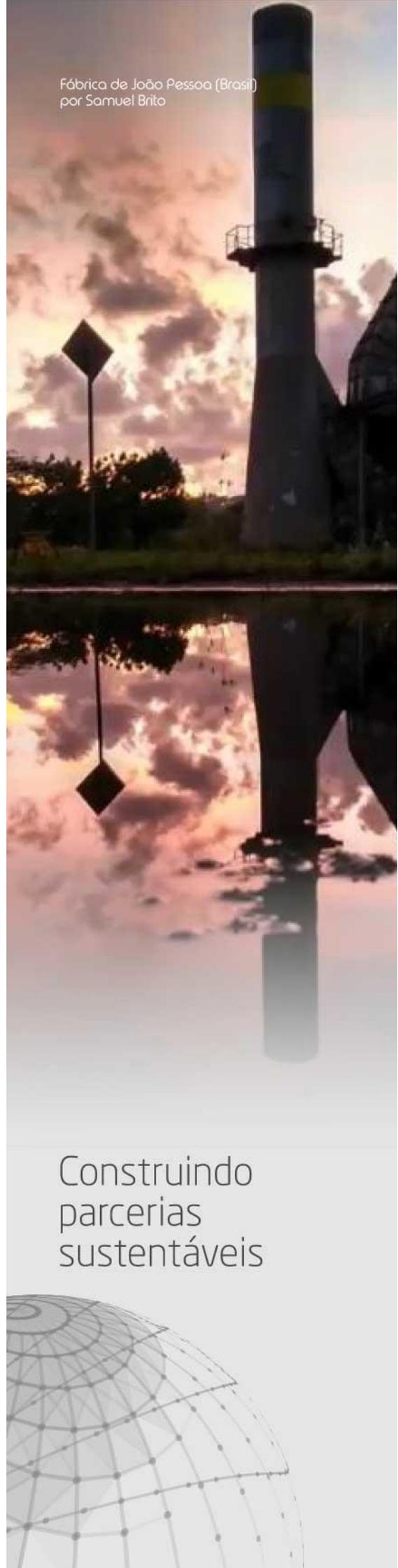
PROGRAMA EXTRAORDINÁRIO DE AJUSTAMENTOS		
(Milhões de Euros)	Impacto Total	Impacto em EBITDA
Imparidades em ativos não correntes	225	0
Imparidades em contas a receber	13	13
Write off / Write down em ativos correntes	31	31
Indeminizações e transações <i>one-off</i>	6	6
Provisões	46	15
Total do Programa	321	64

Desafios Operacionais

Em termos operacionais, a performance da Loma Negra na Argentina merece ser destacada. Impulsionada pelo atual momento de mercado, a empresa mostrou um aumento significativo de 29% do EBITDA, nos negócios no mercado argentino e um aumento de 3.9 p.p na margem EBITDA no Paraguai, que se manteve acima dos 40%. No Brasil, destacaram-se os esforços operacionais e logísticos para conter o impacto da diminuição da procura e o lançamento de uma nova política comercial que visa uma maior assertividade nas relações com clientes.

Em África, a expansão do portfólio de clientes na Africa do Sul permitiu que a quota de mercado atingisse um recorde, enquanto no Egito os esforços comerciais permitiram que a Ameryah mitigasse o impacto ao nível do consumo local decorrente dos ajustes macroeconómicos. Por fim, em Moçambique, deve ser destacada a persistência da operação local

¹ EBITDA Ajustado exclui os efeitos *one-off* do EBITDA.



Construindo
parcerias
sustentáveis

perante as circunstâncias adversas que, em termos consolidados, foi parcialmente compensada devido à valorização da moeda local.

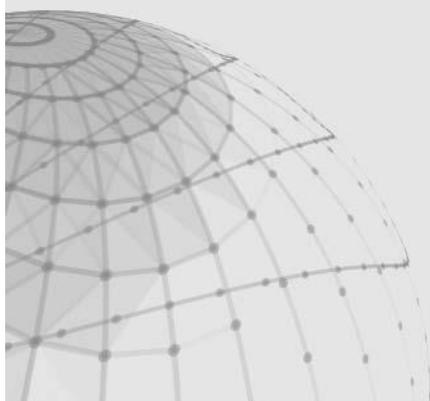
Perda de Qualidade de Sociedade Aberta

A 26 de setembro de 2017 a Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (“CMVM”) deferiu a perda da qualidade de sociedade aberta da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.. No âmbito deste processo a acionista InterCement Austria Holding GmbH emitiu uma ordem de compra de um máximo de 29.907.603 ações representativas do capital social da Cimpor, pelo preço unitário de 0,340 euros por ação durante o prazo de três meses.

Na sequência deste processo, as ações da Cimpor foram excluídas de negociação no mercado regulamentado Euronext.

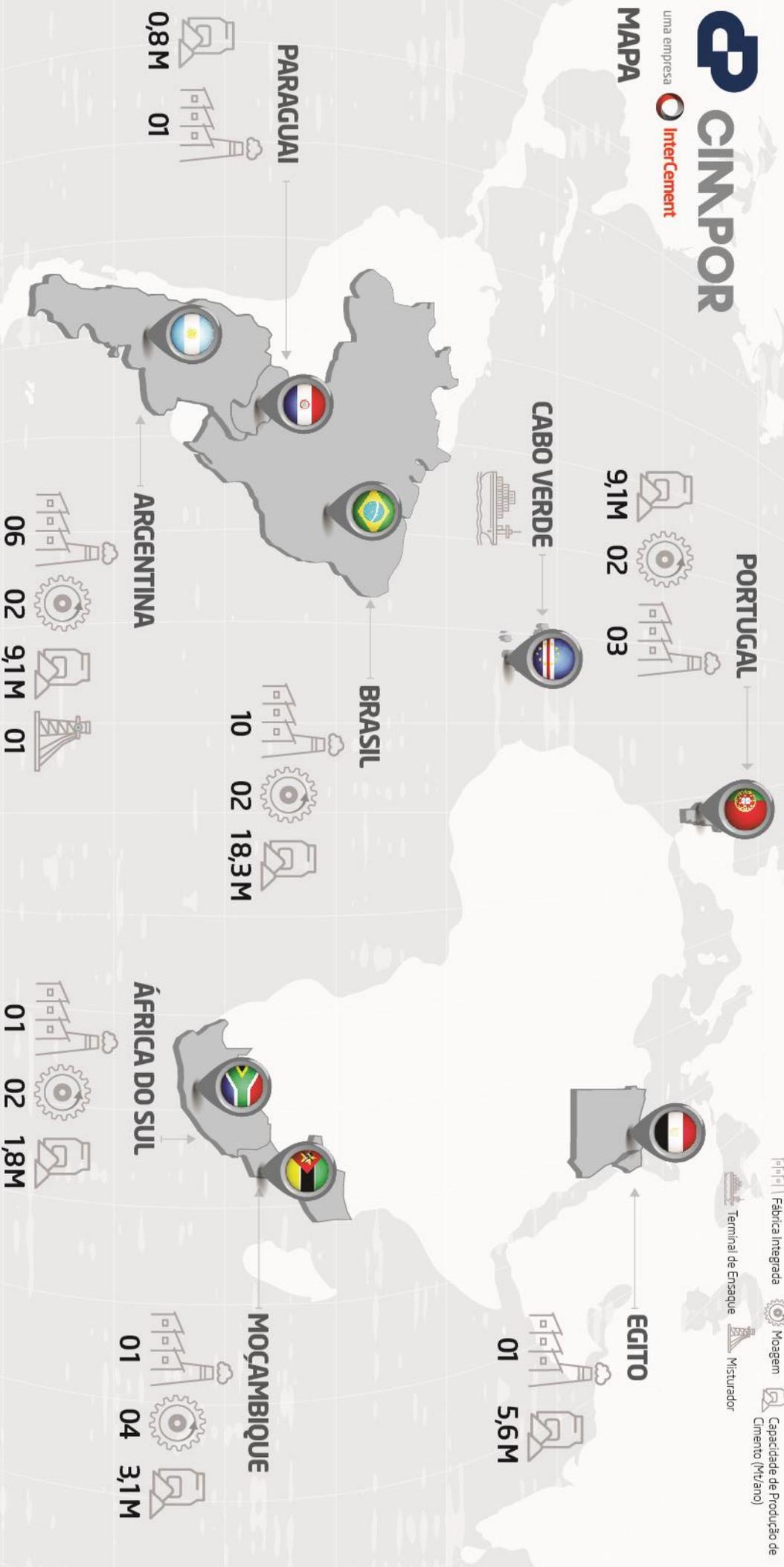


Construindo
parcerias
sustentáveis





2 UMA VISÃO GERAL DA CIMPOR



2. Uma Visão Geral da Cimpor

A Cimpor está entre as dez maiores produtoras internacionais de cimento (de acordo com a capacidade instalada), com 47,4 milhões de toneladas de capacidade e 40 unidades de produção de cimento, localizadas na América Latina, Europa e África.

A Cimpor tem como seu acionista maioritário a InterCement Austria Holding GmbH, a qual é por sua vez detida pela InterCement Participações, S.A., uma empresa privada, com sede na cidade de São Paulo, no Brasil. A Cimpor através das suas subsidiárias é líder no mercado do cimento em Portugal, Argentina, Moçambique e Cabo Verde, o segundo maior player do setor no Brasil e no Paraguai e é ainda detentora de uma posição de liderança regional na África do Sul e Egito. A empresa figura atualmente entre as maiores comerciantes de cimento do mundo.

A Cimpor produz e distribui cimento, cimento para alvenaria, agregados, betão e cal para os distribuidores B2C, produtores de cimento e ainda clientes industriais, entre outros. Além disso, a empresa produz ainda todos os sacos de papel adaptados para os seus produtos.

2.1 Missão e Valores

O conjunto formado por Missão, Visão, Valores, Tagline e as Atitudes InterCement, adotadas pela Cimpor, uma empresa InterCement, logo desde o primeiro momento, segue as tomadas de decisão destinadas a garantir a perenidade do negócio.

Missão

Crescer e desenvolver-se em conjunto com clientes, colaboradores, fornecedores, acionistas e comunidades, direcionados por inovação, sustentabilidade e excelência operacional.

Visão

Diferenciar-se junto dos clientes pelo nível de parceria e serviços estando sempre entre as dez maiores e as cinco mais sólidas e rentáveis empresas internacionais do setor.

Abordagem de Negócio

A empresa está focada em alcançar um crescimento constante e sustentável, mantendo custos competitivos e construindo oportunidades de crescimento competitivas, a fim de manter e melhorar a posição nos mercados de cimento nos quais opera.

Além disso, a Cimpor tem vindo a reforçar o seu Balanço, com o objetivo de melhorar a abordagem futura da empresa para possíveis oportunidades de desenvolvimento.

10

ATITUDES INTERCEMENT



**PENSE E ATUE EM
SEGURANÇA**



**CONSTRUA PARCERIAS
SUSTENTÁVEIS**



**CONSIDERE SEMPRE
O CLIENTE**



**COMPROMETA-SE
COM OS RESULTADOS**



**LIDERE PELO
EXEMPLO**



FORTALEÇA A EQUIPE



**TENHA UMA POSTURA
INOVADORA**



OTIMIZE PROCESSOS



**EXERÇA INFLUÊNCIA
POSITIVA**



**DESAFIE-SE
PERMANENTEMENTE**





3

DESEMPENHO EM 2017

3. Desempenho em 2017

3.1 Globalmente

2017 foi um ano marcado por inúmeros acontecimentos a nível mundial, incluindo desastres naturais, tensões geopolíticas e divisões políticas em diversos países. Ainda assim, numa perspetiva económica, 2017 foi um ano de destaque, com o PIB mundial a acelerar, na ascensão cíclica mais generalizada desde o início da década.

3.2 2017: um ano desafiante que preparou um caminho mais favorável para 2018

As estatísticas atuais revelam que 2017 apresentou um crescimento económico nas regiões geográficas em que a Cimpor opera, numa tendência clara de recuperação, relativamente à presenciada em 2016. O contexto na Argentina, Paraguai, Portugal ou África do Sul foram claramente benéficos para as operações de cimento. No entanto, o Brasil, Moçambique e Egipto continuaram a enfrentar importantes desafios no setor político e económico. Através do seu portfólio equilibrado, a Cimpor conseguiu ultrapassar alguns retrocessos e mitigar impactos adversos, estimulando soluções para o aumento da eficiência e fortalecimento da sua capacidade de beneficiar do cenário mais favorável, esperado para 2018.

3.3 Resultados Financeiros Consolidados

Em 2017 assistiu-se a uma evolução favorável do capital próprio e do processo de desalavancagem da Companhia, potenciados entre outros aspetos pelas prestações acessórias pelo acionista controlador (InterCement Austria Holding, GmbH), pelo IPO da Loma Negra (Argentina) e pela alienação da uma participação da Hidreletrica Estreito (Brasil).

As iniciativas acima permitiram, subseqüentemente, a execução do plano de gestão de passivos (“liability management”), ou seja de aprimoramento do perfil de endividamento da companhia, cujos efeitos já são patentes em 2018.



Paralelamente o Balanço da companhia ilustrava em 31 de dezembro de 2017, a conclusão do Programa Extraordinário de Ajustamentos, que veio, por contrapartida, a impactar na Demonstração de Resultados em 321 milhões de euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
(Milhões de Euros)	Janeiro - Dezembro		
	2017	2016	var %
Volume de Negócios	1.884,5	1.842,8	2,3%
Cash Costs Operacionais Liq.	1.585,1	1.490,2	6,4%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	299,4	352,6	-15,1%
Amortizações, Provisões e Imparidades	426,6	781,5	-45,4%
Resultados Operacionais (EBIT)	-127,2	-428,9	-70,3%
Resultados Financeiros	-180,4	-370,7	-51,3%
Resultados Antes de Impostos	-307,6	-799,6	-61,5%
Impostos sobre o Rendimento	131,7	-13,6	s.s.
Resultado Líquido	-439,3	-785,9	-44,1%
Atribuível a:			
Detentores de Capital	-490,3	-787,6	-37,8%
Interesses não Controlados	51,0	1,7	s.s.

Em termos operacionais, por um lado, Argentina, Paraguai, Portugal e África do Sul apresentaram um claro crescimento no Volume de Negócio, EBITDA e Fluxo de Caixa. Por outro, o ambiente económico do Brasil, o Egito e Moçambique contraíram a performance da empresa e os seus resultados financeiros, afetando os ganhos obtidos no restante portefólio.

Em 2017, as Vendas de Cimento e de Clínquer atingiram as 24 milhões de toneladas, alinhadas com o número observado em 2016. A desaceleração dos mercados brasileiros e moçambicanos devido às condições macroeconómicas foram compensadas pela performance da Argentina e de Portugal, onde a Cimpor beneficiou de condições de mercado favoráveis.

Os desafios enfrentados pela empresa no passado recente a levaram a um nível de eficiência mais alto e a procurar inovações em produtos, em recursos industriais e de produção, bem como nas diversas estratégias comerciais e de gestão implementadas. Apesar de manter as Vendas de Cimento e Clínquer ao mesmo nível do ano anterior, o incremento de 9,5% no preço médio de venda do cimento permitiu um aumento de 2,3% no Volume de Negócios, atingindo 1,9 mil milhões de euros.

Apesar do desempenho na Argentina, Paraguai, Portugal e África do Sul, em 2017, o EBITDA de 299 milhões de euros também refletiu o

Construindo
parcerias
sustentáveis

abrandamento do mercado no Brasil, a depreciação da libra egípcia e ao aumento dos custos de energia e combustíveis. Adicionalmente, o Programa Extraordinário de Ajustamentos distorceu o EBITDA, com efeitos que totalizaram o montante de 64 milhões de euros, entre os quais imparidades em contas a receber, provisões para contingências, abates e desvalorizações – principalmente em stocks – e transações *one-off* essencialmente relacionadas com indemnizações por reestruturação. Excluindo os efeitos do Programa Extraordinário de Ajustamentos o EBITDA Ajustado ascende a 364 milhões de euros, 9,1% abaixo de 2016, com uma margem de 19,3%.

Abaixo do EBITDA os efeitos do Programa Extraordinário de Ajustamentos somaram 262 milhões de euros, dos quais se identificam:

- 225 milhões de euros – principalmente relacionados com imparidades em ativos no Brasil e Egito.
- 32 milhões de euros – de aumento em provisões para contingências fiscais e financeiras e por impostos.

As amortizações, provisões e imparidades de 427 milhões de euros são comparáveis aos 781 milhões de euros registados em 2016. Esses números sofreram o forte impacto dos registos de imparidades de 2017 e 2016. A imparidade em ativos, registada em 2017 no Brasil, de 234 milhões de euros está principalmente relacionada com os ativos alocados em projetos de aumento de capacidade que, no atual cenário de atraso de recuperação do mercado cimenteiro brasileiro, não têm bases de curto prazo para prosseguir. No futuro a imparidade registada em 2017, sendo uma imparidade sobre ativos fixos tangíveis, pode ser revertida se e quando as premissas de lucratividade mudarem. Em 2016, a Cimpor registou imparidades no goodwill, também relativas ao Brasil, no montante de 584 milhões de euros.

Os resultados financeiros beneficiaram da depreciação do dólar norte-americano, que impactou a dívida na sequência da operação de liquidação de derivados em dólares/euros concluída no segundo trimestre de 2017.

A rubrica de Impostos sobre o Rendimento evidencia um ajuste relativo a impostos diferidos registado no Brasil no quarto trimestre.



Construindo
parcerias
sustentáveis

Assim, o Resultado Líquido apresentou uma recuperação de 44% em relação ao valor de 2016, somando um prejuízo de 439 milhões de euros, e um Prejuízo Líquido atribuível a acionistas de 490 milhões de euros.

MAPA DE GERAÇÃO DE CAIXA		
(Milhões de Euros)	Jan-Dez	
	2017	2016
EBITDA Ajustado	364	400
Fundo de Maneio	72	-92
Outros	-79	-81
Atividades Operacionais	357	228
Juros Pagos e Desarme de Derivados	-41	-258
Impostos Pagos	-51	-38
Fluxo de Cx antes de investimentos	265	-68
CAPEX	-146	-117
Vendas de Ativos / Outros	970	91
Fluxo de Cx para a empresa	1.089	-94
Novos empréstimos	298	238
Pagamento de empréstimos	-1.416	-290
Prestações Acessórias	700	0
Outras Atividades de Financiam. e Investim.	-30	-20
Alterações em caixa e equiv. de caixa	641	-166
Diferenças de câmbio	-74	-14
Caixa e equiv. de cx, final do período	1.094	527

As atividades operacionais de 357 milhões de euros beneficiaram, em grande parte, de um impacto positivo na Variação de Fundo de Maneio a par das iniciativas extraordinárias adotadas além do programa de melhoria de Fundo de Maneio da Cimpor, iniciado em 2015. Essencialmente estas iniciativas, adotadas no 4º trimestre, contemplaram a venda de créditos das operações de Portugal, Brasil e Trading e melhoria de gestão de inventários.

Juros Pagos e Desarme de Derivativos contemplam o efeito de caixa e equivalentes de caixa de 209 milhões de euros (cerca de 223 milhões de dólares) da Liquidação de Derivados concluída no segundo trimestre.

No que respeita às atividades de investimento, o CAPEX de 2017, focado principalmente nos upgrades para eficiência energética e requisitos ambientais, foi superior em 29 milhões de euros em relação a 2016. As Vendas de Ativos e Outros em 2017 incluem em primeira mão a venda de uma participação minoritária na Loma Negra (IPO), que gerou recursos líquidos no montante de 876 milhões de euros mas também a venda de uma parte da participação da Cimpor na Hidroelétrica de Estreito por cerca

Construindo
parcerias
sustentáveis

de 78 milhões de euros. Em 2016, os fluxos associados às de Vendas de Ativos e Outros refletem a venda de uma parte da participação na Hidroelétrica de Machadinho e duas embarcações por cerca de 90 milhões de euros.

O Fluxo de Caixa disponível no montante de 1.089 milhões de euros, associado às prestações acessórias pelo acionista controlador (InterCement Austria Holding, GmbH) permitiram o pagamento de responsabilidades financeiras superior a 1.400 milhões de euros.

O reforço de Caixa e Equivalentes de Caixa no final do período para 1.094 milhões de euros, compara com 527 milhões de euros registados do final de 2016. Os recursos secundários captados com o IPO da Loma Negra permitiram o pré-pagamento e refinanciamento de dívida, reequilibrando a curva das maturidades da dívida e expandido a maturidade média.

SÍNTESE DO BALANÇO CONSOLIDADO			
(Milhões de Euros)	31 dez 2017	31 dez 2016	Var. %
Ativo			
Ativos não Correntes	2.719	3.723	-27,0%
Ativos Correntes			
Caixa, Bancos e Títulos Negociáveis	1.157	576	100,8%
Outros Ativos Correntes	523	678	-22,9%
Total do Ativo	4.398	4.977	-11,6%
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	458	(446)	s.s.
Interesses sem Controlo	184	37	401,9%
Total Capital Próprio	642	(409)	s.s.
Passivos não Correntes			
Empréstimos	2.140	3.132	-31,7%
Provisões e Benefícios Pós-Emprego	136	111	22,2%
Outros Passivos	322	479	-32,6%
Passivos Correntes			
Empréstimos	615	1.063	-42,1%
Provisões e Benefícios Pós-Emprego	4	4	-12,4%
Outros Passivos	540	597	-9,6%
Total Passivo	3.756	5.386	-30,3%
Total Passivo e Capital Próprio	4.398	4.977	-11,6%

Em 31 de dezembro de 2017, o Total do Ativo ascende a 4,4 mil milhões de euros, 11,6% abaixo dos números registados um ano antes, principalmente devido às imparidades mencionadas acima. Caixa, Bancos e Títulos Negociáveis refletiram o recente IPO da Loma Negra, atingindo um montante acima do nível de estabilização a atingir no futuro, de acordo com o plano de “Liability Management”.

O Capital Próprio tornou-se positivo no montante de 642 milhões de euros em contraste com o valor negativo de 409 milhões de euros registado em 31 de dezembro de 2016. Tal deveu-se principalmente às prestações

Construindo
parcerias
sustentáveis

acessórias, no montante de 700 milhões de euros, por parte do acionista controlador da Cimpor (InterCement Austria Holding, GmbH) a par da monetização conseguida com o IPO da Loma Negra e hidrelétrica Estreito.

A Dívida Líquida no final do ano diminuiu 52% em relação a 2016, para um montante total de 1.610 milhões de euros. Tal redução resultou da geração de Fluxo de Caixa, destacando-se neste exercício os recursos levantados com o IPO da Loma Negra e alienação da participação na Hidreletrica Estreito, a que se somou a entrada de prestações acessórias, viabilizando a redução de Empréstimos e Obrigações em 1.416 milhões de euros por via da amortização de debêntures e empréstimos, entre os quais se destaca o empréstimo de 727 milhões de euros junto do acionista controlador (InterCement Austria Holding, GmbH) liquidado no momento do seu vencimento.

3.4 Desempenho por País

Brasil

No Brasil, apesar de alguns indicadores económicos terem demonstrado sinais de recuperação ao longo de 2017, o impacto desta tendência é esperado, na indústria do cimento, apenas em 2018, em linha com o típico desfasamento da reação do consumo de cimento à inversão dos ciclos económicos. Ainda assim, de acordo com o SNIC, o abrandamento do consumo de cimento no Brasil ficou pelos 6,4% em 2017, após quedas mais significativas em 2016 e 2015 (11,7% e 9,5%, respetivamente).

Neste cenário, a Cimpor adotou uma estratégia comercial mais assertiva para a atração e retenção da lealdade do consumidor, melhorando o seu programa de segmentação de clientes de acordo com o seu perfil e necessidades, redefinindo o posicionamento a longo prazo do portefólio das marcas, sem negligenciar a garantia de lucratividade da sua atividade local.

De forma semelhante, visando o aumento da eficiência, a companhia seguiu as suas iniciativas de melhoria da produtividade e controlo de custos, em particular nos projetos piloto de parcerias com os clientes, de modo a reduzir-se custos de logística, o uso de gesso, melhorar a gestão de inventário, renegociação com fornecedores, e ainda uma nova estratégia para a venda do excedente de energia elétrica.



Em 2017, as Vendas de Cimento e de Clínquer desceram 9,4% face a 2016, tendo sido penalizadas pela exposição a regiões mais competitivas. O volume de negócios diminuiu 13,3%, essencialmente devido à pressão para a diminuição dos preços, num contexto de cerca de 50% de inatividade da capacidade instalada na indústria local.

Ainda assim, apesar da redução observada nos custos variáveis por tonelada, a rigidez imediata dos custos fixos e dos efeitos do Programa Extraordinário de Ajustamentos resultaram em uma restrição de geração de EBITDA.

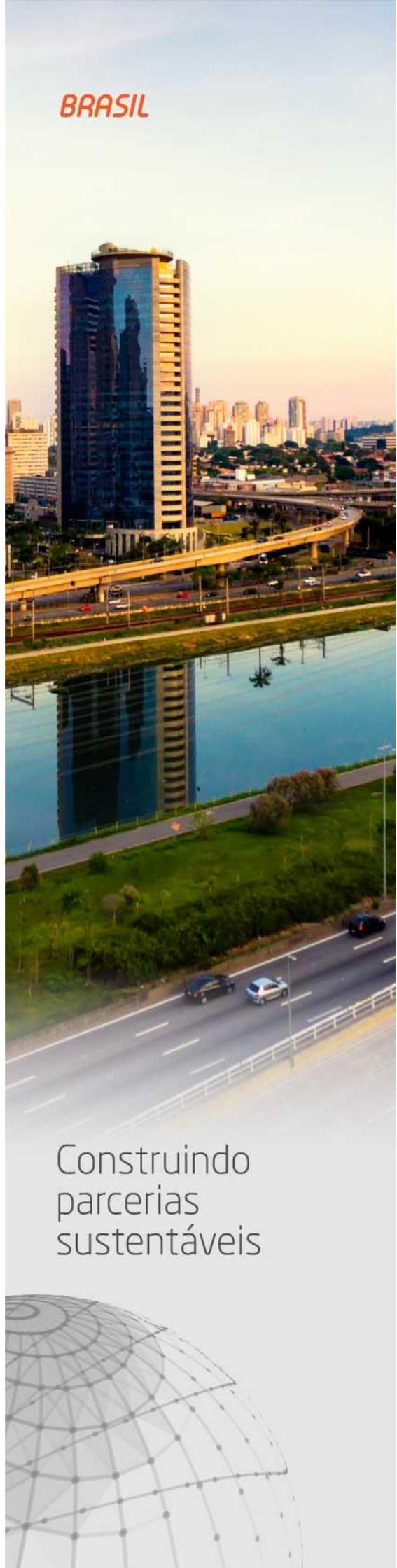
No entanto, o EBITDA ajustado de efeitos do Programa Extraordinário de Ajustamentos somou perto de 37 milhões de euros, ainda assim 57% abaixo do valor registado em 2016. Estes efeitos incluem: ajustes de inventário devido à racionalização da estrutura industrial e imparidades em contas a receber, seguindo as condições de mercado do setor de construção.

A otimização do uso da rede industrial, na ótica do nível de procura, recebeu especial atenção na gestão da unidade de negócio do Brasil.

Isto explica o registo de imparidades no segundo trimestre relacionadas com a suspensão de investimentos para expansão de capacidade, devido à falta de visibilidade de retorno do mercado, bem como a criação de condições que vieram a possibilitar a suspensão de produção de clínquer na fábrica de Pedro Leopoldo no início de 2018 (assegurando-se a produção da fábrica apenas com o moinho).

Estas medidas provisórias permitem alocar os recursos de forma mais eficiente, enquanto se espera uma recuperação da procura local. Esta poderá, em primeiro lugar, sustentar a reativação das unidades de produção suspensas, Suape e Cubatão, bem como os fornos de João Pessoa e Pedro Leopoldo, com níveis de utilização de capacidade e de eficiência adequados. Existindo uma retoma de mercado que suporte o interesse económico, a InterCement Brasil poderá retomar os projectos de aumento a capacidade agora suspensos.

A operação brasileira recebeu vários prémios em 2017. Dois projetos estratégicos da Diretoria de Supply Chain da InterCement Brasil foram distinguidos como TOP 3 no Prémio Inbrasc 2017, um instituto educacional de referência no setor de Supply Chain. A InterCement Brasil foi também reconhecida como um dos dez melhores fornecedores da



Construindo
parcerias
sustentáveis

Cyrela São Paulo, uma construtora especializada em edifícios de alta qualidade. A avaliação teve em consideração diversos critérios como qualidade do produto, pontualidade, respeito pela legislação tributária, disponibilidade, entre outros.

Argentina

A atividade da Cimpor beneficiou do atual momento - 2017 foi um ano chave para a Argentina, em que ocorreu uma recuperação de todos os indicadores e previsões econômicos, como consequência das mudanças políticas vigentes desde o final de 2015.

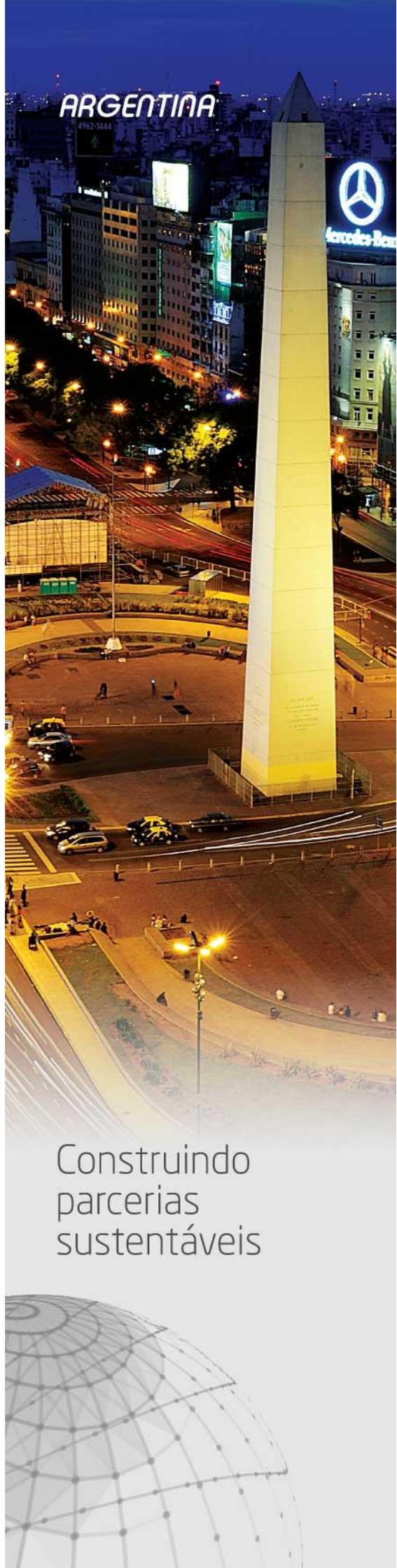
Uma abordagem gradual do governo, a implementação de várias iniciativas de impacto macroeconômico e a dinâmica imposta pelo desenvolvimento de um plano de infraestruturas têm conduzido a um novo ciclo econômico, que mostra uma evolução positiva do PIB, inflação, investimento e emprego. E, conseqüentemente, uma maior procura por cimento nos setores público e privado.

Nestas circunstâncias, as vendas de cimento da Loma Negra, na Argentina, demonstraram uma recuperação de 8,9% em comparação com 2016, aproximando-se do valor recorde de 2015, período em que as quantidades vendidas de betão registaram um aumento de 37%.

O Volume de Negócios aumentou 26,5% em relação a 2016 (43,1% em moeda local) graças à política comercial que permitiu rebater a inflação dos custos locais, nomeadamente, os custos com combustíveis e eletricidade. A política comercial, a maior eficiência e as economias de escala obtidas conduziram a um EBITDA 29% acima de 2016 (+48,2% em moeda local), enquanto a margem do EBITDA aumentou 0,4 p.p. para 24,7%.

O IPO realizado no quarto trimestre foi um sucesso, trazendo um reconhecimento ainda maior a uma empresa que é já líder de mercado, com uma quota de mercado de 45%.

Além dos êxitos operacionais e financeiros obtidos em 2017, a Loma Negra também recebeu diversas distinções e prêmios. Um deles foi dado pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos (AmCham), na modalidade de Iniciativas Temáticas, no eixo de Meio Ambiente, categoria Uso de energia. Outra distinção recebida pela empresa foi a liderança do Ranking



de Qualidade do Mercado Imobiliário e de Construção, no segmento Fornecedor de Produtos/Alvenaria, e o segundo lugar no ranking geral do setor, atribuído pelo *Reporte Inmobiliario* e pela revista *Mercado*. A Ferrosur, uma linha ferroviária de cerca de três mil quilômetros, propriedade da Loma Negra, recebeu o prêmio DowGOL na categoria Transportes, concedido pela Dow Argentina.

Paraguai

Seguindo a dinâmica positiva da economia local, o consumo de cimento registou um aumento de 3,4% no Paraguai.

A profundidade da abordagem comercial da companhia juntamente com a qualidade de atendimento ao mercado local, sobretudo na garantia de uma entrega célere levou a um acréscimo de 22,5% nas vendas de cimento e clínquer em 2017.

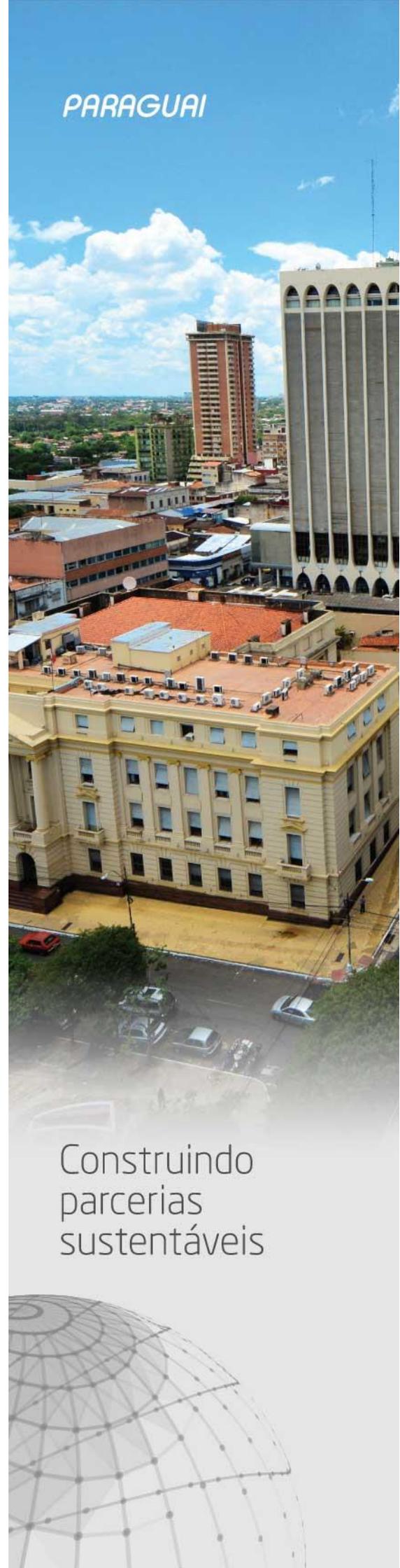
A elevada eficiência operacional da nova fábrica integrada, em atividade desde 2015, com sucessivos recordes mensais de produção e sempre com capacidade de resposta imediata aos nichos de controlo de custos, conferiu-lhe mais uma vez um status de *benchmark* industrial e uma margem EBITDA acima de 40%.

Argentina e Paraguai

O EBITDA da unidade de negócio na Argentina e Paraguai atingiu o montante de 210,7 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 29,0%, eficientemente ilustrando o momento de mercado que esta unidade de negócio atravessa.

Portugal

2017 foi um ano de crescimento para o mercado interno de cimento em Portugal, com investimentos no segmento da construção civil, principalmente na reabilitação de edifícios. A engenharia civil e as obras públicas apresentaram também uma evolução positiva. O crescimento de 16% nas Vendas de Cimento e Clínquer no mercado interno, em relação a 2016, foi também o resultado da política comercial focada na abordagem ativa ao cliente (particularmente visando a fidelização e a captação de



Construindo
parcerias
sustentáveis

novos clientes). Simultaneamente, as exportações acompanharam este ritmo, tendo apresentado um aumento de 15%, ampliando a base de clientes em todo o mundo, assim como os negócios de cimento e agregados.

O Volume de Negócios aumentou 13,1%, enquanto a recuperação do mercado interno permitiu a melhoria dos resultados operacionais. No entanto, sofreu o impacto negativo de menores vendas de licenças de CO₂ de 4 milhões de euros, vis-à-vis 6,4 milhões de euros em 2016. Apesar disso, o EBITDA cresceu 36,4%.

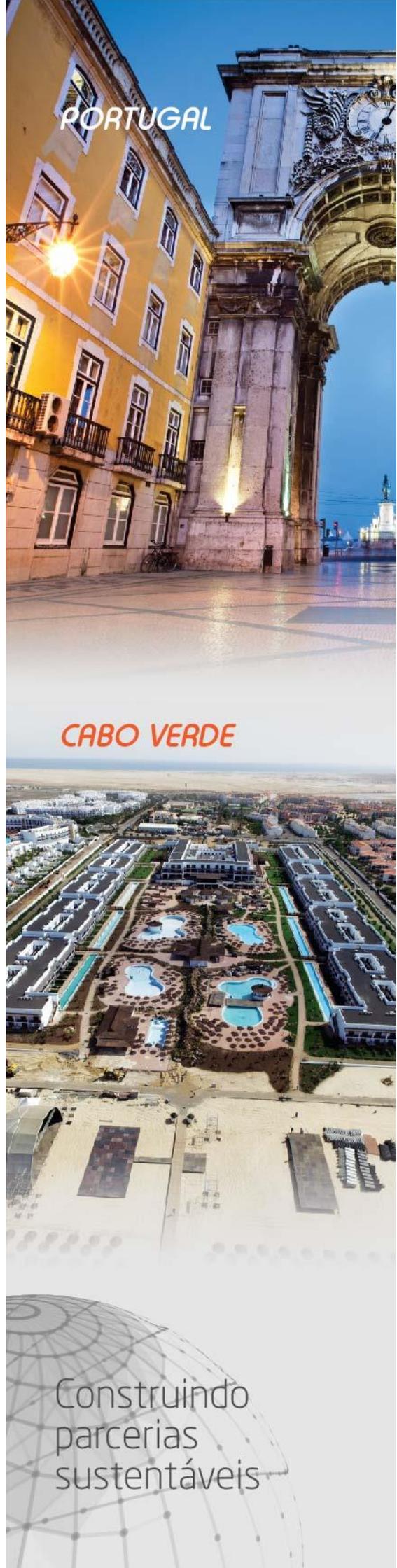
Cabo Verde

Neste país, apesar do crescimento económico, o mercado de cimento contraiu 5% em termos de vendas, devido à desaceleração de algumas obras de construção de empreendimentos turísticos em 2017. As vendas de Cimento e Clínquer da Cimpor caíram cerca de 5%, enquanto o Volume de Negócios decresceu 7,6%. No entanto, a empresa acredita numa recuperação iminente e que a operação irá retomar o crescimento em breve.

Com o objetivo de complementar a prestação de serviços no mercado local, além de cimento, a Cimpor também opera localmente nos mercados de betão, agregados, aço e telhas. Tendo iniciado a sua atividade no mercado de telhas cerâmicas, em 2014, a Cimpor já detém 70% da quota de mercado local, com vendas anuais de 0,5 milhões de unidades.

Portugal e Cabo Verde

O EBITDA deste segmento refletiu o aumento dos custos variáveis por tonelada produzida, tendo atingido 47,4 milhões de euros, uma recuperação de 27,7% em relação a 2016.



Egito

Um ano após a intervenção do FMI, os principais indicadores económicos apresentaram uma melhoria. Apesar de uma diminuição de aproximadamente 4% no consumo de cimento, as vendas permaneceram estáveis, em cerca de 3,2 milhões de toneladas. Este desempenho foi conseguido devido aos esforços de adaptação a um ambiente mais competitivo, no qual a empresa beneficiou da sua marca *premium* local.

A eficiência e a flexibilidade operacionais exigidas à Ameryah Cement Company, a subsidiária da Cimpor no Egito, alavancadas pelo investimento recente em um moinho de carvão, permitiram a cobertura dos maiores custos de energia e combustíveis (+38% e +30%, respetivamente), no seguimento da retirada de subsídios nestes itens.

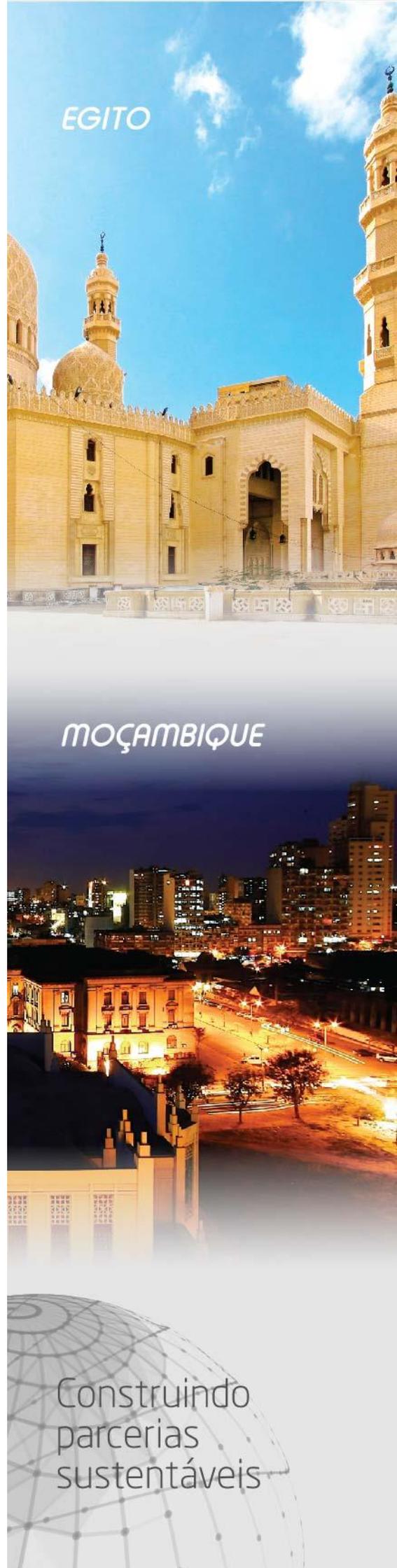
Em moeda local, o Volume de Negócios aumentou 9,1%, enquanto os efeitos do Programa Extraordinário de Ajustamentos no EBITDA restringiram a geração deste indicador financeiro. Esses efeitos incluem ajustes de stock em consequência da depreciação da libra egípcia e das despesas de indemnização. Em euros, os dois fatores apresentaram reduções significativas, já que em 2017 a taxa de câmbio média foi 46% menor do que em 2016.

Em 2017, a Cimpor Trading e Inversiones começou a exportar cimento do Egito, um fluxo que se espera continuar em crescimento devido à necessidade de reconstrução e à falta de infraestruturas e habitação nos países mais próximos.

Moçambique

As mudanças políticas e económicas restringiram a procura de cimento em Moçambique, em 2017, o que implicou uma redução das Vendas de Cimento e Clínquer da empresa de aproximadamente 30%. Apesar disso, a política comercial da companhia permitiu repassar o aumento dos custos para o preço, mitigando o impacto da desaceleração da atividade no Volume de Negócios, que diminuiu 22,1% em euros.

Apesar das várias iniciativas para promover a eficiência e controlo dos custos operacionais, o aumento dos custos de eletricidade e combustíveis (40% e 33% por tonelada), juntamente com 8 milhões de euros de itens decorrentes do Programa Extraordinário de Ajustamentos explicaram a



queda na geração de EBITDA em mais de 50%. Os efeitos one-off dizem respeito principalmente a um registo de imparidades em contas a receber, induzido pelo recente ajuste do mercado da indústria de construção local, e imparidades em stocks relacionadas com peças de reposição e matérias-primas após a racionalização da pegada industrial da companhia.

Em 2017, com um espírito inovador e foco na obtenção de resultados, a Cimpor começou a exportar de Moçambique para a Suazilândia e Malawi.

África do Sul

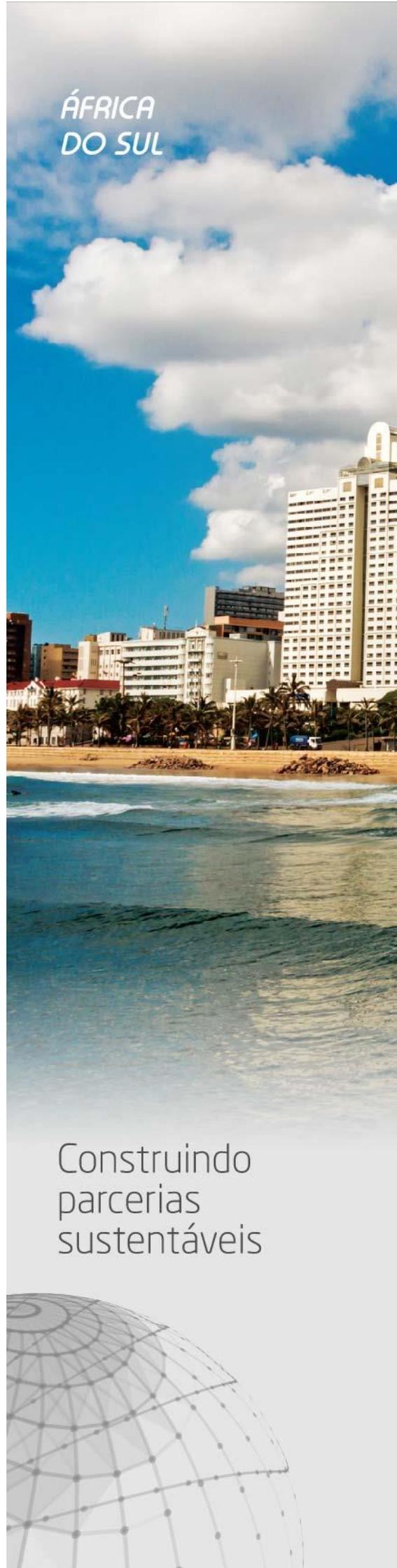
A recuperação do crescimento do PIB ainda não resultou num crescimento no consumo de cimento no país. Apesar disso, a dinâmica comercial, sustentada em grande parte pela abertura de um novo centro de distribuição com um parceiro de Supply Chain e pela criação do NPC Net (um programa de relação com os consumidores), contribuiu para expandir a carteira de clientes, com impacto direto no crescimento de 12,8% nas Vendas de Cimento e Clínquer e na obtenção de uma participação de mercado nacional recorde de 12%. O Volume de Negócios cresceu 22,1%, apoiado pela estratégia comercial acima mencionada e também impulsionado pelo desempenho favorável da moeda local.

Por sua vez, o EBITDA cresceu 3,5%, apesar do efeito do Programa Extraordinário de Ajustamentos de €3 milhões de euros, superando assim os custos mais elevados relacionados com combustíveis e eletricidade.

África

O EBITDA de África registou uma desaceleração de 54,0%, em consequência da menor atividade em Moçambique e pela desvalorização da libra egípcia, resultando numa variação líquida do EBITDA em moeda local de -45%. No entanto, se ajustado dos efeitos do Programa Extraordinário de Ajustamentos, o EBITDA ajustado atingiu o montante de 64 milhões de euros. Os principais efeitos foram registados no Egito e em Moçambique, nomeadamente ao nível de reduções de ativos fixos tangíveis por depreciação das moedas locais e provisões e imparidades em contas a receber, na sequência de situação político-económica local.

ÁFRICA
DO SUL



Construindo
parcerias
sustentáveis

Trading

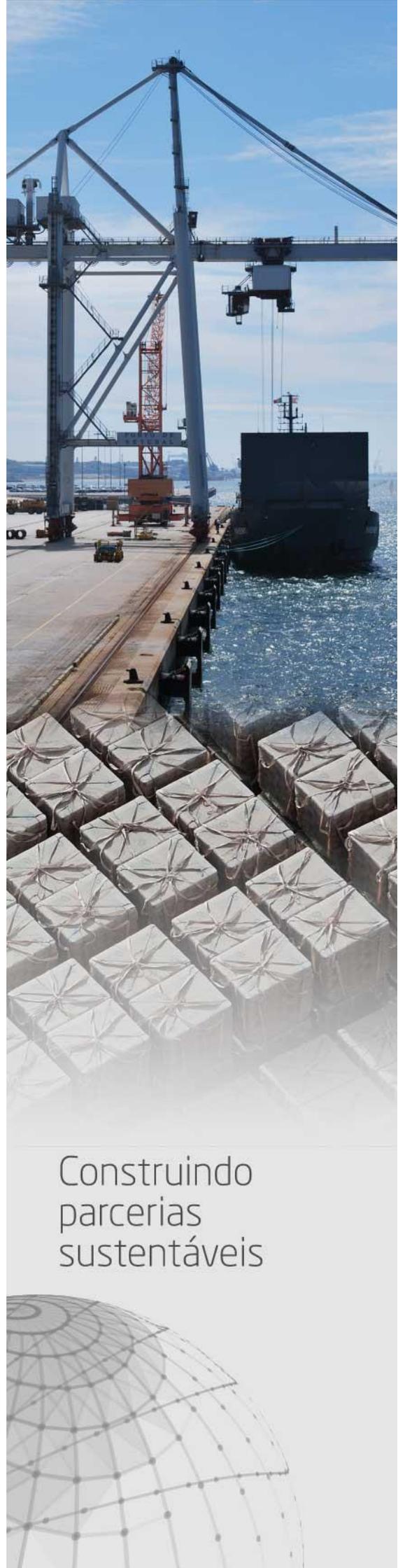
Trading de Cimento e Clínquer, em 2017, registou 2,5 milhões de toneladas movimentadas, dos quais 2 milhões foram para terceiros, atingindo um montante de Receitas de 75 milhões de euros.

Durante 2017, a Cimpor Trading e Inversiones ampliou o seu portfólio de clientes, balanceando ainda mais a sua atividade e atingindo novos mercados e negócios. Em relação à negociação de combustíveis, a Cimpor estabeleceu novas rotas, tirando proveito do know-how da empresa e da rede de contactos internacionais. Além disso, a empresa ampliou o seu portfólio de produtos adicionando materiais, direta ou indiretamente, relacionados com a indústria.

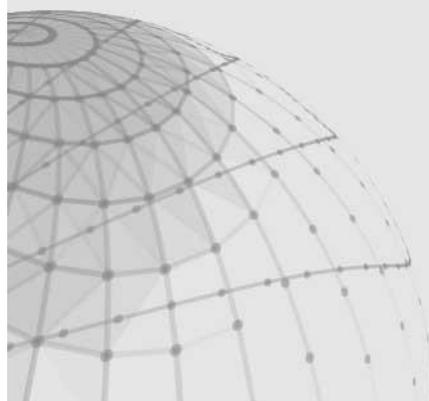
VENDAS DE CIMENTO E CLÍNQUER			
(Milhares de toneladas)	Janeiro - Dezembro		
	2017	2016	var %
Brasil	7.711	8.514	-9,4%
Argentina	6.419	5.893	8,9%
Paraguai	568	464	22,5%
Portugal	3.449	2.990	15,4%
Cabo Verde	187	197	-4,9%
Egito	3.209	3.190	0,6%
Moçambique	1.145	1.653	-30,8%
África do Sul	1.613	1.424	13,3%
Sub-Total	24.301	24.323	-0,1%
Eliminações Intra-Grupo	-186	-266	-29,9%
Total Consolidado	24.115	24.058	0,2%

VOLUME DE NEGÓCIOS			
(Milhões de Euros)	Janeiro - Dezembro		
	2017	2016	var %
Brasil	455	525	-13,3%
Argentina	750	593	26,5%
Paraguai	61	52	17,5%
Portugal	258	228	13,1%
Cabo Verde	30	32	-7,6%
Egito	104	177	-41,2%
Moçambique	96	124	-22,1%
África do Sul	136	111	22,1%
Trading / Shipping	156	173	-10,0%
Outras	43	37	15,6%
Sub-Total	2.089,0	2.052,1	1,8%
Eliminações Intra-Grupo	-204	-209	-2,3%
Total Consolidado	1.884,5	1.842,8	2,3%

EBITDA			
(Milhões de Euros)	Janeiro - Dezembro		
	2017	2016	var %
Brasil	1,5	59,7	-97,5%
Argentina e Paraguai	210,7	163,3	29,0%
Portugal e Cabo Verde	47,4	37,1	27,7%
África	39,5	85,8	-54,0%
Trading / Shipping e Outros	0,3	6,6	-94,8%
Consolidado	299,4	352,6	-15,1%
Margem EBITDA	15,9%	19,1%	-3,2 p.p.



Construindo
parcerias
sustentáveis





4 ESTRUTURA DE FINANCIAMENTO

4. Estrutura de Financiamento

4.1 Melhoria da Estrutura de Financiamento

O sucesso do IPO da Loma Negra, em novembro de 2017, e a capitalização da empresa mediante prestações acessórias, efetuadas em dezembro de 2017, foram passos importantes na melhoria da estrutura de financiamento da companhia. A sua contribuição reduziu a alavancagem e melhorou a situação do capital próprio da empresa.

Ao longo de 2017, a Cimpor continuou a seguir a sua Política de Financiamento, com base em duas normas: (i) a redução da alavancagem financeira e da dívida e (ii) o ajuste do perfil de endividamento às perspectivas da operação e desenvolvimento da empresa. Englobando estes pontos, a Cimpor elaborou um plano de gestão de passivos com quatro pilares, que visa atingir um rácio de 3 na Dívida Líquida/EBITDA ajustado até o fim de 2018, medido ao nível da InterCement, equilibrando o plano de amortização de dívida e alcançando novos progressos redução da dívida das empresas holding para as empresas operacionais.

4.2 Plano de Gestão de Passivos

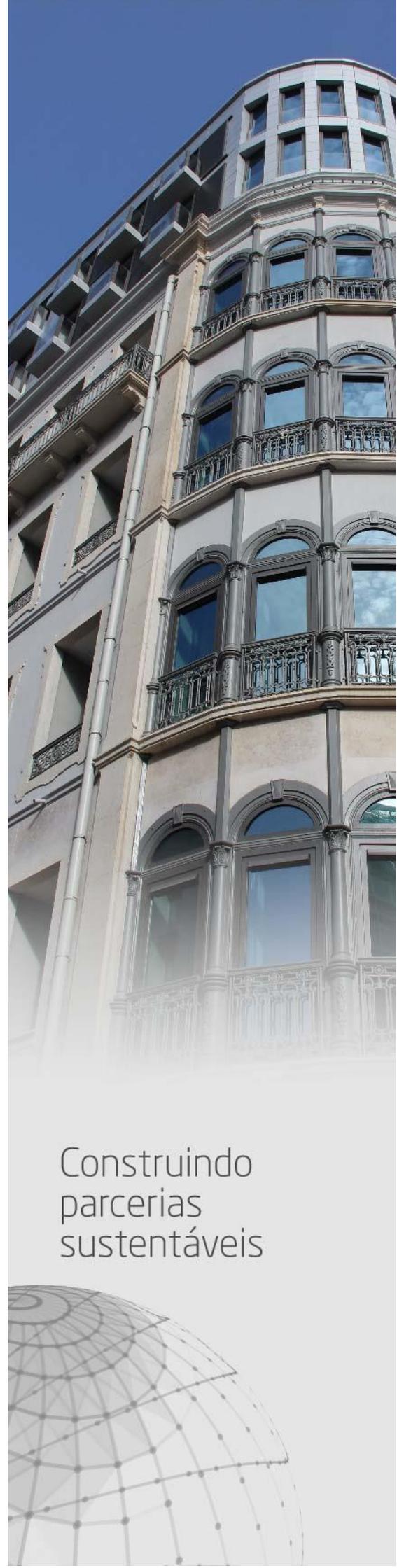
1. Concluir as Medidas de Melhoria de Crédito

Em 2017, a empresa promoveu a criação de *free cash flow*.

A Cimpor progrediu na melhoria da eficiência operacional, apesar do cenário de menor diminuição de custos fixos. Houve melhorias visíveis na geração de EBITDA na Argentina, Paraguai, Portugal e África do Sul, embora tenham sido contrariadas por contextos desfavoráveis noutros mercados.

A gestão de Fundo de Maneio permitiu um desinvestimento na rubrica, enquanto a disciplina CAPEX se concentrou em projetos de retorno rápido, na maioria nas frentes de energia e ambiente.

Além disso, e em conjunto com o IPO da Loma Negra, que representou uma transação no valor de 1.097 milhões de dólares, a empresa concluiu a venda da Central Hidroelétrica de Estreito, no Brasil (78 milhões de euros), assim como a venda de outros ativos não estratégicos (6 milhões de euros), nomeadamente de ativos imobiliários no seu portfólio.



Construindo
parcerias
sustentáveis

2. Pagamento e Saldo da Dívida Bancária

Os principais recursos secundários do IPO da Loma Negra possibilitaram o pagamento da dívida e o rebalanceamento da curva de maturidade, expandindo a maturidade média. Foi priorizado a antecipação de certos empréstimos bancários por consórcio e bilaterais nas empresas holding e refinanciados de acordo com o plano de redução da dívida para as empresas operacionais.

Em 2017 deu-se ainda a liquidação do empréstimo de 727 milhões de euros da Cimpor com a sua acionista controladora, InterCement Austria Holding, GmbH, em prestações acessórias, no montante de 700 milhões de euros.

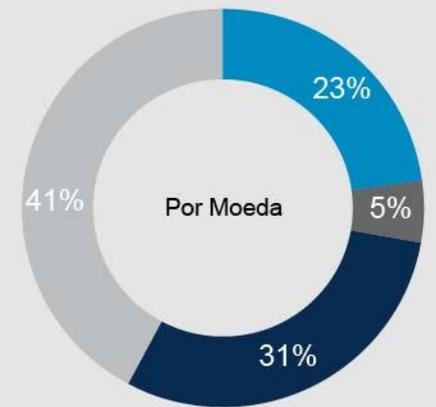
3. Emissão do Novos Bonds

A Cimpor tem como objetivo atingir uma estrutura de endividamento em que as *Senior Notes* prevalecem como principal instrumento de dívida para as empresas holding. Assim, as oportunidades do mercado de capitais serão avaliadas ao longo de 2018, visando a potencial nova emissão de *Senior Notes*.

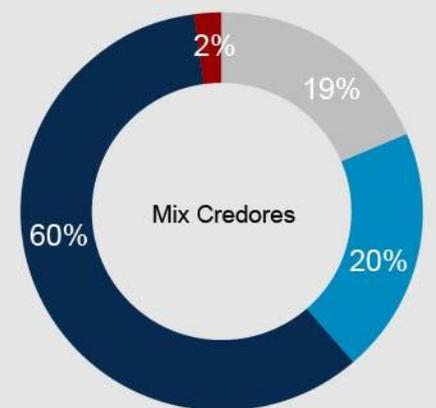
4. Aumento de Património através das subsidiárias

O processo de desalavancagem em curso implica a venda adicional de participações minoritárias nas subsidiárias da Cimpor. Portanto, a companhia está a preparar um novo veículo que compreende ativos ibero-africanos para investimento privado ou um IPO.

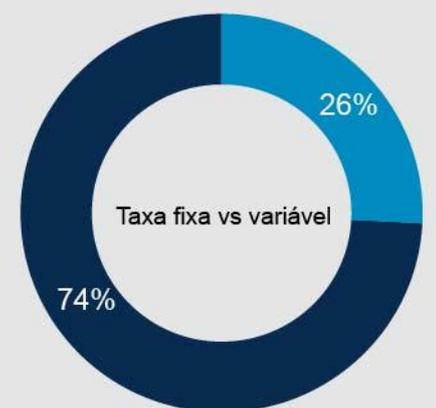
Perfil do Endividamento



■ BRL ■ Outras ■ EUR ■ USD



■ Debentures ■ Mercado de capitais
■ Grupo ■ Banca



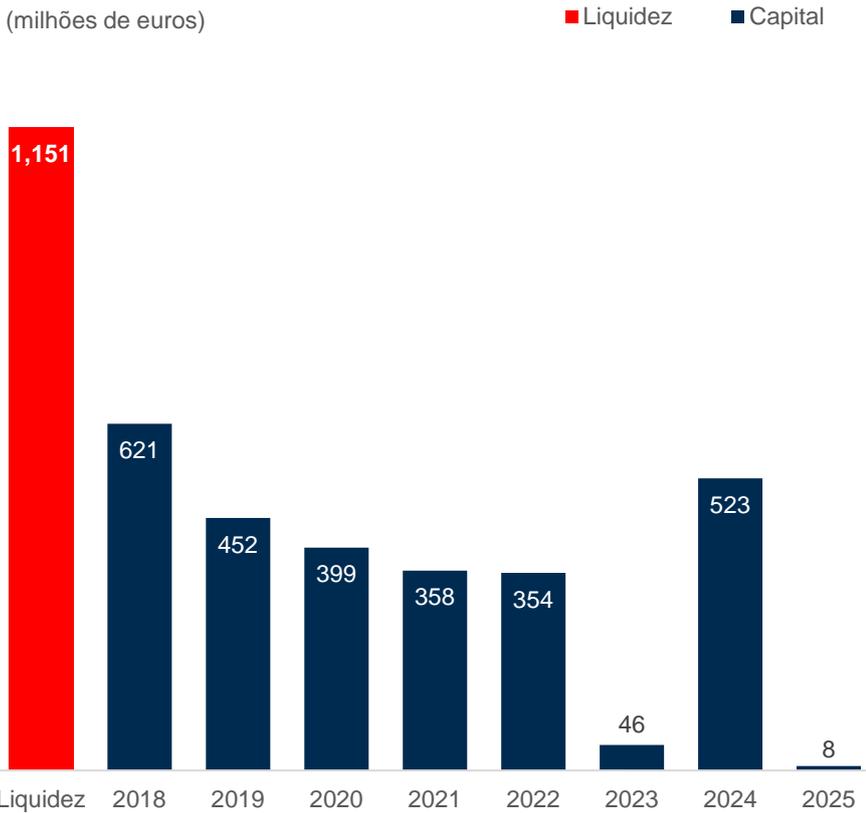
■ Taxa Fixa ■ Taxa Variável

No seguimento dos esforços da empresa para reduzir a dívida, em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida situava-se nos 1.610 euros, 52% abaixo do valor de 31 de dezembro de 2016.

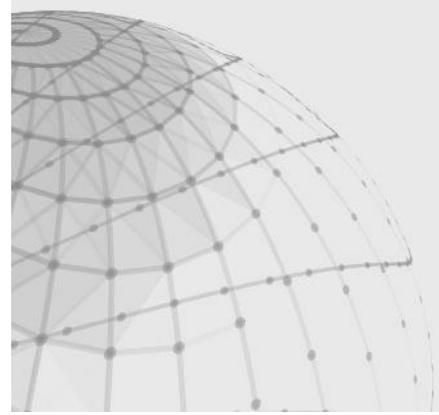
O processo de refinanciamento iniciado em 2017, que continuou em 2018, melhorou o perfil de endividamento. O custo médio da dívida permaneceu o mesmo, apesar da expansão do prazo, com a liquidez em 31 de dezembro de 2017 suficiente para cobrir os compromissos financeiros nos dois anos seguintes, devido à concentração contínua de refinanciamento nos próximos três anos e à salvaguarda do período médio de vencimento da dívida de 3,6 anos.

Perfil de Endividamento

31 de dezembro de 2017



Construindo
 parcerias
 sustentáveis





5

RECURSOS HUMANOS

5. Recursos humanos

A Cimpor tem 7.686 profissionais em oito países ² que representam a empresa perante os clientes, comunidades e outros parceiros, garantindo a constante inovação dos produtos, serviços e processos.

Para promover uma cultura corporativa unificada, a empresa lançou diversos programas no passado, um deles o **Atitudes InterCement** em 2015, trabalhando bianualmente na monitorização do seu sucesso por meio de um “Estudo de Clima Organizacional”. Em 2017, o Estudo de Clima Organizacional alcançou uma taxa recorde de favorabilidade de 69%. Durante 2017, a empresa promoveu dois programas importantes: Política de Gestão de Pessoas e a Proposta de Valor do Colaborador.

A **Proposta de Valor do Empregado**, denominada “Ser InterCement”, está assente em quatro pilares — Ser Diferenciado, Ser Ouvido, Ser Desafiado e Ser Valorizado —, evidencia os diferenciais da empresa e o que ela pode oferecer em termos de desenvolvimento do colaborador. Esta proposta destaca também a importância de cada profissional e o peso das contribuições individuais para que a empresa continue a demonstrar ações éticas e sólidas.

SER DIFERENCIADO

SER OUVIDO

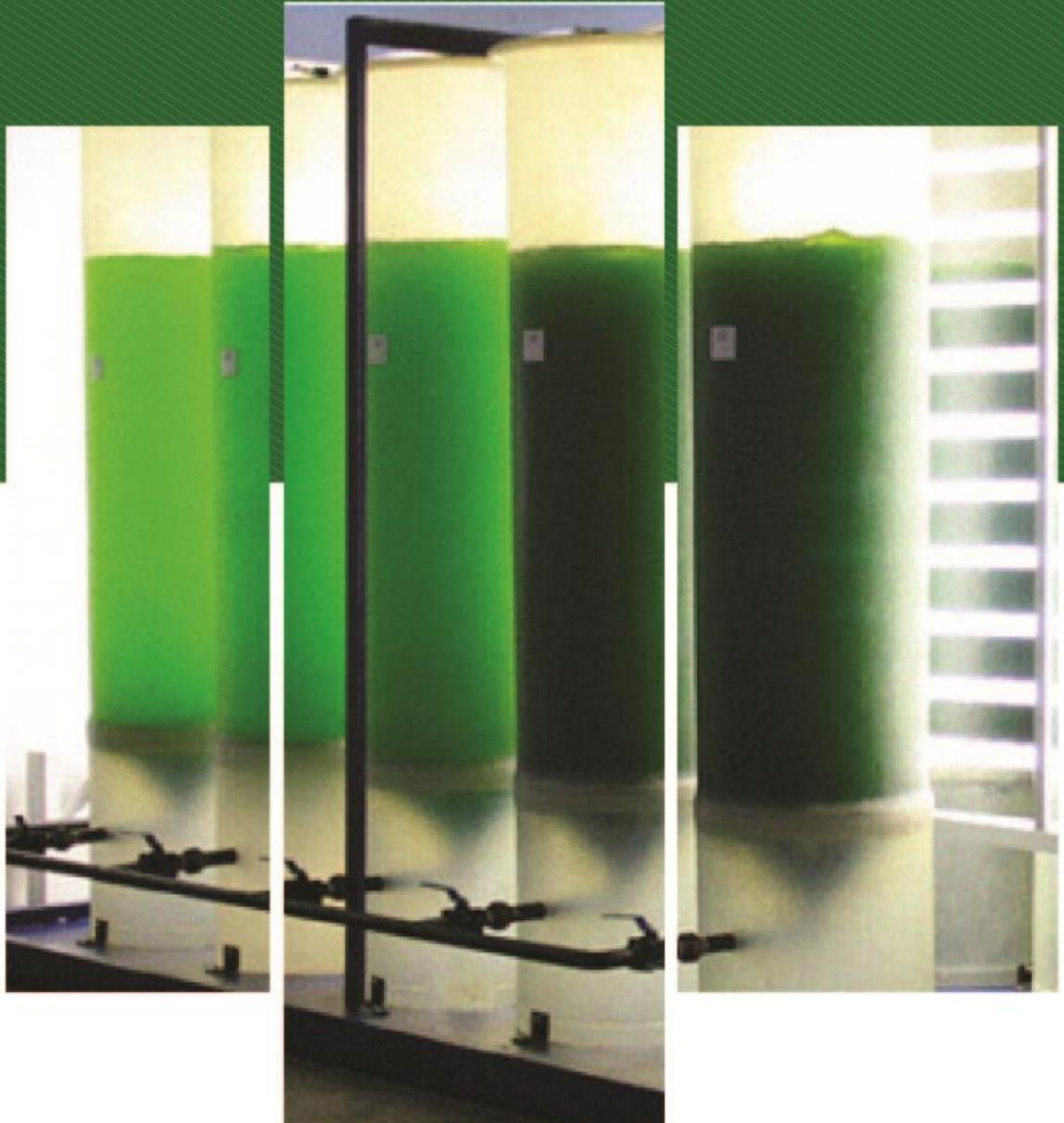
SER DESAFIADO

SER VALORIZADO

² Onde a Cimpor opera, já que ainda possui holdings financeiras na Áustria e em Espanha.

SER
InterCement

Construindo
parcerias
sustentáveis



6 SUSTENTABILIDADE

6. Sustentabilidade

6.1 Segurança

A segurança é um valor inegociável na Cimpor e, por isso, é constantemente discutido e trabalhado através de um programa sólido e ações contínuas. A importância dada a este tópico está refletida no lema corporativo “Ou fazemos em segurança segura ou não fazemos de todo”, garantindo a todos os profissionais a prerrogativa de poderem recusarem-se a executar qualquer ação ou tarefa que não considerarem ser 100% segura.

O objetivo é atingir um índice de zero acidentes. Para isso, trabalhamos todos os anos com um programa de Segurança Comportamental com todos os colaboradores. Em 2017, o conceito proposto foi “Segurança: Repensar e Relembrar”. O objetivo é que cada profissional repense a maneira como tem lidado com o tema e relembre tudo o que já foi ensinado sobre segurança para que cada um possa pôr em prática, de maneira efetiva, esses ensinamentos no dia-a-dia.

6.2 Inovação e Investigação & Desenvolvimento

Na Cimpor, a inovação faz parte de nossa cultura corporativa, considerada uma forma de garantir a sustentabilidade e melhorar a posição competitiva da empresa. Aqui, a inovação abrange produtos, tecnologias e novos processos, mantendo o foco nas ambições de responsabilidade ambiental e social. O nosso departamento de Investigação e Desenvolvimento trabalha lado a lado com 15 instituições de renome na Argentina, Brasil e Portugal, tendo já alcançado vários marcos. A empresa está otimista em relação à inovação aberta, apoiando e desenvolvendo parcerias sustentáveis com *start-ups*.

	<p>CIMENTO PARA FINALIDADES NÃO ESTRUTURAS PROVENIENTES DE RESÍDUOS DE DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO</p>	<p>Começou em 2013 no Brasil, com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas.</p>	<p>Em 2018, vai iniciar um estudo de viabilidade econômica.</p>
	<p>CAPTURE DE CO₂ ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE MICROALGAS</p>	<p>Iniciado em 2013, no Brasil, com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Ceará (UFC) e com a startup Algae Biotecnologia.</p>	<p>Estágio de teste em escala pré-industrial com cinco patentes pendentes, sendo que uma primeira patente já foi registrada em Portugal.</p>
	<p>ADITIVO DE DESEMPENHO PARA CIMENTO POZOLÂNICO</p>	<p>Iniciado em 2016, com a GCP Applied Technologies (EUA).</p>	<p>Após testes em três unidades industriais em 2017, este ano duas unidades vão iniciar testes industriais.</p>
	<p>PARCERIAS DE INOVAÇÃO ABERTA COM O SETOR DE CONSTRUÇÃO</p>	<p>Iniciadas em 2015 no Brasil, com várias start-ups e aceleradores de start-ups.</p>	<p>Foram vários os resultados desses projetos, alguns muito promissores, mas todos merecem a confiança da Cimpor.</p>

6.3 Responsabilidade Ambiental

Coprocessamento

A indústria cimenteira faz um uso intensivo da energia térmica e elétrica, produzindo a emissão de gases com efeito de estufa (GEEs), primordialmente dióxido de carbono (CO₂). Tendo em consideração o especial foco da Cimpor na Sustentabilidade Ambiental, foram adotadas muitas soluções de eficiência energética nas últimas décadas. Neste âmbito, atualmente, a empresa encontra-se especialmente focada no reforço da atividade de coprocessamento.

O Coprocessamento de combustíveis derivados de resíduos em fábricas de cimento é um processo de **destino final de resíduos**, conduzido de forma segura, monitorizado e ambientalmente correto, com garantia da qualidade do cimento produzido. Este processo permite **substituir** o consumo de combustíveis fósseis e matérias primas naturais não-renováveis com vantagens ambientais, sociais e económicas, sem gerar um passivo ambiental (cinzas). Estrategicamente a Cimpor reconhece o Coprocessamento como um mecanismo de **simbiose industrial**, um exemplo da aplicação dos princípios de **economia circular**, que ultrapassa o antigo modelo económico linear de “**extrair, transformar, descartar**”, recuperando e reciclando materiais e energia, respeitando o ciclo da sustentabilidade. O Coprocessamento é ainda reconhecido internacionalmente e institucionalmente ao mais alto nível.

Paralelamente, é de realçar o papel do coprocessamento nas sociedades, uma vez que esta técnica elimina definitivamente passivos ambientais que de outra forma poderiam constituir um perigo para a saúde pública.

A empresa está já atualmente, entre os líderes globais no uso do coprocessamento. Em 2017, a taxa de substituição térmica alcançou 17,3%, o que representa um crescimento de cerca de 2,2 p.p. em relação a 2016, e um crescimento de aproximadamente 8,4 p.p. em relação a 2009.

Preservação de Ecossistemas e Biodiversidade

O programa de Sustentabilidade Ambiental da Cimpor inclui, entre outras coisas, o desenvolvimento de Planos de Reabilitação e Planos de Gestão



Construindo
parcerias
sustentáveis

da Biodiversidade para todas as pedreiras da atividade de cimento. O “Roadmap das Pedreiras 2016-2025” tem como objetivo garantir que por volta de 2025 todas as pedreiras terão estudos robustos de impacto ambiental, planos de reabilitação e, onde aplicável, planos de gestão de biodiversidade de acordo com a diretrizes internas. Foram lançados novos planos de ação em 2017, de acordo com as prioridades definidas no planejamento, com a finalidade de aumentar o número de pedreiras com planos de reabilitação, sendo que o ano fechou com 68% das pedreiras de cimento da Cimpor envolvidas na produção de cimento já com um plano de reabilitação em curso.

6.4 Responsabilidade Social

A Cimpor está empenhada no desenvolvimento sustentável de cada uma das comunidades em que atua. Para que esse compromisso seja refletido numa política eficaz que, por sua vez se consubstancia em ações transformadoras, foi criado em 2015 o Instituto InterCement, responsável por implementar o investimento social privado em todas as empresas da esfera InterCement.

Com o objetivo de valorizar as características locais e promover a criação de empregos e rendimentos, o Instituto atua primordialmente no encorajamento direto de voluntariado e apoiando empresas com elevado impacto social que estejam alinhados com a cadeia de valor da empresa. Os seus pilares são o **Desenvolvimento Comunitário** e **Negócios de Impacto**.

Desenvolvimento Comunitário

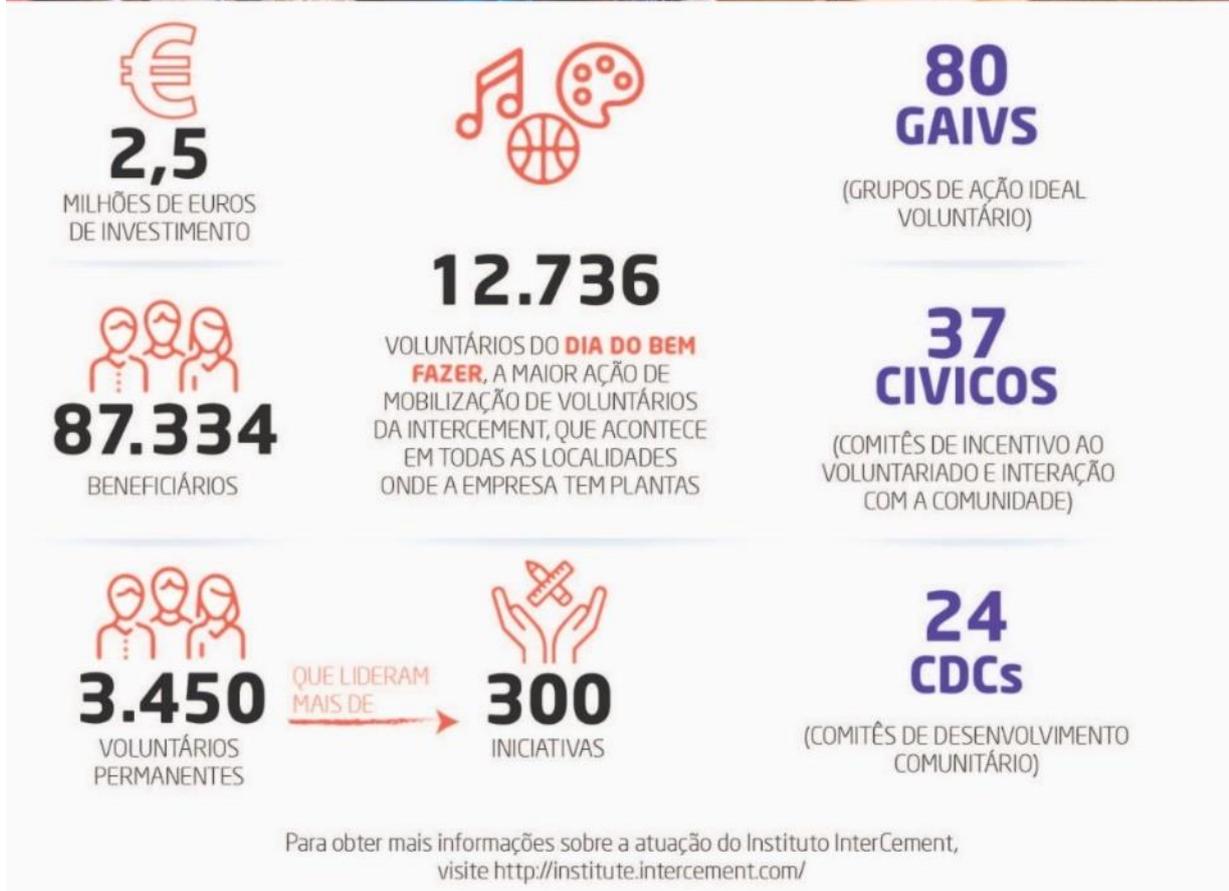
Em parceria com a sociedade civil e o poder político, o Instituto InterCement desenvolve projetos para gerar oportunidades de desenvolvimento local. É dada prioridade a ações que envolvem tópicos identificados em conjunto com as comunidades, de acordo com suas necessidades, como infância, juventude, educação e fortalecimento do capital social. Um exemplo dessas ações é o Dia da Boa Ação, organizado anualmente em todas as localidades onde a Cimpor tem fábricas, mobilizando voluntários para executar atividades de exercício físico, desporto e lazer, e promoção da cultura entre entidades beneficiárias, que



podem ser escolas, centros de saúde ou outras unidades de suporte à comunidade.

Negócios de Impacto

Os esforços do Instituto InterCement em relação a este pilar procuram estimular a dinâmica das economias locais, fortalecendo pequenas empresas e promovendo empresas inovadoras direcionados às populações economicamente mais vulneráveis, de modo a responder aos desafios da redução da pobreza. Os projetos estão focados na criação de emprego e rendimentos, e no desenvolvimento de novos produtos e serviços para a base da pirâmide que possam solucionar certos problemas sociais/ambientais em larga escala.





7 GOVERNAÇÃO

7. Governança

7.1 Compliance

O conceito de Compliance abrange as práticas e disciplinas adotadas no cumprimento de leis, regulamentações, políticas, procedimentos e diretrizes de controle. Numa lógica de atuação única e uníssona com a InterCement, a Cimpor e a InterCement têm um único programa de Compliance.

Embora seja um tópico que tenha recentemente recebido uma maior atenção por parte das empresas em todo o mundo, a InterCement tem tentado difundir o conceito e as práticas relacionados com Compliance a todos os níveis hierárquicos, pelo menos desde 2004, quando seu Código de Conduta foi publicado pela primeira vez. O Código de Ética da InterCement está constantemente a ser revisto, devendo a próxima revisão acontecer durante 2018.

Em 2017 o novo *Programa Comunicação de Compliance da InterCement*, que faz parte do Programa de Integridade da InterCement, subscrito pela Cimpor, foi formalizado e apresentado em todas as geografias, e lançado para cobrir todos os processos de auditoria, riscos e Compliance, incluindo assim, Gestão de Riscos, Linha Ética, Compliance, Auditoria Interna (atualmente terceirizada), Auditoria Externa, Auditoria Contínua e Auditoria Forense.

No programa citado e ao longo do ano, a empresa tem investido fortemente na comunicação de forma enfatizar e importância do Compliance (fazer a coisa certa) e dar visibilidade das políticas e normas internas da empresa. Além do Código de Conduta, a Cimpor adotou também uma norma Anticorrupção, uma norma de Concorrência e uma norma de *Compliance Corporativa*. Além disso, a política de *Compliance* estabelece não apenas os procedimentos e mecanismos internos para garantir que *Compliance* é inequivocamente adotado e cuidadosamente monitorizado em toda a empresa (prevenção, detecção e resposta), mas define também a abordagem da gestão de risco na Cimpor. O website da InterCement contém informação relevante relacionada com Compliance em [http://Compliance. Intercement.com/conduta.php](http://Compliance.Intercement.com/conduta.php)



Construindo
parcerias
sustentáveis

A Academia de *Compliance* da InterCement é responsável pelo treino contínuo de *Compliance* dos empregados e administração da empresa. Em 2017, a formação online nas áreas de anticorrupção e concorrência foi dirigido a todos os empregados da Cimpor e da InterCement. Além disso, nos dois últimos anos, a empresa garantiu que as equipas de gestão de nível médio e superior atingissem 100% na avaliação pós-treino da formação citada.

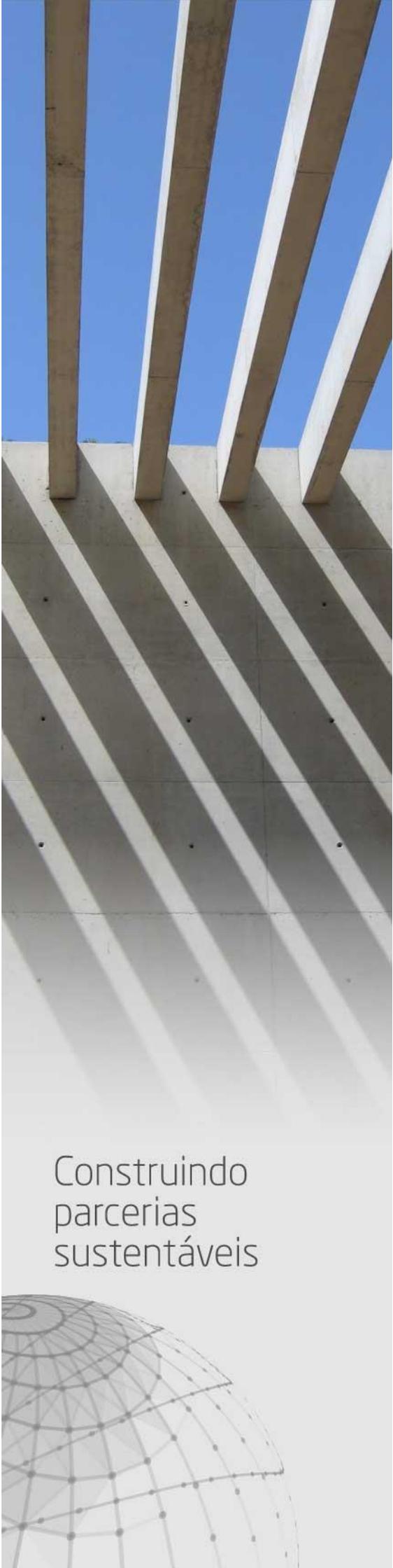
Na Cimpor, todas as denúncias sobre desvios de conduta são recebidas pela Linha Ética da Cimpor, um canal de comunicação disponível para empregados e stakeholders, que garante um canal de comunicação confidencial, independente e direto para lidar com reclamações, comentários, sugestões e denúncias de qualquer tipo (por exemplo, violações do Código de Conduta, da norma Anticorrupção ou outras). Disponível no site da Cimpor (www.cimpor.pt), por telefone e email, em todos os países onde a empresa tem unidades de negócio. O serviço é tratado por empresas independentes e especializadas que asseguram confidencialidade em todas as interações havendo um tratamento e resposta de 100%.

7.2 Gestão de Risco

Nos desafiantes anos recentes, a empresa foi preparada para mitigar as adversidades graças a vários mecanismos, especialmente gestão de risco e sistemas de controlo, essenciais para agilizar a resposta da empresa ao contexto circundante, muitos deles aplicados a par da InterCement.

Na Cimpor, e na InterCement, essa gestão ganhou especial robustez em 2014, quando um esforço corporativo importante levou à criação da Matriz de Risco, que foi concluída após um processo de robusto mapeamento e reavaliação dos fatores mais relevantes dos riscos de processo e negócios.

Foi após a criação da Matriz de Risco que foram lançadas políticas corporativas na Gestão de Risco e Gestão de Crise. Desde então, estas ferramentas têm sido utilizadas por todos os níveis de gestão para identificar e avaliar dos cenários e fatores que podem afetar os resultados da empresa, e têm também ajudado na preparação de propostas para ações de contingência por forma a mitigar repercussões negativas.



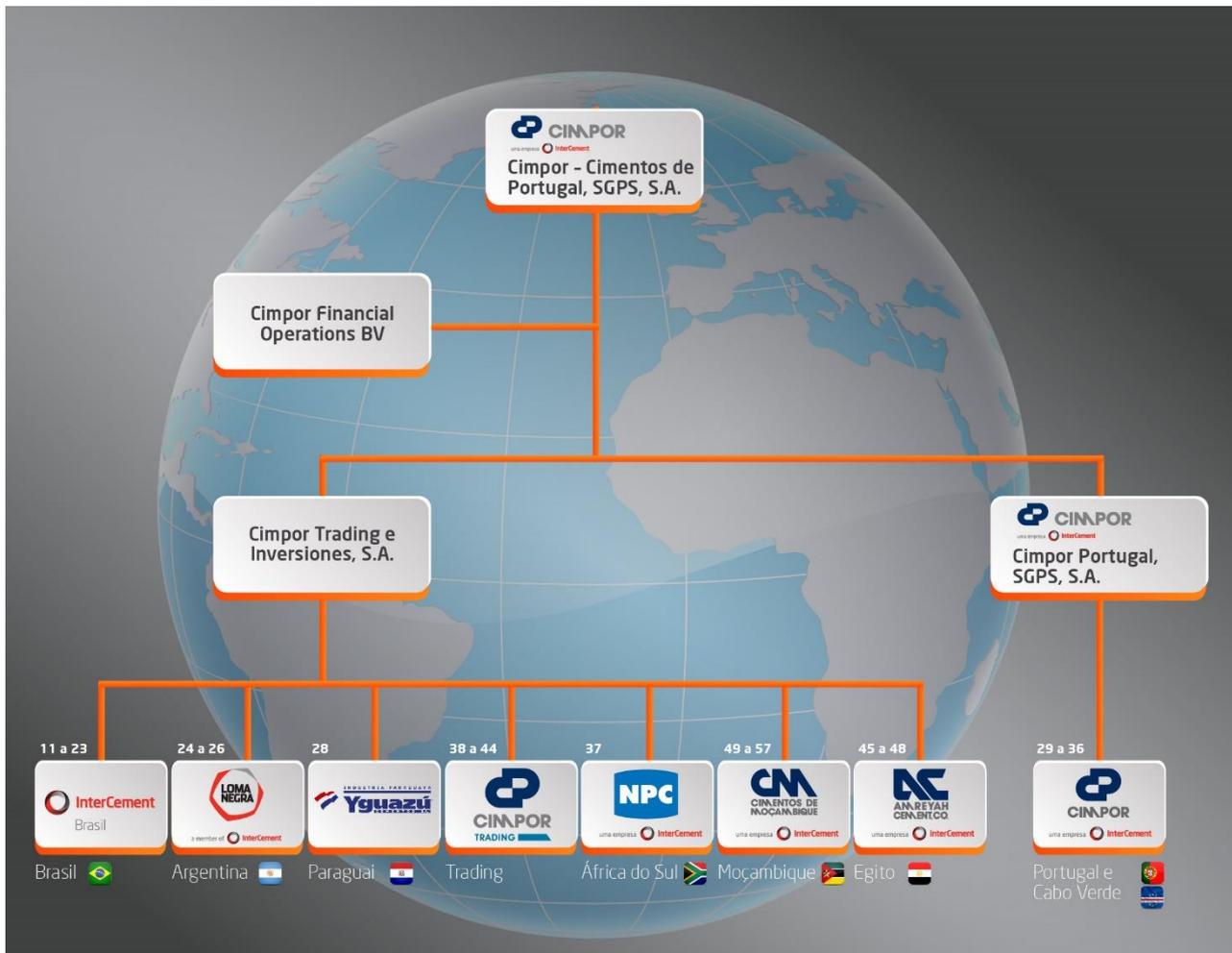
Construindo
parcerias
sustentáveis

A metodologia adotada pela Cimpor inclui a identificação de Riscos de Negócios como aqueles que, se materializados, afetariam significativamente o EBITDA, a quota de mercado, as cláusulas de dívida, a continuidade dos negócios, a reputação e a imagem. Não obstante o acompanhamento por parte da Comissão de Auditoria, ao nível da InterCement estes riscos são diretamente monitorizados pelo Comité Executivo, com o auxílio do Comité de Auditoria, Riscos e Compliance, e acompanhados pelo Conselho de Administração.

Por outro lado, os Riscos de Processo são aqueles associados às atividades operacionais e de suporte que, se materializados, afetariam as atividades operacionais. Esses riscos são monitorados no fluxo de processos de compliance, diretamente nas unidades de negócios, onde existe uma estrutura específica responsável por gerir tais riscos dentro da equipa global de Auditoria, Riscos e Compliance.

7.3 Estrutura Corporativa

Estrutura Corporativa



Nota: consulte a nota 4.1. das Demonstrações Financeiras para a correspondência das empresas numeradas.

A – InterCement Brasil S/A é controlada, a 57%, pela Cauê Austria Holding GmbH, que é controlada, a 47%, pela Cimpor Trading e Inversiones, S.A..

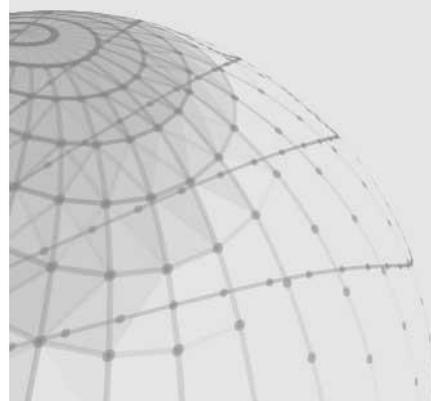
B – Loma Negra C.I.A.S.A. é controlada, a 51%, pela Loma Negra Holding GmbH, que é controlada a 100% pela Cauê Austria Holding GmbH.

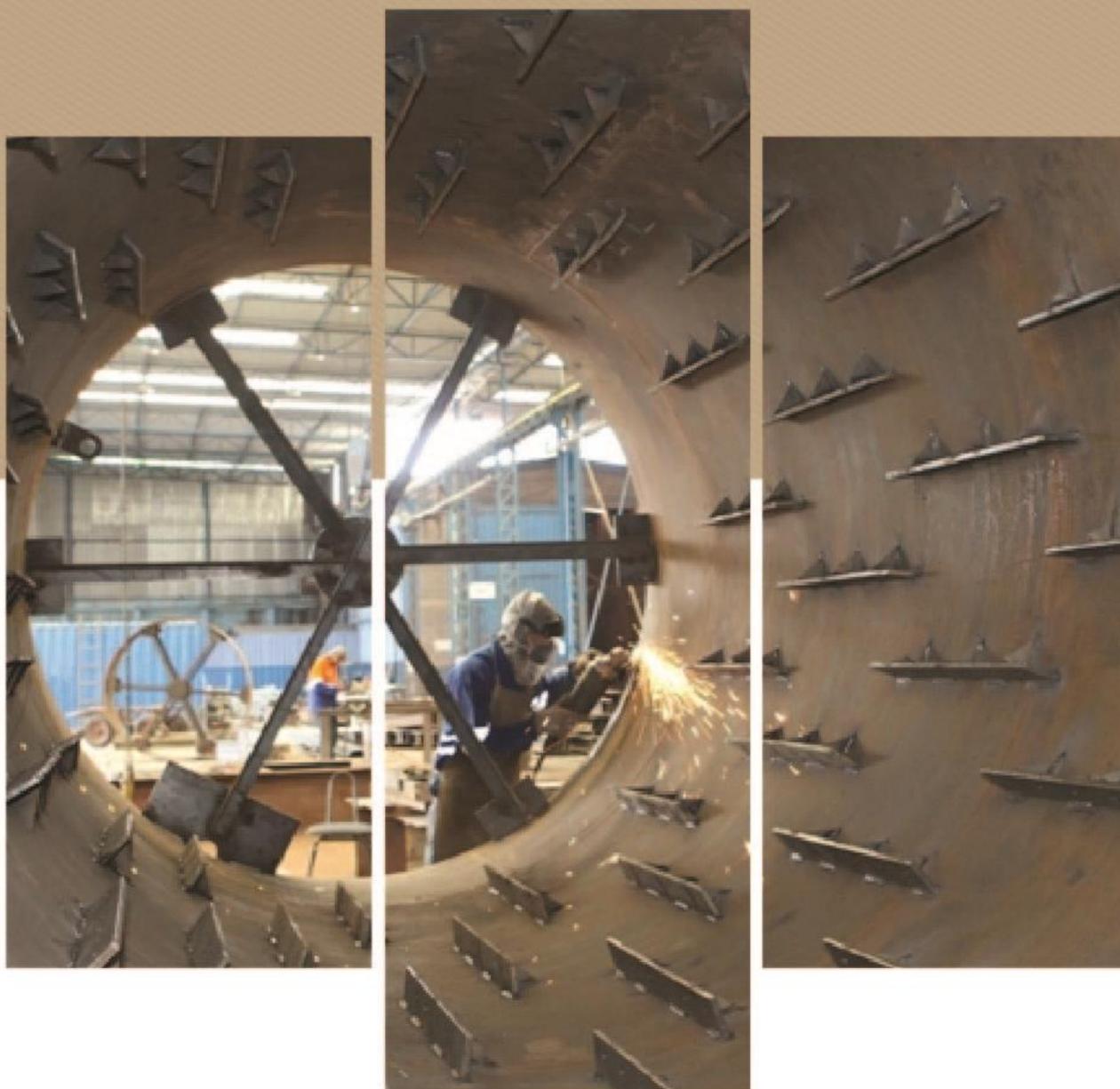
InterCement Participações S.A., 90,6% da Camargo Corrêa S.A. (“Grupo Camargo Corrêa”) e 9,4% do Banco Bradesco BBI S.A., criada em 2010, incorporando os ativos da atividade de cimento do Grupo Camargo Corrêa.

Mais detalhes sobre a estrutura corporativa da Cimpor, nomeadamente uma lista completa das subsidiárias da Cimpor e operações em conjunto, constam da nota 4.1 das Demonstrações Financeiras.



Construindo
parcerias
sustentáveis





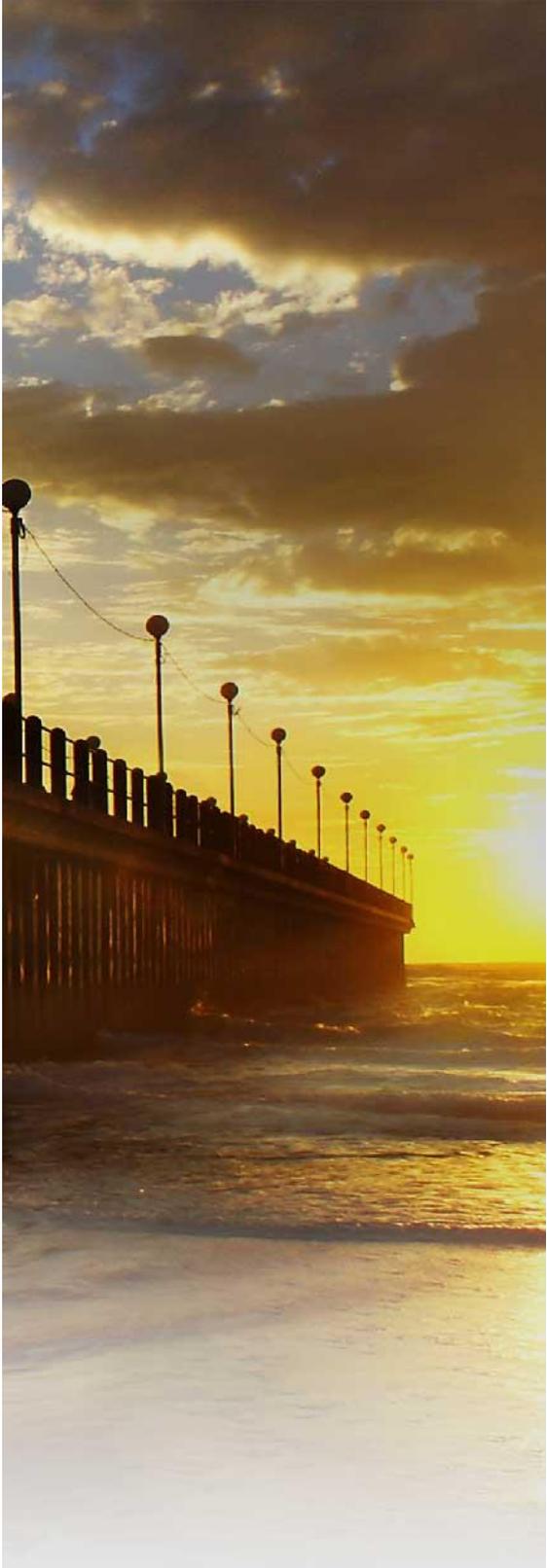
8 PERSPETIVAS

8. Perspetivas

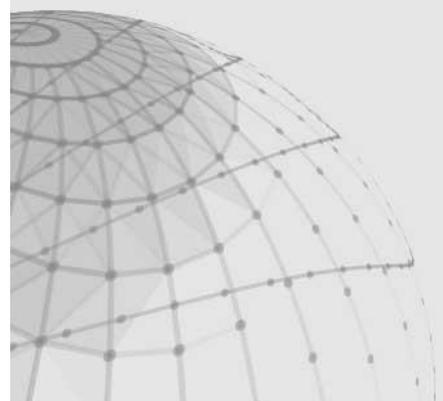
2017 foi um momento decisivo para a Cimpor. O IPO de 48,4% da Loma Negra, a par do reforço dos capitais próprios por via da realização de prestações acessórias pela acionista e venda de parte da participação na Hidrelétrica Estreito, veio reforçar a estrutura de capital da companhia, que tinha sido afetada pela crise na económica brasileira e pelo mercado de câmbio adverso em todo o seu portfólio desde 2014. Esse reforço combinado com um conjunto de outras medidas que a empresa tem vindo a implementar para aprimorar as suas operações, nomeadamente: criação de parcerias com clientes no mundo inteiro, pesquisa de penetração de mercado mais profunda com valor acrescentado; criação de novas parcerias com fornecedores e aprimoramento da eficiência industrial nos locais de operação — progredindo nas suas estratégias de segurança, sustentabilidade e meio ambiente.

O aumento de eficiência deve fornecer resultados em 2018, num contexto industrial que se espera mais favorável em todas as regiões onde a empresa opera, com destaque para um EBITDA mais alto em comparação com 2017. Uma maior agilidade e esforços de gestão devem facilitar os investimentos de capital e um CAPEX disciplinado deve permanecer em vigor, com a Argentina a aumentar a sua capacidade instalada em 37% (no início de 2020) para lidar com o aumento da procura local de cimento. Além disso, a Cimpor procurará oportunidades de mercado para continuar o seu processo de desalavancagem, procurando até ao final do ano um rácio próximo de três vezes para o indicador Dívida Líquida/EBITDA, aumentando no seu novo ciclo de desenvolvimento.

Para abraçar este novo ciclo, a Cimpor está a aperfeiçoar se modelo de governação e a abordagem de gestão, simplificando processos, aumentando a transparência e a responsabilização para proporcionar uma melhor dinâmica de negócio melhor, voltada para a sustentabilidade e o desenvolvimento conjunto com os seus stakeholders.



Construindo
parcerias
sustentáveis



Brasil

Os indicadores económicos do Brasil apresentaram uma tendência positiva em 2017, revertendo uma recessão profunda de dois anos e antecipando um cenário mais positivo para 2018, embora ainda sejam inibidos pela ansiedade em torno das eleições presidenciais.

O Banco Mundial antecipa um crescimento de 2,0% no PIB do Brasil em 2018 e 2,3% em 2019. O início de 2018 já testemunhou um gasto interno mais elevado e um crescimento nos investimentos, embora a política e a falta de reformas continuem a ser um dos maiores riscos para a trajetória económica do Brasil, obscurecendo a perspetiva do país.

O Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) adotou a nova tendência económica publicando um aumento de 1,5% na procura de cimento no seu cenário base, já que o consumo de cimento fica geralmente aquém da recuperação económica.

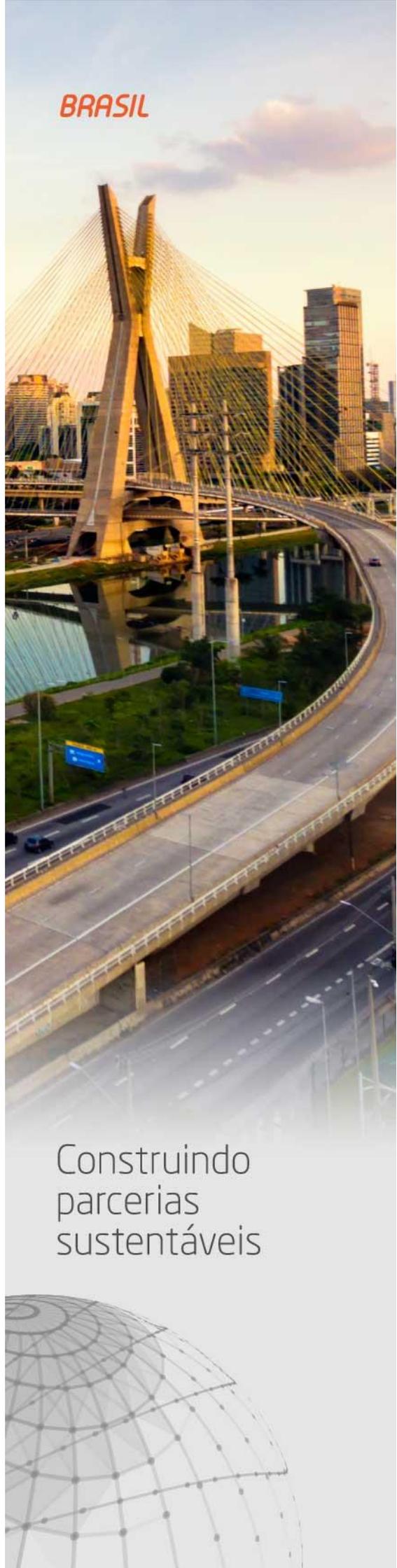
Num contexto de maior atividade no setor da construção com o aumento da procura de cimento, é esperado que a indústria finalmente tenha a oportunidade de recuperar as margens EBITDA, severamente penalizadas, já que os preços não acomodaram a inflação de custos locais desde 2014.

A Cimpor continuará a seguir caminho da crescente assertividade na sua política comercial intensificando parcerias com clientes e criando valor acrescentado. A mesma abordagem será seguida em relação à logística e aos fornecedores.

Em 2018, a Cimpor deve garantir um maior progresso na eficiência de gestão, estrutura de custos e otimização de ativos. O forno de Pedro Leopoldo foi desativado, aguardando condições de mercado mais favoráveis.

No geral, em 2018 a geração de EBITDA, numa perspetiva prudente, é esperada que aumente para aproximadamente 30 milhões de euros, emergindo do ponto mais baixo do ciclo negativo mais pronunciado alguma vez experienciado na indústria de cimento Brasileira.

BRASIL



Construindo
parcerias
sustentáveis

Argentina e Paraguai

O impulso económico da Argentina em conjunto com as operações de última geração da Cimpor no crescente mercado Paraguai, devem apresentar o maior aumento de contribuição do EBITDA no portfólio da Cimpor em 2018.

Argentina

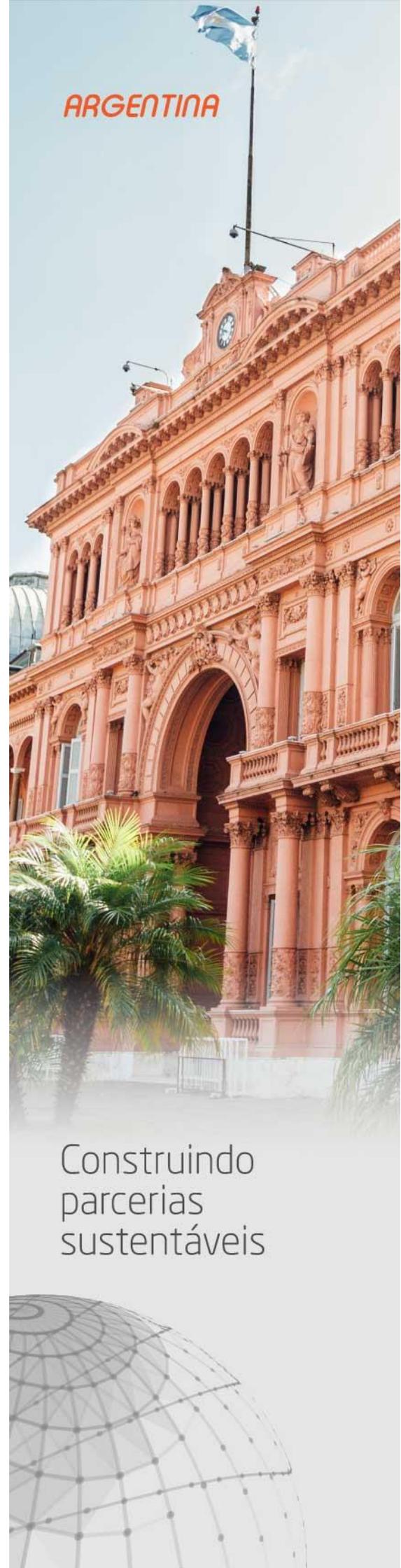
Desde que assumiu o poder em dezembro de 2015, a administração Macri anunciou e começou a implementar uma série de reformas económicas, regulatórias e políticas na Argentina. Como resultado, a Argentina passou por certos ajustes fiscais, monetários e cambiais, que acreditamos estarem a guiar a economia local em direção a um caminho de crescimento sólido a médio prazo.

Em 2017, os principais indicadores macroeconómicos locais começaram já a mostrar sinais de recuperação, antecipando um cenário positivo para o país. O PIB aumentou 2,5%, as expectativas de inflação caíram e devem diminuir ainda mais no futuro, enquanto os mercados de capital, a longo prazo, permanecem abertos ao crédito argentino e o câmbio esteja a desvalorizar face ao dólar americano.

Acreditamos que a Argentina não apenas normalizará a sua economia nos próximos cinco anos como gerará também um ciclo virtuoso que impulsionará os investimentos, aumentando o crescimento da sustentabilidade a longo prazo. De acordo com o World Economic Outlook do FMI de abril de 2017, espera-se que a taxa de crescimento real do PIB da Argentina atinja uma média de 2,8% ao ano durante os próximos 5 anos, comparada à taxa de crescimento anual (0,3%) registada durante os últimos cinco anos.

O governo de Macri anunciou um ambicioso plano de infraestrutura, já em andamento, que impulsionará as infraestruturas físicas. Uma reforma do mercado de capitais está a ser discutida no Congresso, o que possibilitará penetração de mercado e fomentará a participação estrangeira, enquanto ajuda a canalizar capital para investimentos produtivos. Além disso, está em curso uma reforma fiscal com o objetivo de reduzir os encargos das empresas e reduzir o nível de atividade informal na economia argentina.

Beneficiando do atual momento favorável na Argentina, a Cimpor espera que a procura cresça para um novo record anual já em 2018,



Construindo
parcerias
sustentáveis

possibilitando assim um aumento ainda maior na geração do EBITDA. Além disso, a ABECEB, uma empresa de consultoria argentina, estima que o consumo de cimento chegará aos 17 milhões de toneladas por ano nos próximos cinco anos.

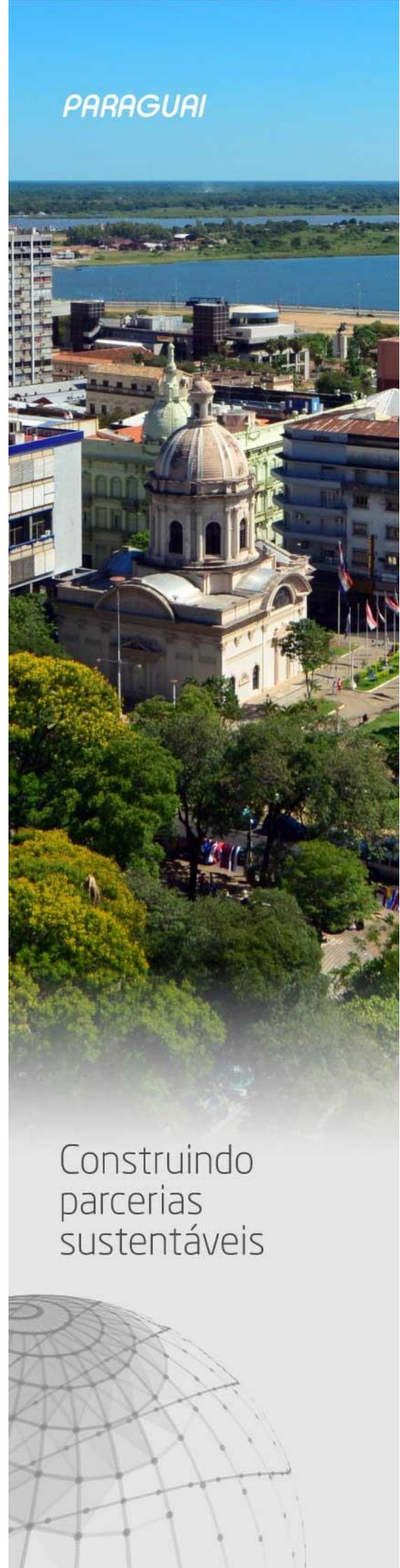
Com o intuito de responder eficientemente à crescente procura de cimento na Argentina, a Loma Negra está a aumentar a sua capacidade instalada na fábrica de L'Amalí em 2,7 de toneladas. Este projeto, já em andamento, representa um investimento de 350 milhões de dólares e deverá estar concluído no início de 2020 e agilizando as operações, reduzindo os custos operacionais totais e possibilitando um maior crescimento da margem do EBITDA.

Paraguai

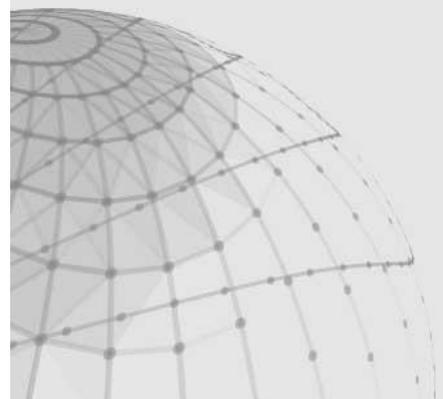
Nos últimos cinco anos, o Paraguai passou por uma tendência de expansão económica com uma taxa de crescimento real média anual do PIB de 5,9%. (2013-2017).

Para os próximos anos, antecipa-se que o setor da construção no país continue a seguir uma trajetória de crescimento devido ao aumento dos investimentos em projetos de infraestrutura privada, assim como maiores investimentos do setor público em infraestruturas, com previsão de mil milhões de dólares. Além disso, o deficit habitacional de aproximadamente 1,4 milhões de moradias (1,6 milhões previstos para 2020) também está a ser analisado pelo governo local, enquanto o programa PLANHAVI, que visa fornecer 297 mil soluções habitacionais até 2020 e 3,2 mil milhões de dólares, está ainda pendente.

A Yguazú Cementos está bem posicionada para aproveitar as vantagens desta oportunidade de crescimento como a maior produtora de cimento privada no Paraguai, com capacidade para servir os principais mercados do país. Para 2018, a procura de cimento deve registar uma taxa de crescimento de dois dígitos, sustentando uma tendência de crescimento capaz de acomodar a nova adição de capacidade de produção de cimento do concorrente estatal local.



Construindo
parcerias
sustentáveis



África

Um contexto económico mais favorável antecipa uma melhoria na geração de EBITDA em África em 2018. Ao mesmo tempo, espera-se que o programa de fundo de maneio da empresa permita algum desinvestimento.

Além disso, a Cimpor vai reforçar a sua abordagem de mercado e investirá nas frentes comercial e operacional para atender à crescente procura com um nível de eficiência renovado.

A Cimpor reforçará ainda mais a sua abordagem ao potencial de mercado de Matola (Moçambique), abrirá um novo armazém em East London (África do Sul) e continuará a investir em combustíveis alternativos no Egito.

África do Sul

A economia Sul Africana deverá crescer 1,1% em 2018, de acordo com o FMI. A implementação do National Policy Action Plan (Plano de Ação Política Nacional) 2017-2020 destaca-se entre os grandes impulsos nacionais para estimular o crescimento do PIB, combatendo ao mesmo tempo o desemprego e a pobreza no país. Ao priorizar os investimentos em infraestruturas de transporte e água, este plano deverá impulsionar o consumo de cimento.

A Cimpor vai prosseguir a sua estratégia de investimento na captação e na satisfação dos clientes, melhorando as condições e possibilidades de vendas, fortalecendo parcerias e pesquisas de mercado. Esta abordagem vai focar-se no fortalecimento da sua posição como líder na região e no aperfeiçoamento da eficiência operacional, perante uma maior utilização da capacidade de produção.

Em 2018, espera-se que o crescimento do EBITDA alcance dois dígitos na moeda local, apesar do aumento dos custos fixos resultantes da recente construção de infraestruturas comerciais, enquanto é estimado que a margem do EBITDA continue a melhorar, não obstante a maior contribuição dos negócios de cimento com menor margem.



Construindo
parcerias
sustentáveis

MOÇAMBIQUE

Moçambique

À semelhança de 2017, o PIB moçambicano vai permanecer no caminho certo, impulsionado em grande parte pela exploração e produção de gás natural no norte do país, aumentando 5,3%, segundo o FMI. Além disso, num cenário político local estável, uma retomada das discussões com o FMI bem-sucedida a fim de implementar um plano de financiamento sustentável para a economia, deve resultar em estímulos adicionais para o impulsionar o crescimento económico.

Em 2018, a empresa continuará a investir nas suas relações e em parcerias comerciais e técnicas com os clientes, resultando num crescimento de mercado esperado de 5 a 7%. A capacidade de servir o mercado sem interrupções exigiu, recentemente, um armazenamento de clínquer. Assim, em 2018, espera-se que geração de fundos ultrapasse o EBITDA, conforme os efeitos das vendas de clínquer em 2017. O programa de eficiência da Cimpor implica mais investimentos em Moçambique de modo a atender às perspetivas futuras de crescimento da procura, reforçando assim a presença local da Cimpor.

Estes investimentos devem fortalecer a presença local, permitindo que a empresa responda à procura no país de forma mais eficaz.

Egito

No final de 2016, o FMI e o Egito chegaram a acordo sobre os termos do programa de apoio de três anos, que implicava uma reforma económica, consistindo na liberalização da taxa de câmbio, uma consolidação fiscal (incluindo cortes ao subsídio de energia) e na melhoria do clima empresarial. O PIB cresceu aproximadamente 4% desde 2016 e, de acordo com o AFDB, deverá aumentar por volta de 4,8% em 2018 e 5,3% em 2019, beneficiando das reformas económicas em vigor e de uma demografia favorável.

À medida que a economia se ajusta, a procura de cimento no Egito deve voltar a fixar-se nos 56 milhões de toneladas por ano, uma vez que as vendas de cimento seguirão naturalmente a evolução do PIB. A Cimpor vai acompanhar o mercado, fazendo uso da sua marca de cimento *premium* para fazer face a um ambiente mais competitivo.



EGITO

Construindo
parcerias
sustentáveis

A geração de EBITDA deve aumentar mais de 20% na moeda local, ultrapassando o valor de 2016, enquanto a margem do EBITDA deve permanecer ainda no nível de 2017, já que é esperado que as vendas mais altas sejam compensadas pela utilização de clínquer em stock e pela pressão do custo de energia.

Portugal e Cabo Verde

O ambiente de recuperação económica em Portugal e Cabo Verde deve sustentar as expectativas de crescimento do EBITDA.

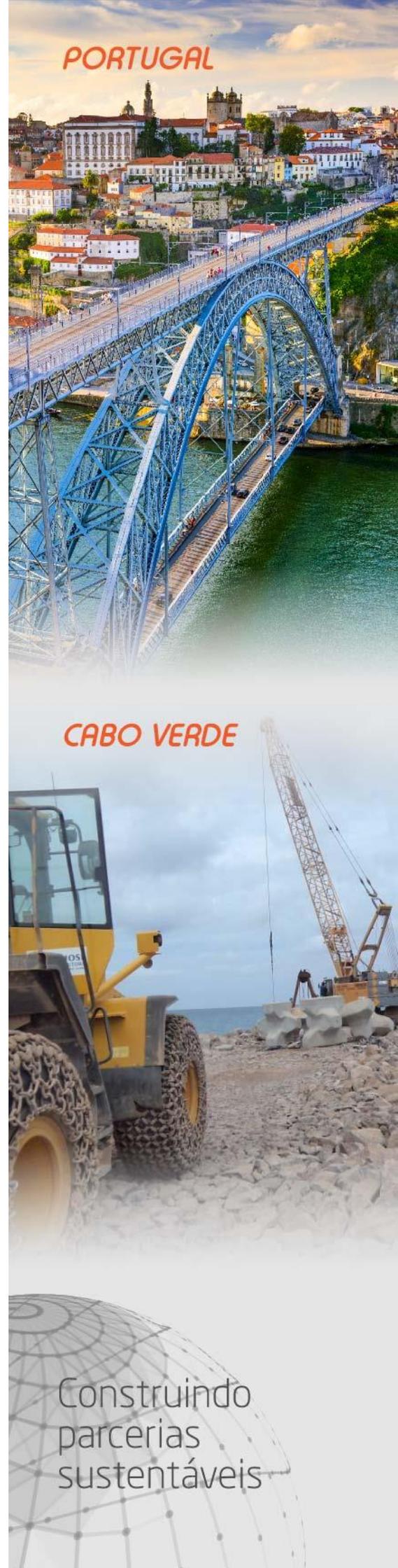
Portugal

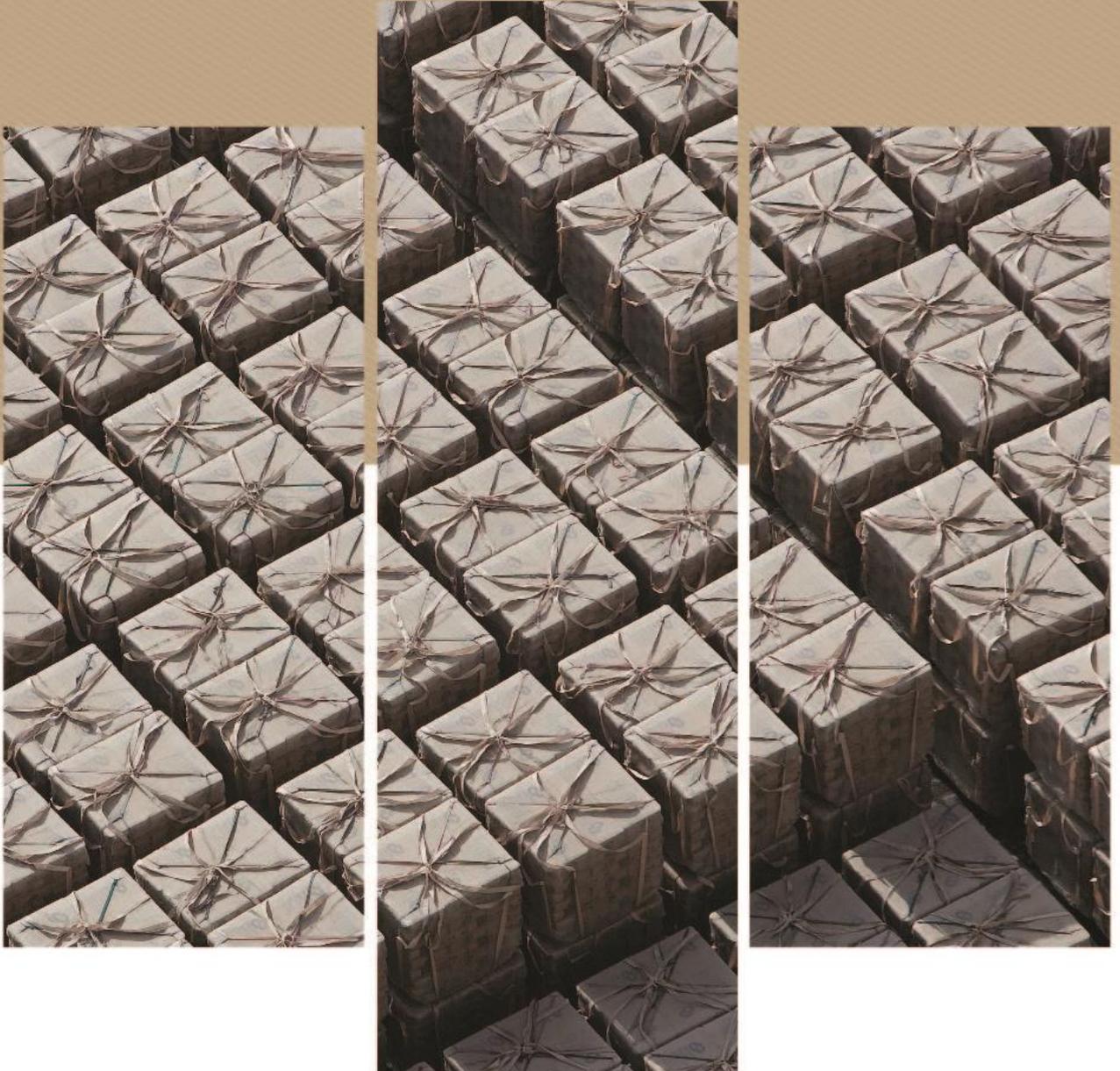
As reformas económicas dos anos anteriores foram comprovadamente bem-sucedidas e a economia portuguesa deve continuar a apresentar um crescimento sólido, com um aumento de 2% em 2018, impulsionado principalmente pela procura interna e pelas exportações. Em 2018, o investimento público deve aumentar por conta de uma política fiscal mais expansiva, assim como o investimento privado, impulsionado pelo crescimento das exportações.

No cômputo geral, espera-se que a tendência económica local suporte o aumento de um dígito no consumo de cimento, enquanto serão priorizados os contratos de exportação de maior margem, melhorando a geração de EBITDA.

Cabo Verde

O turismo vai continuar a ser a principal fonte de crescimento económico de Cabo Verde em 2018 e o maior impulsionador da construção local, possibilitando um aumento no consumo de cimento e apoiando a geração de EBITDA.





9 AÇÃO CIMPOR

9. Ação Cimpor

Em 2017 os títulos da Cimpor oscilaram entre os 0,23 euros a 13 de fevereiro e os 0,426 euros a 27 de fevereiro, tendo sido transacionadas 9,5 milhões de ações, a correspondente um turnover de 3,3 milhões de euros. Na sequência do deferimento por parte da CMVM da perda da qualidade de sociedade aberta da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., as ações da Cimpor foram excluídas de negociação no mercado regulamentado Euronext em 26 de setembro a cotar 0,36 euros.

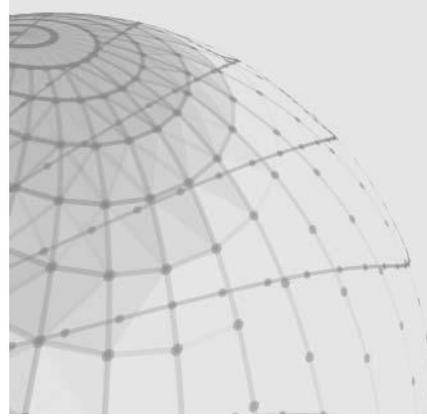
Em 2017 não foram pagos quaisquer montantes a título de dividendos.

A 31 de dezembro de 2017 a Cimpor detinha 5.906.098 ações próprias, não tendo sido transacionadas quaisquer ações próprias no decorrer de 2017.

A Assembleia Geral Anual de 2017 não aprovou nenhum plano de ações, pelo que em 2017 não se encontravam em vigor quaisquer planos de ações ou opções sobre ações.



Construindo
parcerias
sustentáveis





10 NOTAS SUBSEQUENTES

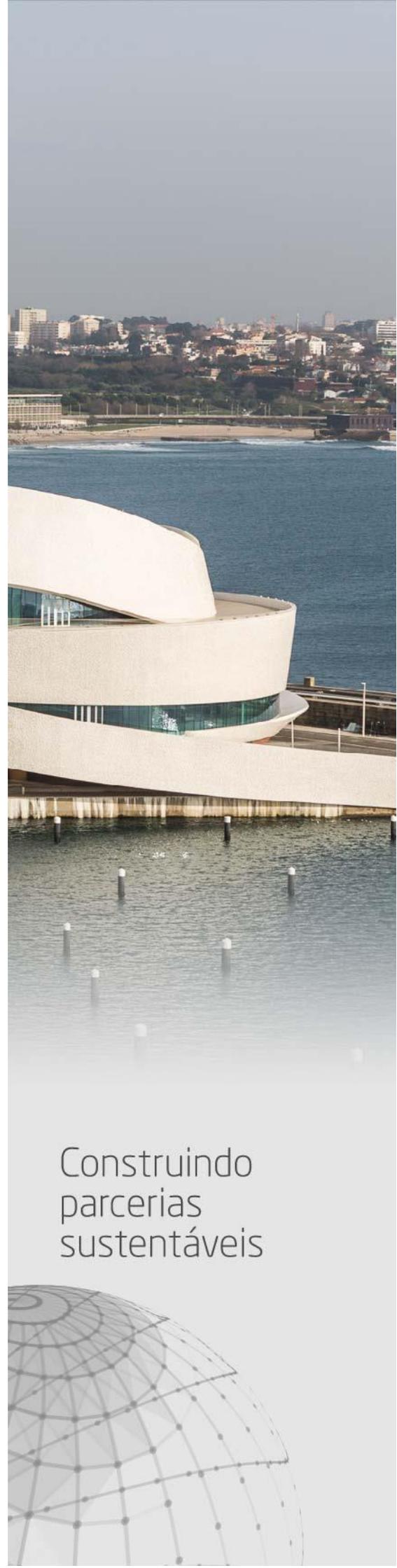
10. Notas Subsequentes

Plano de *Liability Management* da Cimpor

Em 2018, na persecução do plano *Liability Management*, a Cimpor pré-pagou 289 milhões de euros, reequilibrando a sua curva das maturidades e aumentou da maturidade média da dívida. Foi dada prioridade aos empréstimos sindicatos e bilaterais ao nível das holdings. O pré pagamento do Sindicato Bancário ascendeu a 199 milhões de euros, 30% do montante total, enquanto o pré pagamento dos empréstimos bilaterais ascendeu a 90 milhões de euros.

Nova Moagem em Moçambique

Em Março de 2018 a Cimpor adquiriu uma nova moagem na região de Matola (Moçambique) por um montante de 32,5 milhões de Dólares Norte Americanos, reafirmando o seu compromisso com o desenvolvimento económico da região.



Construindo
parcerias
sustentáveis



11

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

11. Proposta de Aplicação de Resultados

“Considerando que:

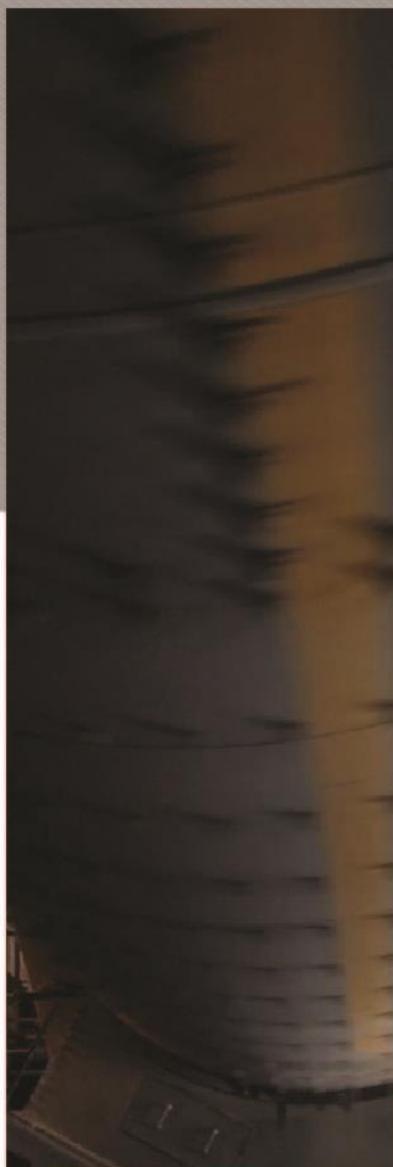
“Considerando que o prejuízo consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 atribuível a acionistas se cifrou em 490.258.554 euros, e o resultado líquido em base individual foi negativo em 11.310.702 euros, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral:

a) Transferência do Resultado Líquido negativo do Exercício de 2017 para Resultados Transitados;

b) Atribuição de gratificações aos colaboradores ao serviço no final de dezembro de 2017 até ao montante máximo de 100.000 euros, através da utilização de Resultados Transitados.”



Construindo
parcerias
sustentáveis



12 OUTRAS INFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

12. Outras Informações Societárias

12.1 Lista dos Titulares de Participações Qualificadas ¹

Acionistas	Nº de Ações	% do Capital Social ⁽²⁾	% de Direitos de Voto ⁽³⁾
Participações Morro Vermelho	652.530.950	97,10%	97,10%
Rosana Camargo de Arruda Botelho, Renata de Camargo Nascimento e Regina de Camargo Pires Oliveira Dias que controlam directamente em conjunto a sociedade RRRPN - Empreendimentos e Participações, S.A. e de forma isolada, respectivamente, as sociedades (a) RCABON Empreendimentos e Participações, S.A. e a RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A.; (b) RCNON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A.; e (c) RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	652.530.950	97,10%	97,10%
Através das sociedades RRRPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCABON Empreendimentos e Participações, S.A., RCABPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCNON Empreendimentos e Participações, S.A., RCNPN Empreendimentos e Participações, S.A., RCPODON Empreendimentos e Participações, S.A. e RCPODPN Empreendimentos e Participações, S.A..	652.530.950	97,10%	97,10%
Através da sociedade, por si controlada directa e conjuntamente, Participações Morro Vermelho, S.A.	652.530.950	97,10%	97,10%
Através da sociedade Camargo Corrêa, S.A. por si integralmente controlada	652.530.950	97,10%	97,10%
Através da sociedade Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. por si integralmente detida	131.353.069	19,55%	97,10%
Através da sociedade InterCement Participações S.A. por si controlada	521.177.881	77,56%	97,10%
Através da InterCement Austria Holding GmbH por si integralmente detida	521.177.881	77,56%	97,10%
São imputáveis à InterCement Austria Holding GmbH, segundo o entendimento da CVM/M perante a OPA lançada por esta sobre a Cimpor, o somatório dos direitos de voto inerentes às seguintes participações:			
Participação por si detida (5)	521.177.881	77,56%	77,56%
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.à.r.l. (sociedade do Grupo Camargo Corrêa acima referida) (4)	131.353.069	19,55%	19,55%

(1) Conforme Comunicados de Participações Qualificadas e outras informações recebidas pela sociedade.

(2) Com direito de voto

(3) Base de cálculo inclui totalidade de ações próprias, i.e. totalidade das ações com direitos de voto, não relevando para o mesmo a suspensão do respetivo exercício (conforme critério do artº 16º, nº3, b) do CVM)

(4) no entender da CVM/M, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM

(5) à excepção da Participação Qualificada mencionada nesta linha, todas as restantes figuram neste quadro por forma a respeitar a alínea b) do nº1 do artigo 20º do Cód. VM.

check e replicar para ingles

12.2 Informações Exigidas por Diplomas Legais

De acordo com o prescrito no art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, a seguir se indica o movimento havido, durante o exercício de 2017, das ações e obrigações Cimpor pertencentes aos membros dos órgãos de administração e fiscalização, quadros dirigentes e entidades estreitamente relacionadas com os mesmos:

Ações

Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Acionistas	N.º Títulos 31-12-2016	N.º Títulos 31-12-2017	Movimentos em 2017				
			Aquisições	Alienações	Preço Unit.	€	Data
Daniel Proença de Carvalho	1	1					
António Soares Pinto Barbosa	4.237	4.237					

O Conselho de Administração

Daniel Proença de Carvalho

Armando Sérgio Antunes da Silva

Luis Miguel Da Ponte Alves Fernandes

Paulo Sérgio de Oliveira Diniz

José Édison Barros Franco

António Henriques de Pinho Cardão

António Soares Pinto Barbosa

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa

2017

DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

CIMPOR

uma empresa  InterCement

Fábrica de João Pessoa (Brasil)
por Samuel Marques de Brito

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

do Resultado e de Outro Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2017	2016
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7	1.884.508	1.842.762
Outros proveitos operacionais	8	48.093	66.634
Total de proveitos operacionais		1.932.601	1.909.396
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(393.363)	(409.433)
Fornecimentos e serviços externos		(860.153)	(818.514)
Custos com o pessoal	10	(291.486)	(286.668)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis	7,16,17 e 18	(425.694)	(782.900)
Provisões	7 e 36	(859)	1.405
Outros custos operacionais	11	(88.234)	(42.183)
Total de custos operacionais		(2.059.789)	(2.338.292)
Resultado operacional	7	(127.188)	(428.897)
Custos e proveitos financeiros, líquidos	7 e 12	(180.582)	(371.739)
Resultados relativos a empresas associadas	7 e 12	338	868
Resultados relativos a investimentos	7 e 12	(169)	203
Resultado antes de impostos	7	(307.601)	(799.565)
Impostos sobre o rendimento	7 e 13	(131.685)	13.635
Resultado líquido dos exercícios	7	(439.286)	(785.930)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:			
Que não serão subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:			
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal	31 e 33	1.355	(5.388)
Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proveitos:			
Instrumentos financeiros de cobertura	31 e 33	15.238	(43.462)
Variação nos ajustamentos de conversão cambial		(225.414)	37.973
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio		(208.821)	(10.877)
Rendimento integral consolidado dos exercícios		(648.106)	(796.807)
Resultado líquido dos exercícios atribuível a:			
Detentores do capital	15	(490.259)	(787.625)
Interesses sem controlo	7 e 33	50.973	1.694
		(439.286)	(785.930)
Rendimento integral consolidado dos exercícios atribuível a:			
Detentores do capital		(685.817)	(796.938)
Interesses sem controlo		37.710	131
		(648.106)	(796.807)
Resultado por ação das operações:			
Básico	15	(0,74)	(1,18)
Diluído	15	(0,74)	(1,18)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro 2017.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2017	2016
Ativos não correntes:			
Goodwill	16	916.186	1.061.409
Ativos intangíveis	17	36.547	29.803
Ativos fixos tangíveis	18	1.613.004	2.135.141
Propriedades de investimento	21	7.079	7.442
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	19	8.614	8.582
Outros investimentos	20	2.759	8.292
Outras dívidas de terceiros	22	21.816	36.756
Estado e outros entes públicos	23	24.855	49.634
Outros ativos não correntes	24	6.690	215.450
Ativos por impostos diferidos	25	81.230	170.365
Total de ativos não correntes		<u>2.718.780</u>	<u>3.722.873</u>
Ativos correntes:			
Existências	26	353.710	409.321
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	94.208	157.279
Outras dívidas de terceiros	22	22.586	39.004
Estado e outros entes públicos	23	40.863	40.567
Caixa, bancos e títulos negociáveis	46	1.156.596	575.965
Outros ativos correntes	24	11.362	31.905
Total de ativos correntes		<u>1.679.325</u>	<u>1.254.042</u>
Total do ativo	7	<u>4.398.105</u>	<u>4.976.915</u>
Capital próprio:			
Capital	28	672.000	672.000
Ações próprias	29	(27.216)	(27.216)
Prestações acessórias	31	700.000	-
Ajustamentos de conversão cambial	30	(1.256.651)	(1.044.500)
Outras reservas	31	1.240.178	334.206
Resultados transitados	32	(380.087)	407.608
Resultado líquido do exercício	15	(490.259)	(787.625)
Capital próprio atribuível a acionistas		<u>457.964</u>	<u>(445.527)</u>
Interesses sem controlo	33	183.660	36.595
Total de capital próprio	7	<u>641.624</u>	<u>(408.932)</u>
Passivos não correntes:			
Passivos por impostos diferidos	25	270.815	434.879
Benefícios pós-emprego	34	15.740	21.825
Provisões	36	119.835	89.143
Empréstimos	37	2.139.521	3.131.847
Outras dívidas a terceiros	41	22.191	22.299
Estado e outros entes públicos	23	12.684	13.138
Outros passivos não correntes	42	16.793	8.199
Total de passivos não correntes		<u>2.597.578</u>	<u>3.721.330</u>
Passivos correntes:			
Benefícios pós-emprego	34	773	903
Provisões	36	2.897	3.284
Empréstimos	37	615.140	1.062.912
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	264.920	276.074
Outras dívidas a terceiros	41	77.028	88.158
Estado e outros entes públicos	23	74.586	67.393
Outros passivos correntes	42	123.560	165.792
Total de passivos correntes		<u>1.158.903</u>	<u>1.664.517</u>
Total do passivo	7	<u>3.756.481</u>	<u>5.385.847</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>4.398.105</u>	<u>4.976.915</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Prestações acessórias	Ajustamentos de conversão cambial	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2015		672.000	(27.216)	-	(1.084.050)	299.256	478.849	(71.231)	267.609	41.046	308.655
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	-	(787.625)	(787.625)	1.694	(785.930)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio	30, 31 e 33	-	-	-	39.550	(48.862)	-	-	(9.313)	(1.564)	(10.877)
Total do rendimento consolidado integral		-	-	-	39.550	(48.862)	-	(787.625)	(796.938)	131	(796.807)
Aplicação do resultado consolidado de 2015:											
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	-	(71.231)	71.231	-	-	-
Dividendos distribuídos	33	-	-	-	-	-	-	-	-	(562)	(562)
Variações de participações financeiras e outros	31, 32 e 33	-	-	-	-	83.812	(10)	-	83.802	(4.019)	79.783
Saldo em 31 de dezembro de 2016		672.000	(27.216)	-	(1.044.500)	334.206	407.608	(787.625)	(445.527)	36.595	(408.932)
Resultado líquido do exercício	7	-	-	-	-	-	-	(490.259)	(490.259)	50.973	(439.286)
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio	30, 31 e 33	-	-	-	(212.151)	16.593	-	-	(195.558)	(13.263)	(208.821)
Total do rendimento consolidado integral		-	-	-	(212.151)	16.593	-	(490.259)	(685.817)	37.710	(648.106)
Aplicação do resultado consolidado de 2016:											
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	-	(787.625)	787.625	-	-	-
Dividendos distribuídos	33	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.437)	(15.437)
Prestações acessórias	31	-	-	700.000	-	-	-	-	700.000	-	700.000
Variações de participações financeiras e outros	31, 32 e 33	-	-	-	-	889.378	(70)	-	889.308	124.791	1.014.099
Saldo em 31 de dezembro de 2017		672.000	(27.216)	700.000	(1.256.651)	1.240.178	(380.087)	(490.259)	457.964	183.660	641.624

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2017	2016
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes	46	2.409.998	2.292.376
Pagamentos a fornecedores		(1.563.992)	(1.567.248)
Pagamentos ao pessoal		(297.145)	(292.686)
Fluxos gerados pelas operações		548.862	432.442
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(50.702)	(38.016)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(192.106)	(204.854)
Fluxos das atividades operacionais (1)		306.054	189.572
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Fundos exclusivos e outros investimentos	46	987.034	102.175
Ativos fixos tangíveis		7.732	6.440
Juros e proveitos similares		4.213	7.769
Dividendos	19	850	869
Outros	46	8.921	-
		1.008.749	117.253
Pagamentos respeitantes a:			
Alterações de perímetro de consolidação por aquisições	4	(14.642)	-
Fundos exclusivos e outros investimentos	46	(44.990)	(29.782)
Ativos fixos tangíveis		(128.903)	(116.087)
Ativos intangíveis		(2.437)	(1.104)
Outros		(1.476)	(237)
		(192.448)	(147.210)
Fluxos das atividades de investimento (2)		816.302	(29.957)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	46	298.469	237.606
Prestações acessórias	46	700.000	-
Outros	46	209.004	-
		1.207.473	237.606
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	46	(1.416.183)	(290.197)
Juros e custos similares		(254.358)	(265.289)
Outros	46	(18.068)	(8.053)
		(1.688.610)	(563.540)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(481.136)	(325.934)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		641.219	(166.318)
Efeito das diferenças de câmbio e de outras transações não monetárias		(73.752)	(13.878)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	527.002	707.198
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46	1.094.469	527.002

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS

do Resultado e de Outro Rendimento Integral dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2017	2016
Proveitos operacionais:			
Prestações de serviços	47	3.000	3.755
Outros proveitos operacionais	8 e 47	132	68
Total de proveitos operacionais		3.132	3.823
Custos operacionais:			
Fornecimentos e serviços externos	47	(1.904)	(2.700)
Custos com o pessoal	10	(1.510)	(2.077)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis	18	(11)	(20)
Outros custos operacionais	11	(47)	(140)
Total de custos operacionais		(3.473)	(4.937)
Resultado operacional		(341)	(1.114)
Custos e proveitos financeiros, líquidos	12	(3.712)	(1.239)
Resultados relativos a investimentos	12	2.764	(4.589)
Resultado antes de impostos		(1.289)	(6.943)
Impostos sobre o rendimento	13	(10.022)	5.131
Resultado líquido do exercício	15	(11.311)	(1.812)
Resultado líquido por ação:			
Básico	15	(0,017)	(0,003)
Diluído	15	(0,017)	(0,003)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS

da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2017	2016
Ativos não correntes:			
Ativos fixos tangíveis	18	327	346
Investimentos em subsidiárias e associadas	19	2.081.929	1.238.845
Outros investimentos	20	87	87
Outras dívidas de terceiros	22	6.000	8.300
Ativos por impostos diferidos	25	5.090	15.574
Total de ativos não correntes		<u>2.093.433</u>	<u>1.263.152</u>
Ativos correntes:			
Clientes e adiantamentos a fornecedores	27	769	538
Outras dívidas de terceiros	22	1.011	685
Estado e outros entes públicos	23	3.373	2.738
Caixa e equivalentes de caixa	46	155	908
Outros ativos correntes	24	467	8
Total de ativos correntes		<u>5.775</u>	<u>4.877</u>
Total do ativo		<u>2.099.208</u>	<u>1.268.029</u>
Capital próprio:			
Capital	28	672.000	672.000
Ações próprias	29	(27.216)	(27.216)
Prestações acessórias	31	700.000	-
Reservas	31	306.732	306.732
Resultados transitados	32	243.965	245.777
Resultado líquido do exercício	15	(11.311)	(1.812)
Capital próprio atribuível a acionistas		<u>1.884.170</u>	<u>1.195.481</u>
Total de capital próprio		<u>1.884.170</u>	<u>1.195.481</u>
Passivos não correntes:			
Provisões	36	10.598	10.778
Empréstimos	37	35.000	50.000
Estado e outros entes públicos	23	1.103	3.797
Total de passivos não correntes		<u>46.702</u>	<u>64.575</u>
Passivos correntes:			
Provisões	36	200	227
Empréstimos	37	15.000	-
Fornecedores e adiantamentos de clientes	43	1.506	321
Outras dívidas a terceiros	41	145.880	2.817
Estado e outros entes públicos	23	3.529	3.148
Outros passivos correntes	42	2.221	1.460
Total de passivos correntes		<u>168.336</u>	<u>7.973</u>
Total do passivo		<u>215.037</u>	<u>72.548</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>2.099.208</u>	<u>1.268.029</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS

das Alterações no Capital Próprio dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Capital	Ações próprias	Prestações acessórias	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2015		672.000	(27.216)	-	306.732	255.247	(9.470)	1.197.293
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	(1.812)	(1.812)
Total do rendimento integral		-	-	-	-	-	(1.812)	(1.812)
Aplicação do resultado de 2015:								
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	(9.470)	9.470	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		672.000	(27.216)	-	306.732	245.777	(1.812)	1.195.481
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	(11.311)	(11.311)
Total do rendimento integral		-	-	-	-	-	(11.311)	(11.311)
Aplicação do resultado de 2016:								
Transferência para resultados transitados	32	-	-	-	-	(1.812)	1.812	-
Prestações acessórias	31	-	-	700.000	-	-	-	700.000
Saldo em 31 de dezembro de 2017		672.000	(27.216)	700.000	306.732	243.965	(11.311)	1.884.170

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRAÇÕES SEPARADAS

dos Fluxos de Caixa dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2017	2016
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		4.382	6.469
Pagamentos a fornecedores		(1.444)	(3.032)
Pagamentos ao pessoal		(1.688)	(3.326)
Fluxos gerados pelas operações		1.249	111
Recebimentos / (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		(5.638)	(1.048)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional		(521)	(715)
Fluxos das atividades operacionais (1)		(4.909)	(1.652)
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	46	60.274	7.167
Financiamentos concedidos	46	2.300	39.109
Ativos fixos tangíveis		9	14
Juros e proveitos similares		294	1.217
Dividendos	46	2.686	700
		65.562	48.673
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	19	(800.000)	(14.400)
Financiamentos concedidos	46	-	(30.326)
		(800.000)	(44.726)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(734.438)	3.947
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	46	-	50.000
Prestações acessórias	46	700.000	-
Financiamentos obtidos	46	40.000	22.326
		740.000	72.326
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	46	-	(50.000)
Juros e custos similares		(1.406)	(1.526)
Financiamentos obtidos	46	-	(22.326)
		(1.406)	(73.852)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		738.594	(1.526)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(753)	769
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	46	908	138
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	46	155	908

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras individuais em 31 de dezembro de 2017.

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas Em 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em milhares de euros)

1. Nota introdutória

A Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“CIMPOR” ou “Empresa”), constituída em 26 de março de 1976, com a designação social de Cimpor - Cimentos de Portugal, E.P., sofreu diversas alterações estruturais e jurídicas, que a conduziram à liderança de um Grupo empresarial que em 31 de dezembro de 2017 detinha atividades em 8 países: Portugal, Egito, Paraguai, Brasil, Moçambique, África do Sul, Argentina e Cabo Verde (“Grupo Cimpor” ou “Grupo”).

O fabrico e comercialização de cimento constituem o negócio nuclear do Grupo. Betões, agregados e argamassas são produzidos e comercializados numa ótica de integração vertical dos negócios.

O Grupo detém as suas participações concentradas essencialmente em duas sub-holdings: (i) a Cimpor Portugal, SGPS, S.A., que concentra as participações nas sociedades que se dedicam à produção de cimento, betão, agregados, argamassas, artefactos de betão, e atividades conexas, em Portugal; e, (ii) a Cimpor Trading e Inversiones, S.A., que detém as participações nas sociedades sedeadas fora de Portugal.

Em 5 de setembro de 2017 foi tornado público que entre, as iniciativas realizadas pela Empresa para reduzir sua alavancagem, o conselho de administração da Empresa controlada na Argentina, Loma Negra, C.I.A.S.A. (“Loma Negra”), promoveu iniciativas para permitir que a Loma Negra estivesse em posição de realizar uma oferta de ações nos mercados de capital doméstico e internacional. A Oferta Pública Inicial (“IPO”) da Loma Negra sobre parte do seu capital social ocorreu através de uma oferta de dupla listagem na NYSE (EUA) e na BYMA (Argentina), que fechou ao preço de US\$19,00 por American Depositary Shares (“ADSs”).

Com esta transação, o Grupo arrecadou um valor bruto de US\$ 1.096.870 milhares, correspondentes a uma parcela de 48,43% do capital social da Loma Negra (876.317 milhares de euros, líquidos dos gastos associados – Nota 31), com as seguintes proveniências:

- Venda de 53.530.000 ADS na oferta internacional de 267.650.000 ações ordinárias, incluindo o pleno exercício da opção de compra de 7.750.000 ADS adicionais, pelos subscritores, representando um total bruto de US\$ 1.017.070 milhares.
- Venda de 21.000.000 de ações ordinárias na oferta doméstica na Argentina, representando um total bruto de US\$ 79.800 milhares.

Em 21 de junho de 2017, uma assembleia geral extraordinária de acionistas (“AGE”) da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Cimpor”) deliberou sobre a perda de qualidade de sociedade aberta, nos termos do artigo 27(1)(b) do Código de Valores Mobiliários (CVM), mediante uma proposta de resolução para o efeito apresentada pela InterCement Austria Holding GmbH, uma subsidiária

totalmente controlada da InterCement Participações S.A., que possuía diretamente (antes do processo de perda de qualidade de sociedade aberta) 74,64% do capital social da empresa. A deliberação dos acionistas foi aprovada por uma maioria de 99,28% dos votos expressos correspondentes a 94,67% do capital social de votação da Cimpor.

Além da citada resolução e, na sequência do pedido da Cimpor, em 26 de setembro de 2017, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ("CMVM") aprovou a referida perda de qualidade de sociedade aberta, nos termos dos artigos 27, 28 e 29 do CVM. Como consequência da decisão da CMVM, as ações da Cimpor foram excluídas da negociação na NYSE Euronext Lisboa.

Em dezembro de 2017, a acionista controladora Intercement Austria Holding, propôs ao Conselho de Administração a concessão de Prestações Acessórias, no montante de €700 milhões, em condições semelhantes ao regime das Prestações Suplementares. Tendo aquela proposta sido aceite, os correspondentes recursos financeiros deram entrada na Empresa, estando prevista a ratificação pelos acionistas da concessão das Prestações Acessórias, será efetuada na próxima Assembleia Geral de acionistas.

2. Principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e separadas (da Empresa) foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e na sede de cada uma das entidades referidas, ajustadas no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras separadas e consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2017. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e pelo *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), que tenham sido adotadas pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão aqui designadas genericamente por "IFRS".

Na sequência das operações de reforço do capital próprio do Grupo, nomeadamente o IPO da subsidiária Loma Negra e a concessão de Prestações Acessórias, conforme evidenciado na Nota 1, em 31 de dezembro de 2017, a situação patrimonial do Grupo apresenta uma melhoria considerável face ao apresentado no ano transacto, com um capital próprio consolidado positivo de cerca de 642 milhões de euros que compara com os cerca de 409 milhões de euros negativos em 31 de dezembro de 2016. Ainda assim, o Conselho de Administração sendo consciente dos desafios que subsistem, ao nível da melhoria da rentabilidade das operações e da redução do nível de alavancagem, continua a

proceder à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subseqüentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que em conjugação com as medidas já adotadas e previstas adotar, a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração irá continuar o conjunto de ações, quer ao nível operacional, quer ao nível da sua política de financiamento, visando incrementar os seus níveis de eficiência e produtividade e, simultaneamente, a redução do nível de alavancagem.

2.2. Normas, interpretações, emendas e revisões

Que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 12 - Reconhecimento de impostos diferidos ativos por perdas não realizadas	1-jan-17	Esta emenda vem clarificar as condições de reconhecimento e mensuração de ativos por impostos resultantes de perdas não realizadas.
Emenda à IAS 7 - Divulgações	1-jan-17	Esta emenda vem introduzir divulgações adicionais relacionadas com os fluxos de caixa de atividades de financiamento.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	1-jan-18	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os novos requisitos relativamente à classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, à metodologia de cálculo de imparidade e à aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	1-jan-18	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rédito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes, substituindo as normas IAS 18 – Rédito, IAS 11 – Contratos de construção; IFRIC 13 – Programas de fidelização; IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis; IFRIC 18 – Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 – Rédito - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.
IFRS 16 – Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que A IFRS 16 não

		implicará alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Clarificações sobre a IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	1-jan-18	Estas alterações vêm introduzir diversas clarificações na norma com vista a eliminar a possibilidade de surgirem interpretações divergentes de vários tópicos.
Emenda à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9, Instrumentos financeiros, com a IFRS 4, Contratos de seguros	1-jan-18	Esta emenda proporciona orientações sobre a aplicação da IFRS 4 em conjunto com a IFRS 9. A IFRS 4 será substituída com a entrada em vigor da IFRS 17.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa em 2017, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória.

O Grupo está num processo de avaliação dos impactos destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à IFRS 2: Classificação e medida das transações de pagamentos em ações	1-jan-18	Esta emenda vem introduzir diversas clarificações na norma relacionadas com: (i) o registo de transações de pagamentos com base em ações que são liquidadas com caixa; (ii) o registo de modificações em transações de pagamentos com base em ações (de liquidadas em caixa para liquidadas com instrumentos de capital próprio); (iii) a classificação de transações com características de liquidação compensada.

Emenda à IAS 40: Transferências de propriedades de investimento	1-jan-18	Esta emenda clarifica que a mudança de classificação de ou para propriedade de investimento apenas deve ser feita quando existem evidências de uma alteração no uso do ativo.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2014-2016)	1-jan-18 com exceção das alterações à IFRS 12, cuja data de aplicação é 1-jan-17	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro: elimina algumas isenções de curto prazo; IFRS 12 – Divulgação de interesses noutras entidades: clarifica o âmbito da norma quanto à sua aplicação a interesses classificados como detidos para venda ou detidos para distribuição ao abrigo da IFRS 5; IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos: introduz clarificações sobre a mensuração a justo valor por resultados de investimentos em associadas ou <i>joint ventures</i> detidos por sociedades de capital de risco ou por fundos de investimento.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)	1-jan-19	Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.
Emenda à IFRS 9: caraterísticas de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo

		de negócio), desde que: (i) na data do reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.
Emenda à IAS 28: Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos	1-jan-19	Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respetivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira incluindo adiantamentos para compra de ativos	1-jan-18	Esta interpretação vem estabelecer a data do reconhecimento inicial do adiantamento ou do rendimento diferido como a data da transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio do reconhecimento do rédito.
IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento	1-jan-19	Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.

2.3. Julgamentos críticos / estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração da Cimpor (“Administração”) formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor reconhecido dos ativos e passivos, e as divulgações de ativos e passivos contingentes à data das demonstrações financeiras, bem como os proveitos e custos.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pela Administração na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Imparidade de ativos não correntes (excluindo *Goodwill*)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo Cimpor, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo Cimpor.

A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, unidades geradoras de caixa, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, taxas de crescimento, vidas úteis e valores de transações.

- Imparidade do *goodwill*

O *goodwill* é sujeito a teste de imparidade anualmente ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com a política indicada na Nota 2.4. c). Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa às quais o *goodwill* é afeto são determinados com base no maior de entre o valor de uso, apurado de acordo com os fluxos de caixa esperados, e o valor realizável líquido, de acordo com múltiplos de transações recentes. Na determinação do valor de uso são utilizadas estimativas por parte da Administração relativamente à evolução futura da atividade e às taxas de desconto consideradas.

- Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data da demonstração da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

- Vidas úteis dos ativos fixos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar, do seu valor residual e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera.

- Registo de provisões e divulgação de passivos contingentes

O Grupo analisa periodicamente eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação da realização dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho futuro.

- Benefícios de reforma e saúde

A avaliação das responsabilidades por benefícios de reforma e de saúde atribuídos aos colaboradores do Grupo é efetuada anualmente com recurso a estudos atuariais elaborados por peritos independentes, baseados em pressupostos atuariais associados a indicadores económicos e demográficos. Quaisquer alterações a estes pressupostos terão impacto no montante das responsabilidades por benefícios de reforma e saúde, sendo política do Grupo rever periodicamente estes pressupostos.

- Mensuração de instrumentos financeiros derivados

A mensuração de instrumentos financeiros derivados envolve um conjunto de estimativas e pressupostos sobre o comportamento de variáveis, nomeadamente o comportamento de taxas de juro e de câmbio, bem como estimativas sobre o risco de crédito do Grupo e das diversas contrapartes envolvidas, as quais poderão divergir daqueles que venham efetivamente a ocorrer.

2.4. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas (subsidiárias)

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o Grupo detém, cumulativamente, os seguintes elementos de controlo: i) a capacidade de gerir as atividades relevantes (atividades que afetam significativamente os resultados da investida); ii) a exposição ou direitos a resultados variáveis da investida; e iii) a capacidade de afetar esses resultados através do poder que exerce, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o Grupo detém o controlo sobre uma entidade.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gasto nos períodos em que os custos são incorridos e os serviços são recebidos, com exceção dos custos da emissão de valores imobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IAS 39.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é registado como *Goodwill*, nos casos em que se verifica aquisição de controlo.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*Goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração do resultado e de outro rendimento integral na rubrica “Outros proveitos operacionais”.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando o preço de aquisição/atribuição é contingente à ocorrência de eventos específicos acordados com o vendedor/acionista (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos).

Quaisquer pagamentos contingentes a transferir pelo Grupo são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Caso a obrigação assumida constitua um passivo financeiro, as alterações subsequentes do justo valor são reconhecidas em resultados. Caso a obrigação assumida constitua um instrumento de capital não há lugar a alteração do valor estimado inicialmente.

Os valores de ativos e passivos adquiridos no âmbito de uma concentração de atividades empresariais podem ser revistos durante um período que não pode exceder um ano após a data de aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiram na data de aquisição.

O Grupo reavalia o poder sobre uma subsidiária quando existam evidências de alterações em um ou mais elementos de controlo indicados anteriormente.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa. Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos na demonstração consolidada do resultado e de outro rendimento integral desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação. As subsidiárias foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do resultado e de outro rendimento integral nas rubricas “Interesses sem controlo”.

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e dos interesses sem controlo, mesmo que isso resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para garantir que as políticas contabilísticas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo. As transações, saldos e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 4.

b) Investimentos em associadas, empreendimentos conjuntos e participadas

Associadas

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em empresas associadas são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício.

Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor da participação, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo e um aumento ou diminuição da participação.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como *goodwill*, o qual não é apresentado numa linha separada da demonstração da posição financeira. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração do resultado e de outro rendimento integral as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é registada ao valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se, posteriormente, a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Empreendimentos conjuntos

As participações financeiras em empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) correspondem a acordos conjuntos pelo qual as partes detêm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo, através da vinculação por um acordo contratual que deverá conferir às partes controlo conjunto.

Conceptualmente, o controlo conjunto consiste na partilha das decisões das atividades relevantes, sobre as quais é exigido o consentimento unânime das partes.

O reconhecimento e mensuração de um empreendimento conjunto nas demonstrações financeiras consolidadas é realizado pelo método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos ganhos ou perdas da *joint venture* é reconhecida na demonstração do resultado e de outro rendimento integral como resultado operacional e a quota parte nos movimentos de reservas da *joint venture*, caso ocorram, é reconhecida em reservas. Os ganhos e perdas não realizados em transações com empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na empresa conjuntamente controlada, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são uniformizadas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Participadas

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o Grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20% do capital) são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição, nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

As participações financeiras em empresas participadas são classificadas como ativos disponíveis para venda em conformidade com a IAS 39, sendo apresentadas como ativos não correntes quando consideradas estratégicas para o Grupo.

c) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias acrescido do justo valor dos Interesses sem controlo e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill*.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Os valores de *goodwill* são expressos na moeda funcional da respetiva unidade geradora de caixa, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças de câmbio geradas nessa conversão são registadas no capital próprio na rubrica de “Ajustamentos de conversão cambial”.

Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes identificados, a diferença apurada é registada como proveito na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral do período em que ocorre a aquisição.

2.5. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, incluindo direitos e licenças adquiridas, encontrando-se registado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se forem por este controláveis e se o respetivo valor puder ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral quando incorridos, exceto nas situações em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros, caso em que são classificados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir do momento em que os ativos intangíveis se encontram disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o seu período de vida útil estimado, conforme abaixo:

	Anos de vida útil
Gerados internamente	5 a 10
Licenças, direitos de uso e de software	até 5
Concessões (direitos de exploração e superfície)	10 a 35

2.6. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicáveis.

Os ativos ligados à atividade cimenteira existentes em 1 de janeiro de 2004, foram reavaliados nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme permitido pelas disposições transitórias da IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas de Relato Financeiro, assumindo-se o valor resultante como novo valor de custo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, exceto se outro método se mostrar mais adequado face ao respetivo uso, a partir da data em que se encontram disponíveis para ser utilizados no uso e local pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	7 – 30
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	2 – 14
Outros ativos fixos tangíveis	2 – 10

Os terrenos afetos à exploração de pedreiras e os recursos minerais são depreciados de forma linear, no período previsto de exploração, deduzido do respetivo valor residual, quando aplicável.

A quantia depreciável dos ativos fixos tangíveis não inclui, quando determinável e significativo, o valor residual que se estima no final das respetivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos-valias resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

2.7. Investimentos em subsidiárias e associadas (demonstrações financeiras separadas)

Os investimentos em subsidiárias e associadas são reconhecidos ao custo de aquisição, exceto para os já existentes em 1 de janeiro de 2009, para os quais foi seguida a opção de contabilização pelo respetivo valor contabilístico àquela data (“custo considerado”), conforme opção prevista nas normas de transição para as IFRS. Os investimentos em subsidiárias e associadas são sujeitos a testes de imparidade sempre que existam indícios de que o seu valor contabilístico é inferior ao seu valor de recuperação considerando o mais alto de entre o valor de uso ou venda.

2.8. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado como ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito acima, são registados como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, numa base linear durante o período do contrato de locação.

De acordo com a IFRIC 4 – Determinar se um acordo contém uma locação, caso um acordo estabelecido contenha, em substância, uma locação, incluindo transações que transmitam o direito de usar o ativo ou, caso o cumprimento do acordo esteja dependente do uso de um ativo específico, o Grupo procede à sua análise a fim de avaliar se tais acordos incluem uma locação e se as prescrições da IAS 17 – Locações devem ser aplicadas.

2.9. Imparidade de ativos não correntes, excluindo *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indicie que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade. Nas situações em que o ativo individualmente não gera fluxos de caixa de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no *goodwill* e em ativos fixos tangíveis e intangíveis”.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa estimados futuros decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que estas já não existem, ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral na rubrica “Amortizações, depreciações e perdas por imparidade no *goodwill* e em ativos fixos tangíveis e intangíveis”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.10. **Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira**

As transações em outras divisas, que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”), em particular:

- As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intra-grupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros;
- As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura de risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, tal como preconizado na IAS 21 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio (“IAS 21”), e desde que cumpram o critério de eficácia estabelecido na IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (“IAS 39”).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da demonstração da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas das demonstrações consolidadas do resultado e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão são registados como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial” para as empresas subsidiárias e em rubrica específica de “Reservas - Ajustamentos de partes de capital em associadas” para as empresas associadas, sendo transferidos para Resultados financeiros - Resultados relativos a investimentos, aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De acordo com a IAS 21, o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registadas como rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Ajustamentos de conversão cambial”), exceto quando os mesmos configuram uma operação descontinuada, nos termos estabelecidos na Nota 2.14., situação em que são incluídos como Resultado Líquido de operações descontinuadas.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura.

2.11. Custos de financiamento

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos que requerem um período substancial de tempo para atingir a sua condição de uso ou venda (“ativos qualificáveis”) são acrescidos ao custo desses ativos durante aquele período de tempo.

Na medida em que empréstimos à taxa de juro variável, destinados a financiar a aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, estejam a ser cobertos por intermédio de uma relação de cobertura de “*cash-flow*”, a parcela efetiva do justo valor do instrumento financeiro derivado é reconhecida em reservas e transferida para resultados quando o item coberto tem impacto em resultados. Adicionalmente, na medida em que os empréstimos à taxa de juro fixa usada para financiar um ativo qualificável estejam a ser cobertos mediante uma relação de cobertura de justo valor, os encargos financeiros a crescer ao custo do ativo devem refletir a taxa de juro coberta.

Os rendimentos obtidos com a aplicação temporária dos empréstimos contraídos para financiamento de ativos qualificáveis são deduzidos aos encargos a serem capitalizados.

2.12. Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que se irão cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos em resultado líquido do período, em simultâneo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos na rubrica “Outros passivos não correntes” ou deduzidos ao custo de aquisição do ativo e são transferidos para resultados do período, de forma consistente e proporcional das depreciações dos bens a cuja aquisição se destinaram.

2.13. Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso e os produtos acabados e intermédios são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

Sempre que o valor realizável líquido seja inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor das existências, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, o qual é repostado quando deixam de existir os motivos que a originaram.

2.14. Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas

Ativos não correntes (ou grupo para alienação) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou grupo para alienação) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda, e são apresentados separadamente na demonstração consolidada da posição financeira.

Uma operação descontinuada é um componente de uma entidade que, ou foi alienado, ou está classificado como detido para venda e:

- Representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- Faz parte de um plano único coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- É uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os montantes incluídos na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral e na demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativos a essas operações descontinuadas são apresentados separadamente para o período corrente e para todos os períodos anteriores que sejam apresentados nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos relacionados com operações descontinuadas (ainda não alienadas) são apresentados em linhas autónomas para o último exercício apresentado, sem reajuste dos anos anteriores.

2.15. Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- a) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outros componentes da mesma entidade);
- b) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- c) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade.

A Cimpor identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais a Comissão Executiva. É a Comissão Executiva que revê a informação interna preparada de forma a avaliar o desempenho das atividades do Grupo e a afetação de recursos.

O Grupo encontra-se organizado em segmentos geográficos.

2.16. Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data do balanço.

2.17. Resultado operacional

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os relacionados com reestruturações e com ativos fixos tangíveis e intangíveis. Inclui, ainda, as mais ou menos-valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, exceto nos casos em que as mesmas configurem operações descontinuadas (tal como referido na Nota 2.14), situação em que os efeitos decorrentes são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral como “Resultado líquido das operações descontinuadas”. Assim, excluem-se dos resultados

operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.18. **Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; (ii) seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando uma das condições descritas não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos em causa como passivos contingentes, a menos que a possibilidade de saída de fundos seja remota, caso em que os mesmos não são, por norma, objeto de divulgação.

a) **Provisões para reestruturação**

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

b) **Reconstituição ambiental**

Face às disposições legais e às práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de pedreiras são sujeitos a reconstituição ambiental.

Neste contexto, sempre que determináveis, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. Estas provisões são registadas em simultâneo com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo aquele acréscimo reconhecido em resultados na medida da depreciação dos ativos.

Adicionalmente, o Grupo tem como prática proceder à reconstituição progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.19. **Instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa, bancos e títulos negociáveis

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa, bancos e títulos negociáveis” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento a curto prazo (três meses ou menos), altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros empréstimos”.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas no reconhecimento inicial pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do respetivo ajustamento em resultados, correspondente à diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Outros investimentos

Os outros investimentos são reconhecidos (e desreconhecidos) na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes à sua posse, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente mensurados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço dos ativos entregues, incluindo despesas de transação. A mensuração subsequente depende da sua classificação.

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Ativos mensurados ao justo valor através de resultados; e
- Ativos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à maturidade são investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data, sendo classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço. Estes investimentos são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efetiva, líquido de

amortizações de capital e juros recebidos. São reconhecidas perdas por imparidade em resultados quando o valor reconhecido do investimento é inferior ao valor estimado dos fluxos de caixa, descontados à taxa de juro efetiva determinada no momento do reconhecimento inicial. A reversão de perdas por imparidade em períodos subsequentes apenas poderá ocorrer quando um aumento no valor recuperável do investimento estiver relacionado com eventos ocorridos após a data em que a perda por imparidade foi reconhecida. Em qualquer circunstância decorrente da reversão da perda por imparidade, o valor reconhecido do investimento não poderá ultrapassar o valor correspondente ao respetivo custo amortizado caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Após o reconhecimento inicial, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Reserva de justo valor”) até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é transferido para resultado do período. Os que não tenham cotação num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade são mantidos ao custo de aquisição ajustado face às perdas por imparidade estimadas.

d) Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo, após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

Para os instrumentos híbridos emitidos, que possuem características de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, esses componentes são classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais estão mensurados a custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos estão ao valor justo por meio do resultado.

e) Empréstimos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, são mensurados pelo método do custo amortizado, sendo os correspondentes encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os juros corridos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros passivos correntes – Juros a pagar”.

f) Contas a pagar

As contas a pagar são registadas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo tem como política contratar instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, os quais decorrem essencialmente de variações nas taxas de juro e taxas de câmbio.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas definidas e aprovadas pela Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

Instrumentos de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39, nomeadamente, quanto à respetiva documentação e avaliação de efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como cobertura de “justo valor”, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do período.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de “cash-flow” são registadas como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio (“Outras reservas”) na sua componente eficaz e em resultados financeiros na sua componente ineficaz. Os valores registados em “Outras reservas” são transferidos para resultados no período em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na IAS 39.

Instrumentos de negociação

Relativamente aos instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições da IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, as respetivas variações no justo valor são registadas na demonstração consolidada do resultado e do outro rendimento integral em resultados financeiros do período em que ocorrem.

h) Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados em capital próprio.

i) Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado da seguinte forma:

- Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

2.20. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da demonstração da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no correspondente justo valor abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os ativos se encontram em imparidade. Nesta situação, a eventual perda acumulada – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados - é transferida de reservas (outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio) para resultado do período. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através de resultados do período, afetando diretamente outros rendimentos reconhecidos em capital próprio.

Clientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas imparidades para perdas de valor quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- Antiguidade do incumprimento;
- Dificuldades financeiras do devedor;
- Probabilidade de falência do devedor.

As imparidades são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é desreconhecido por utilização da respetiva conta de imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.21. Benefícios pós-emprego - pensões

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência são registadas de acordo com os critérios consagrados na IAS 19 – Benefícios dos empregados (“IAS 19”).

Planos de benefício definido

Os custos com a atribuição destes benefícios são reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

Deste modo, no final de cada período contábilístico, são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes, no sentido de determinar o valor das responsabilidades a essa data e o custo com pensões a registrar nesse período, de acordo com o método das “unidades de crédito projetadas”. As responsabilidades, assim estimadas, são comparadas com os valores de mercado do fundo de pensões, de forma a determinar o montante das diferenças a registrar na demonstração consolidada da posição financeira.

Os custos com pensões são registrados na rubrica “Custos com o pessoal”, conforme previsto pela referida norma, com base nos valores determinados por estudos atuariais, e incluem o custo dos serviços correntes (acréscimo de responsabilidade), o qual corresponde aos benefícios adicionais obtidos pelos empregados no período e o custo líquido dos juros, o qual resulta da aplicação da taxa de desconto sobre a responsabilidade líquida no início do período. Os ganhos e perdas atuariais são registrados como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas pelo Grupo para planos de contribuição definida são registradas como custo na data em que são devidas.

2.22. Benefícios pós-emprego - saúde

Algumas das empresas do Grupo mantêm com os seus empregados um regime de assistência na doença, de natureza supletiva relativamente aos serviços oficiais de saúde e Segurança Social, extensivo a familiares, pré-reformados e reformados. As responsabilidades decorrentes do referido regime, quando aplicável, são registradas conforme indicado para os planos de benefício definido, na rubrica de “Custos com pessoal – Benefícios de saúde”.

À semelhança do tratamento dado aos benefícios de reforma, no final de cada período contábilístico são obtidos estudos atuariais elaborados por entidades independentes de forma a determinar as responsabilidades a essa data. Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente como outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio.

2.23. Ativos e passivos contingentes

Um passivo contingente é: (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos; ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a quantia da obrigação não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no respetivo anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.24. **Rédito e especialização dos exercícios**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- e
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- e
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito do Grupo receber o correspondente montante.

2.25. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais podem diferir dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor na jurisdição fiscal de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação e são registados na demonstração do resultado e do outro rendimento integral, salvo quando os mesmos se relacionam com itens registados diretamente em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio, caso em que são igualmente registados naquelas rubricas.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das diferenças temporárias, não se procedendo ao respetivo desconto.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura. A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: i) exista um direito legal ou haja intenção de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; ii) tais ativos e passivos se relacionem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e iii) exista a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

2.26. Resultados por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da Empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa-mãe.

2.27. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre situações existentes a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre situações ocorridas após essa data, se significativas, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.28. Licenças de emissão de CO₂ – Mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas do Grupo em Portugal encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito de estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma política contabilística que enquadre o mecanismo de atribuição e transação de licenças de emissão, o Grupo adota a seguinte política:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo;
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registados em Resultados operacionais;
- Quando se estima que as emissões anuais de CO₂ excedem as licenças anualmente atribuídas é reconhecido um passivo, por contrapartida de “Outros custos operacionais”, o qual é mensurado de acordo com a cotação do final do exercício;
- As licenças adquiridas são mensuradas ao seu custo de aquisição e reconhecidas como ativos intangíveis - “Propriedade industrial e outros direitos”.

3. Alterações de políticas, estimativas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, exceto no que respeita à adoção de normas ou interpretações novas, revistas ou emendadas mencionadas na Nota 2, as quais não tiveram impactos significativos na posição financeira ou no resultado integral, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

4. Empresas subsidiárias, associadas e conjuntamente controladas

4.1. Empresas consolidadas pelo método integral e operações conjuntas

Foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., e as seguintes subsidiárias nas quais existe controlo:

SIGLA	FIRMA	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2017	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2016
SEGMENTO HOLDINGS, ENTIDADES DE SUPORTE AO NEGÓCIO, CORPORATIVAS E TRADING			
CIMPOR SGPS	CIMPOR - CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A.		
CIMPOR INVERSIONES	CIMPOR TRADING E INVERSIONES, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR B.V.	CIMPOR FINANCIAL OPERATIONS, B.V.	100,00	100,00
CIMPOR REINSURANCE	CIMPOR REINSURANCE, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR PORTUGAL	CIMPOR PORTUGAL, SGPS, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR SERVIÇOS	CIMPOR – SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE EMPRESAS, S.A.	100,00	100,00
CTA	CEMENT TRADING ACTIVITIES - COMÉRCIO INTERNACIONAL,S.A.	100,00	100,00
INTERCEMENT AUSTRIA EQUITY	INTERCEMENT AUSTRIA EQUITY PARTICIPATIONS GMBH	100,00	100,00
CAUE AUSTRIA	CAUE AUSTRIA HOLDING GMBH	100,00	100,00
LOMA NEGRA HOLDING	LOMA NEGRA HOLDING GMBH	100,00	-
SEGMENTO PORTUGAL E CABO VERDE			
CIMPOR INDÚSTRIA	CIMPOR – INDÚSTRIA DE CIMENTOS, S.A.	100,00	100,00
CIMENTAÇOR	CIMENTAÇOR - CIMENTOS DOS AÇORES, LDA.	100,00	100,00
BETÃO LIZ	BETÃO LIZ, S.A.	98,50	98,50
AGREPOR	AGREPOR AGREGADOS - EXTRACÇÃO DE INERTES, S.A.	100,00	100,00
IBERA	IBERA - INDÚSTRIA DE BETÃO, S.A.	50,00	50,00
SACOPOR	SACOPOR - SOCIEDADE DE EMBALAGENS E SACOS DE PAPEL, S.A.	100,00	100,00
CIARGA	CIARGA - ARGAMASSAS SECAS, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR IMOBILIÁRIA	CIMPOR IMOBILIÁRIA, S.A.	100,00	100,00
CIMPOR CABO VERDE	CIMPOR CABO VERDE, S.A.	98,13	98,13
SEGMENTO BRASIL			
INTERCEMENT BRASIL	INTERCEMENT BRASIL, S.A.	100,00	100,00
CAUE FINANCE	CAUE FINANCE LIMITED	100,00	100,00
RIOS PRIMEIRA	INVERSIONES RÍOS PRIMEIRA LIMITADA	-	99,99
NEOGERA	NEOGERA INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO LTDA.	100,00	100,00
BARRA GRANDE	BARRA GRANDE PARTICIPAÇÕES, S.A.	d) 81,09	81,09
ESTREITO	ESTREITO PARTICIPAÇÕES	b) 80,80	100,00
MACHADINHO	MACHADINHO PARTICIPAÇÕES, S.A.	e) 81,30	81,30
ECOPROCESSA	ECOPROCESSA - TRATAMENTO DE RESÍDUOS, LTDA.	100,00	50,00
CECC	CECC - INCORPORADORA E ADMINISTRADORA DE BENS, LTDA.	a) 100,00	-
OPERAÇÕES CONJUNTAS:			
SEGMENTO BRASIL			
BAESA	BAESA - ENERGÉTICA BARRA GRANDE, S.A.	9,00	9,00
CESTE	CONSÓRCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE	4,44	4,44
MACHADINHO	CONSÓRCIO MACHADINHO	5,28	5,28
CAMARGO CORRÊA ESCOM	CAMARGO CORRÊA ESCOM CEMENT B.V.	50,10	50,10

SIGLA	FIRMA		PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2017	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2016
SEGMENTO ARGENTINA E PARAGUAI				
LOMA NEGRA	LOMA NEGRA C.I.A., S.A.	c)	51,04	99,44
COFESUR	COFESUR, S.A.	c)	51,04	96,56
RECYCOMB	RECYCOMB, S.A.	c)	51,04	99,44
YGUAZU CEMENTOS	YGUAZU CEMENTOS, S.A.	c)	26,03	50,71
SEGMENTO EGIPTO				
CEC	CIMPOR EGYPT FOR CEMENT COMPANY, S.A.E.		100,00	100,00
AMCC	AMREYAH CEMENT COMPANY, S.A.E.		99,14	99,14
AMREYAH CIMPOR	AMREYAH CIMPOR CEMENT COMPANY, S.A.E.		99,36	99,36
CSC	CEMENT SERVICES COMPANY, S.A.E.		99,61	99,61
CIMPASC	CIMPOR SACS MANUFACTURE COMPANY, S.A.E.		99,90	99,90
AMREYAH DEKHEILA	AMREYAH DEKHEILA TERMINAL COMPANY, S.A.E.		99,37	99,37
AMREYAH CIMPOR READY MIX	AMREYAH CIMPOR READY MIX COMPANY, S.A.E.		99,25	99,25
SEGMENTO MOÇAMBIQUE				
CIM. MOÇAMBIQUE	CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE, S.A.		82,64	82,64
CIMBETÃO	CIMPOR BETÃO MOÇAMBIQUE, S.A.		82,64	82,64
IMOPAR	IMOPAR - IMOBILIÁRIA DE MOÇAMBIQUE, S.A.		100,00	100,00
CINAC	CIMENTOS DE NACALA, S.A.		82,72	82,72
SEGMENTO ÁFRICA DO SUL				
NPCC	NATAL PORTLAND CEMENT COMPANY (PTY) LTD.		100,00	100,00
DC	DURBAN CEMENT LTD.		100,00	100,00
NPC	NPC - CIMPOR (PTY) LIMITED		74,00	74,00
SRT	SIMUMA REHABILITATION TRUST		33,30	33,30
CONCRETE	NPC CONCRETE (PTY) LTD.		100,00	100,00
S. C. STONE	SOUTH COAST STONE CRUSHERS (PTY) LTD.		55,00	55,00
S. C. MINING	SOUTH COAST MINING (PTY) LTD.		100,00	100,00
STERKSPRUIT AGGREGATES	STERKSPRUIT AGGREGATES (PTY) LTD.		55,00	55,00
INTERCEMENT SA	INTERCEMENT SOUTH AFRICA (PTY) LTD.		100,00	100,00

As alterações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram, essencialmente, as seguintes:

- (a) Durante o primeiro semestre de 2017, ocorreu a aquisição de 100% do capital social da CECC Incorporadora e Administradora de Bens Ltda., pelo montante de 14.642 milhares de euros (48.782 milhares de BRL) (Nota 47);
- (b) Em 22 de abril de 2015, a empresa Estreito Participações S.A. ("Estreito") foi incorporada pela InterCement Brasil, tendo como objeto social a participação em outras empresas. Em 21 de novembro de 2016, o seu capital aumentou em 180.397 milhares de reais, através da contribuição em espécie das ações detidas no consórcio Estreito Energia. Com o referido aumento o capital da Estreito passou a ser representada por 181.397.485 ações, das quais 145.117.988 são ações ordinárias e 36.279.497 são ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.

Em 11 de outubro de 2017, todas as ações preferenciais da Estreito, equivalentes a 19,2% do capital, foram vendidas pelo valor aproximado de 78.000 milhares de euros (290.000 milhares de

BRL), resultando em um ganho líquido de cerca de 39.000 milhares de euros (156.699 milhares de BRL), líquido de imposto sobre o rendimento, registado no capital próprio dos acionistas (Nota 31).

- (c) As variações decorrem principalmente do IPO da Loma Negra. Ver a Nota 1.
- (d) A Barra Grande Participações S.A. (“Barra Grande”) foi constituída em 22 de abril de 2015 e tem por objeto social a participação em outras sociedades, com um capital social de 500 BRL. Em 8 de dezembro de 2015, o capital social da Barra Grande foi aumentado em 62.828 milhares de BRL, integralmente realizado com a entrada em espécie das ações da BAESA, responsável por construir, operar, manter, administrar e explorar o aproveitamento hidroelétrico de Barra Grande. Adicionalmente, foi acordada a conversão de 12.127.596 ações ordinárias em ações preferenciais. Após o referido aumento, o capital da Barra Grande passou a estar representado por 63.829.456 ações, sendo 51.701.860 ações ordinárias e 12.127.596 ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.

Em 29 de dezembro de 2015, foi celebrado um contrato promessa de venda de 12.127.596 ações preferenciais, representativas de 18,99% do capital social da Barra Grande, pelo montante de 240.769 milhares de BRL, tendo o valor recebido sido contabilizado como “Outros credores”, uma vez que a concretização da transação ficou pendente da verificação de certas cláusulas contratuais.

O cumprimento das condições contratuais verificou-se em 28 de outubro de 2016, concretizando-se a aquisição das referidas ações preferenciais numa operação que gerou um ganho líquido de 41.049 milhares de euros (141.141 milhares de BRL, já deduzido de imposto de renda e contribuição social) registado no capital próprio (Nota 31).

- (e) A Machadinho Participações S.A. (“Machadinho”) foi constituída em 22 de abril de 2016, tendo por objeto social a participação em outras empresas. Em 28 de julho de 2016, o capital da Machadinho foi aumentado, sendo realizado em espécie com a entrega de 5,28% dos ativos e passivos detidos no Consórcio Machadinho, no montante de 30.795 milhares de BRL, passando a ser representado por 31.795.658 ações, sendo 25.849.870 ações ordinárias e 5.945.788 ações preferenciais, sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.

Em 16 de dezembro de 2016, foram alienadas ao Banco Itaú BBA a totalidade das ações preferencias da Machadinho, equivalentes a 18,7% do seu capital social, pelo montante de 249.650 milhares de BRL, de que resultou um ganho de 42.763 milhares de euros (147.039 milhares de BRL, já deduzido do imposto de renda e contribuição social) registado no capital próprio (Nota 31).

4.2. Empresas associadas

As empresas associadas que, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 19), são as seguintes:

SIGLA	FIRMA	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2017	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFETIVA 2016
SEGMENTO PORTUGAL			
AVE	AVE- GESTÃO AMBIENTAL E VALORIZAÇÃO ENERGÉTICA, S.A.	35,00	35,00
SETEFRETE	SETEFRETE, SGPS, S.A.	25,00	25,00
SEGMENTO BRASIL			
COMICAN	COMPANHIA DE MINERAÇÃO CANDIOTA	48,00	48,00

5. Alterações no perímetro de consolidação, operações descontinuadas e atribuição de justo valor

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não ocorreram alterações significativas no perímetro de consolidação.

6. Cotações

As cotações utilizadas na conversão, para euros, dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como dos resultados dos exercícios findos naquelas datas, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio fecho (EUR / Divisa)			Câmbio médio (EUR / Divisa)		
	2017	2016	Var.% (a)	2017	2016	Var.% (a)
USD Dólar americano	1,1999	1,0550	(12,1)	1,1300	1,1064	(2,1)
BRL Real brasileiro	3,9693	3,4384	(13,4)	3,6243	3,8306	5,7
MZN Novo metical moçambicano	70,1166	75,2056	7,3	70,8681	70,2044	(0,9)
CVE Escudo cabo verdiano	110,265	110,265	-	110,265	110,265	-
EGP Libra egípcia	21,2717	18,9862	(10,7)	20,0497	10,8126	(46,1)
ZAR Rand sul africano	14,7558	14,4531	(2,1)	15,1088	16,2599	7,6
ARS Peso argentino	22,3783	16,7642	(25,1)	18,8533	16,4108	(13,0)
PYG Guarani paraguaio	6.720,67	6.092,32	(9,3)	6.395,77	6.305,22	(1,4)

a) A variação é calculada com base no câmbio convertido moeda local / Euros.

7. Segmentos operacionais

A principal informação relativa aos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, dos diversos segmentos operacionais, sendo estes correspondentes a cada uma das áreas geográficas onde o **Grupo** opera, é a seguinte:

	Dezembro 2017				Dezembro 2016			
	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais	Vendas e prestações de serviços			Resultados operacionais
	Clientes externos	Intersegmentais	Total		Clientes externos	Intersegmentais	Total	
Segmentos operacionais:								
Brasil	453.830	1.017	454.847	(308.725)	523.198	1.305	524.503	(600.837)
Argentina e Paraguai	810.820	-	810.820	161.806	644.559	-	644.559	106.828
Portugal e Cabo Verde	230.772	56.853	287.625	7.098	199.495	60.828	260.323	3.648
Egito	104.027	-	104.027	(13.503)	176.860	-	176.860	24.213
Moçambique	96.420	-	96.420	2.195	123.771	-	123.771	13.953
África do Sul	133.695	2.386	136.081	26.313	108.510	2.955	111.466	25.246
Total	1.829.564	60.256	1.889.819	(124.815)	1.776.393	65.089	1.841.481	(426.950)
Não afetos a segmentos (a)	54.945	144.237	199.182	(2.373)	66.369	144.243	210.611	(1.947)
Eliminações	-	(204.492)	(204.492)	-	-	(209.331)	(209.331)	-
	1.884.508	-	1.884.508	(127.188)	1.842.762	-	1.842.762	(428.897)
Custos e proveitos financeiros, líquidos				(180.582)				(371.739)
Resultados relativos a empresas associadas				338				868
Resultados relativos a investimentos				(169)				203
Resultado antes de impostos				(307.601)				(799.565)
Impostos sobre o rendimento				(131.685)				13.635
Resultado líquido do período				(439.286)				(785.930)

(a) Esta rubrica inclui sociedades holdings e tradings não afetos a segmentos específicos.

Em 31 de dezembro de 2017, os Resultados operacionais no Segmento “Portugal e Cabo Verde” encontram-se influenciados pelo registo de um ganho líquido de 3.869 milhares de euros (6.231 milhares de euros a 31 de dezembro de 2016), em resultado da alienação de 750.000 licenças de emissão de CO₂ (3.200.000 licenças em 31 de dezembro de 2016), deduzido da responsabilidade registada de 172 milhares de euros (9.426 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016), correspondente a 35.784 toneladas de CO₂, emitidas acima das licenças em carteira, num total de 2.398.347 toneladas de CO₂ emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2.070.838 toneladas de CO₂ emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Também neste período, adquiriram-se 2.000.000 licenças, pelo montante de 9.503 milhares de euros (2.940.000 licenças em 31 de dezembro de 2016 pelo montante de 22.296 milhares de euros). Em abril de 2017 foram restituídas 2.106.622 licenças, referentes às emissões do ano de 2016 (em abril de 2016 foram restituídas 2.927.535 licenças, referentes às emissões do ano de 2015).

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado dos segmentos, sem consideração da parte imputável a interesses sem controlo, a qual ascende aos seguintes valores:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Segmentos operacionais:		
Brasil	26.325	5.838
Argentina e Paraguai	21.083	3.001
Portugal e Cabo Verde	391	182
Egito	(363)	-
Moçambique	3.301	(7.439)
África do Sul	236	111
	<u>50.973</u>	<u>1.694</u>

Outras informações:

	Dezembro 2017			Dezembro 2016		
	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões	Dispêndios de capital fixo	Amortizações, depreciações e perdas por imparidade a)	Provisões
Segmentos operacionais:						
Brasil	44.497	310.193	-	38.104	663.132	(2.564)
Argentina e Paraguai	70.993	48.845	-	60.434	56.300	212
Portugal e Cabo Verde	5.595	40.311	-	8.341	34.399	(909)
Egito	14.599	12.976	-	42.044	10.693	381
Moçambique	6.216	6.797	-	5.722	6.592	-
África do Sul	7.223	4.713	-	4.442	4.718	2
Não afetos a segmentos	1.800	1.859	859	1.742	7.066	1.472
	<u>150.923</u>	<u>425.694</u>	<u>859</u>	<u>160.829</u>	<u>782.900</u>	<u>(1.405)</u>

- (a) As perdas por imparidade incluídas nos valores indicados, quando aplicável, dizem respeito a perdas por imparidade no goodwill e em ativos fixos tangíveis e intangíveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram reconhecidas perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis na área de negócios do Brasil no montante, de 233.573 milhares de euros, na área de negócios do Egito, 3.714 milhares de euros, e na área de negócios de Portugal e Cabo Verde em ativos fixos tangíveis e intangíveis, nos montantes de 6.730 e 2.175 milhares de euros, respetivamente (Notas 17 e 18). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram reconhecidas perdas por imparidade em goodwill na Área de negócios do Brasil, no montante de 583.706 milhares de euros e em ativos fixos tangíveis em “Não afetos a segmentos”, de cerca de 4.300 milhares de euros (Notas 16 e 18).

Os ativos e passivos por segmento operacional e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são como segue:

	Dezembro 2017			Dezembro 2016		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido	Ativo	Passivo	Ativo líquido
Segmentos operacionais:						
Brasil	1.824.248	1.109.826	714.423	2.741.520	1.529.515	1.212.005
Argentina e Paraguai	805.178	424.834	380.344	856.972	532.166	324.807
Portugal e Cabo Verde	518.856	356.064	162.791	397.753	381.288	16.465
Egito	200.148	157.117	43.030	207.590	98.219	109.371
Moçambique	176.442	155.045	21.396	182.822	179.583	3.239
África do Sul	277.448	86.262	191.186	256.380	127.988	128.393
	3.802.319	2.289.148	1.513.171	4.643.038	2.848.758	1.794.280
Não afetos a segmentos	1.133.136	2.013.297	(880.160)	944.183	3.155.976	(2.211.794)
Eliminações	(545.964)	(545.964)	-	(618.888)	(618.888)	-
Investimentos em associadas	8.614	-	8.614	8.582	-	8.582
Total consolidado	4.398.105	3.756.481	641.624	4.976.915	5.385.847	(408.932)

Os ativos e passivos não alocados a segmentos relatáveis incluem os ativos e passivos de sociedades holdings e tradings não afetos a segmentos específicos.

8. Outros proveitos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os outros proveitos operacionais tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Proveitos suplementares	11.691	10.540	31	58
Ganhos obtidos na alienação de ativos (a)	20.754	31.362	3	8
Reversão de imparidades de saldos a receber de clientes e adiantamentos a fornecedores (Nota 27)	459	633	-	-
Subsídios	5	5	-	-
Trabalhos para a própria empresa	1.268	7.358	-	-
Reversão de imparidades em existências (Nota 26)	20	449	-	-
Reversão de imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	-	3	-	-
Outros	13.895	16.285	97	1
	48.093	66.634	132	68

(a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 inclui o ganho, na área de negócios de Portugal, na alienação de licenças de CO2 no montante de 4.041 milhares de euros e 15.658 milhares de euros, respetivamente (Nota 44), bem como inclui o ganho proveniente das áreas de negócios do Brasil e de Portugal e Cabo Verde, com a alienação de ativos fixos tangíveis, nos montantes de 15.191 milhares de euros e de 14.509 milhares de euros, respetivamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

9. Custo das vendas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o custo das vendas, foi como segue:

	2017	2016
Mercadorias vendidas	169.975	179.109
Matérias consumidas	221.787	230.248
Perdas/ (Ganhos) em regularização de existências	1.601	77
	<u>393.363</u>	<u>409.433</u>

10. Custos com o pessoal

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Remunerações	225.615	205.324	1.179	1.350
Prêmios	12.230	7.824	61	57
Encargos com remunerações	22.870	24.283	178	235
Custos de ação social e outros (a)	24.701	27.718	18	35
Indemnizações e compensações (b)	8.359	19.114	45	352
Benefícios pós-emprego - pensões (Nota 34)	(2.975)	1.788	17	31
Benefícios pós-emprego - saúde (Nota 34)	338	232	-	-
Seguros	348	386	12	17
	<u>291.486</u>	<u>286.668</u>	<u>1.510</u>	<u>2.077</u>

(a) Os custos de ação social e outros incluem custos com medicina no trabalho e assistência na doença, formação profissional e subsídio de alimentação.

(b) Diz respeito a custos com indemnizações em resultado de processos de reestruturações em curso no Grupo, com particular relevo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, nas Áreas de negócio do Egito, Argentina e Brasil.

O número médio de empregados do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017	2016
Portugal	794	820
Egito	440	487
Brasil	2.074	2.295
Moçambique	485	546
África do Sul	358	364
Cabo Verde	90	93
Argentina	3.144	3.029
Paraguai	118	113
	<u>7.502</u>	<u>7.747</u>
Não afetos a segmentos	176	198
	<u>7.678</u>	<u>7.945</u>

O número médio de empregados da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, incluído em “Não afetos a segmentos” do Grupo, foi de 6 e 8 respetivamente.

11. Outros custos operacionais

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Impostos (a)	36.534	17.836	5	12
Imparidades de saldos a receber de clientes (Nota 27)	8.883	3.456	-	-
Quotizações	508	624	23	33
Imparidades em existências (Nota 26) (b)	11.161	117	-	-
Perdas incorridas na alienação de ativos	10.986	3.701	3	-
Donativos	1.106	1.190	-	-
Multas e penalidades	1.120	1.159	11	1
Dívidas incobráveis	18	316	-	-
Imparidades de outras dívidas a receber (Nota 22)	615	39	-	-
Licenças de emissão de CO2 (Nota 44)	172	9.426	-	-
Outros (c)	17.133	4.320	5	94
	<u>88.234</u>	<u>42.183</u>	<u>47</u>	<u>140</u>

(a) Incluem-se impostos associados ao volume de vendas e taxas de exploração de pedreiras.

(b) Deve-se essencialmente ao reconhecimento de imparidades em existências em unidades industriais cuja atividade foi suspensa.

(c) O incremento face ao exercício anterior explica-se essencialmente por ajustes em rubricas de fundo de maneio, nomeadamente regularizações de ativos e reconhecimento de passivos.

12. Resultados financeiros, de empresas associadas e de investimentos

Os resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Custos financeiros:				
Juros suportados	262.955	281.069	1.558	1.484
Diferenças de câmbio desfavoráveis (a)	119.228	158.853	2.218	122
Variação de justo valor:				
Instrumentos financeiros derivados (b)	10.221	3.975	-	-
	10.221	3.975	-	-
Outros custos financeiros (c)	45.739	69.255	176	83
	438.142	513.152	3.953	1.688
Proveitos financeiros:				
Juros obtidos	19.574	26.937	241	449
Diferenças de câmbio favoráveis (a)	223.344	72.587	-	-
Variação de justo valor:				
Instrumentos financeiros derivados (b)	7.562	-	-	-
	7.562	-	-	-
Outros proveitos financeiros (c)	7.081	41.888	-	-
	257.560	141.413	241	449
Custos e proveitos financeiros, líquidos	(180.582)	(371.739)	(3.712)	(1.239)
Resultados relativos a empresas associadas:				
De equivalência patrimonial (Nota 19):				
Perdas em empresas associadas	(617)	-	-	-
Ganhos em empresas associadas	955	868	-	-
	338	868	-	-
Resultados relativos a investimentos:				
Rendimentos de participação de capital	14	4	2.764	182
Ganhos/(Perdas) obtidos em investimentos (d)	(183)	199	-	(4.772)
	(169)	203	2.764	(4.589)

- (a) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as diferenças de câmbio estão significativamente influenciadas pelo efeito, respetivamente, da valorização e desvalorização de moedas funcionais das empresas do Grupo face ao USD e ao Euro, na conversão de ativos e passivos financeiros denominados naquelas moedas. No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em função da liquidação dos instrumentos derivados ocorrida em março e abril (Nota 39), foram registadas diferenças de câmbio positivas de cerca de 96 milhões de euros decorrentes da evolução cambial favorável do Euro face ao USD;
- (b) Estas rubricas são compostas por variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados com a finalidade de cobrirem os riscos de taxa de juro e taxa de câmbio e os derivados embutidos nas operações de alienação das participações na “Barra Grande”, “Machadinho” e “Estreito” (Nota 39);
- (c) Nos outros custos e proveitos financeiros do Grupo incluem-se os custos e proveitos relativos à atualização financeira de ativos e passivos, incluindo o efeito da atualização financeira de

provisões (Nota 36), os descontos de pronto pagamento, concedidos e obtidos, e os custos com comissões, garantias e outras despesas bancárias em geral. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o ganho de 23.429 milhares de euros com a operação de recompra de obrigações emitidas pela Cimpor Financial Operations, B.V., com o valor nominal de 108.378 milhares de USD (Nota 37).

- (d) Na Empresa, os resultados relativos a investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, correspondem ao registo de perdas por imparidade na participação financeira da Kandmad – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda..

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, está igualmente incluído em juros suportados a estimativa de juros de mora relacionados com o pagamento de uma licença industrial na área de negócio do Egito, no montante de cerca de 21.000 milhares de euros (ver Nota 17).

13. Impostos sobre o rendimento

Imposto sobre o rendimento do Grupo

As empresas do Grupo são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal das respetivas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade.

País	Base do imposto sobre rendimento	Taxa de imposto	Prejuízos fiscais		Taxa de imposto
		Dezembro 2017	Prazo limite de reporte	Limitações à dedução Anual	Dezembro 2016
África do Sul		28,00%	N/A	N/A	28,00%
Argentina (c)		35,00%	5 anos	N/A	35,00%
Austria		25,00%	N/A	75% do Lucro Tributável	25,00%
Brasil		34,00%	N/A	30% do Lucro Tributável	34,00%
Cabo Verde	O imposto sobre rendimento incide sobre o lucro das sociedades, constituído pela soma algébrica do resultado líquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não reflectidas naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos das legislações aplicáveis.	25,50%	7 anos	50% do Lucro Tributável	25,50%
Egito		22,50%	5 anos	N/A	22,50%
Espanha		25,00%	N/A	25% do Lucro Tributável	25,00%
Holanda	Adicionalmente poderão ainda existir benefícios fiscais, nomeadamente benefícios ao investimento e por despesas em I&D.	25,00%	Ano anterior e 9 anos após apuramento	N/A	25,00%
Luxemburgo		27,08%	17 anos (d)	N/A	29,22%
Moçambique		32,00%	5 anos	N/A	32,00%
Paraguai (a)		10,00%		N/A	10,00%
Portugal (b)		22,50%	5 anos	70% do Lucro Tributável	22,50%

N/A - Não aplicável

O imposto sobre o rendimento nas diversas geografias onde o Grupo atua determina-se de acordo com as seguintes condições:

- (a) No Paraguai não existe reporte de prejuízos;
- (b) Os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 euros são ainda sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º - A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:
 - 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
 - 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 e 35.000.000 euros;
 - 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros;
- (c) Na Argentina a taxa de imposto irá reduzir para 30% para os exercícios 2018 e 2019 e para 25% para os exercícios 2020 em diante;
- (d) Para os prejuízos fiscais apurados antes de 31 de dezembro de 2016 não existe prazo limite de reporte.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições em que o Grupo desenvolve a sua atividade, as correspondentes declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades

fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O imposto sobre o rendimento do Grupo reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como segue:

	2017	2016
Imposto corrente	67.173	54.109
Imposto diferido (Nota 25)	54.140	(62.829)
Reforços / (Reversões) de provisões para impostos (Nota 36)	10.371	(4.914)
Encargo do exercício	<u>131.685</u>	<u>(13.635)</u>

De modo a facilitar a compreensão e comparabilidade do encargo de imposto, a reconciliação da taxa de imposto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não considera os resultados negativos (cerca de 2 milhões de euros e 58 milhões de euros, respetivamente), das entidades detentoras de dívida, sobre os quais não foram registados os correspondentes efeitos fiscais, por neste momento não existirem projeções que permitam antecipar a respetiva recuperação. A reconciliação, desconsiderando aquele efeito, é a seguinte:

	2017	2016
Resultado antes de impostos	(307.601)	(799.565)
Resultados das entidades detentores de dívida	2.338	58.004
Resultado ajustado para efeito de reconciliação	(305.264)	(741.561)
Taxa de imposto aplicável em Portugal	22,50%	22,50%
Imposto teórico	(68.684)	(166.851)
Resultados operacionais e financeiros não tributados	104.875	7.187
Diferenças permanentes no registo de perdas por imparidade	-	131.334
Ajustes a impostos diferidos	105.548	15.226
Diferenças de taxas de tributação	(30.990)	(17.836)
Outros	20.936	17.305
Custo de imposto	<u>131.685</u>	<u>(13.635)</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os “Resultados operacionais e financeiros não tributados” estão significativamente influenciados pelo resultado negativo da área de negócios do Brasil, para o qual não foi constituído o correspondente imposto diferido ativo, e em 31 de dezembro de 2016, as “Diferenças permanentes no registo de perdas por imparidade”, referem-se ao *goodwill* da área de negócios do Brasil (Nota 16).

A rubrica de “Ajustes a impostos diferidos” inclui, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a eliminação de impostos diferidos ativos em várias jurisdições devido à incerteza quanto à sua recuperação, sendo de realçar em 2017, este contributo proveniente da área de negócios do Brasil, no montante de 104 milhões de euros, e também o efeito positivo nos impostos diferidos da alteração de taxa, na área de negócio da Argentina, no montante de 5 milhões de euros.

A variação na rubrica de “Diferenças de taxas de tributação” reflete o impacto dos contributos positivos ou negativos dos resultados das empresas de jurisdições com taxas de imposto mais elevadas.

A rubrica de “Outros” inclui os encargos associados à tributação de dividendos bem como o efeito de ajustes de impostos correntes de exercícios anteriores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, inclui ainda o encargo de imposto sobre o rendimento de cerca de 7 milhões de euros e de 12 milhões de euros, respetivamente, relacionado com o acordo de pagamento das liquidações adicionais efetuadas pela autoridade tributária a uma das nossas empresas no Egito, por referência ao ano de 2008 e aos anos de 2000 a 2004. A Administração da empresa interpôs recurso judicial relativamente a tais liquidações e, suportada nos pareceres dos seus consultores, entende que não assiste razão à autoridade tributária quanto à manutenção do substancial de tais liquidações. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, também relativamente a subsidiárias da área de negócios do Egito, foram constituídas provisões para impostos dos exercícios de 2004 a 2014, no valor de aproximadamente 9 milhões de euros (Nota 36).

Adicionalmente ao encargo de imposto, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram registados no Grupo impostos diferidos diretamente em rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio de 89.286 milhares de euros e de 31.342 milhares de euros, respetivamente (Notas 25 e 31).

Imposto sobre o rendimento da Empresa

A Empresa é tributada de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”), do qual fazem parte as empresas em que detém, em Portugal, direta ou indiretamente por entidades elegíveis, pelo menos 75% do seu capital e cumprem com os requisitos previstos na legislação. Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, nos termos das regras definidas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respetiva derrama apurada individualmente.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos.

À data deste relatório foram revistas as declarações fiscais da Empresa relativas a IRC até ao exercício de 2014. Encontram-se ainda sujeitos a revisão os exercícios fiscais de 2015 e 2016.

A Administração, suportada nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções com efeito significativo e que não estejam já refletidas nestas demonstrações financeiras.

O imposto sobre o rendimento da Empresa reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como segue:

	2017	2016
Imposto corrente	(423)	356
Imposto diferido (Nota 25)	10.409	162
Reforços/reversões de provisões para impostos (Nota 36)	36	(5.649)
Encargo do exercício	<u>10.022</u>	<u>(5.131)</u>

A reconciliação entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e a taxa de imposto efetiva na Empresa pode ser apresentada do seguinte modo:

	2017	2016
Resultado antes de impostos	(1.289)	(6.943)
Taxa de imposto aplicável em Portugal	22,50%	22,50%
Imposto teórico	(290)	(1.562)
Resultados operacionais e financeiros não tributados	(576)	(2.542)
Reforços / (Reversões) de provisões para impostos	36	(5.649)
Ajustes a impostos diferidos	11.214	4.000
Outros	(363)	622
Custo de imposto	<u>10.022</u>	<u>(5.131)</u>

Os resultados operacionais e financeiros não tributados do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 referem-se, essencialmente, ao recebimento de dividendos das subsidiárias Cimpor Financial Operations BV e Cimpor Services Company. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, referiam-se, essencialmente, à dissolução e liquidação da subsidiária Kandmad (Nota 19).

Nos outros estão incluídos correções de impostos de exercícios anteriores e o efeito do ajuste dos resultados internos do grupo fiscal.

14. Dividendos

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 5 de abril de 2017, foi proposta a não distribuição de dividendos para o exercício de 2016. O mesmo sucedeu na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de março de 2016 relativamente ao exercício de 2015.

15. Resultados por ação

O resultado por ação, básico e diluído, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi calculado tendo em consideração os seguintes montantes:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Resultado por ação básico				
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	(490.259)	(787.625)	(11.311)	(1.812)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares) (a)	666.094	666.094	666.094	666.094
	(0,74)	(1,18)	(0,017)	(0,003)

(a) O número médio de ações encontra-se ponderado pelo número médio de ações próprias em cada um dos correspondentes exercícios.

Por não existirem efeitos diluidores, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

16. Goodwill

Durante os exercícios findos em 31 dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos valores de *goodwill*, bem como nas respectivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Portugal	Egito	Brasil	Moçambique	África do Sul	Cabo Verde e Outros	Argentina	Total
Ativo bruto:								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	27.004	67.613	1.191.842	20.363	61.169	9.458	171.843	1.549.292
Efeito da conversão cambial	-	(37.262)	238.941	(5.434)	10.499	-	(26.345)	180.400
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.004	30.352	1.430.783	14.929	71.668	9.458	145.498	1.729.691
Efeito da conversão cambial	-	(3.261)	(191.370)	403	(1.470)	-	(36.501)	(232.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	27.004	27.091	1.239.413	15.332	70.198	9.458	108.997	1.497.492
Perdas por imparidade acumuladas:								
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18.001	-	-	-	-	-	-	18.001
Efeito da conversão cambial	-	-	66.576	-	-	-	-	66.576
Reforços	-	-	583.706	-	-	-	-	583.706
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.001	-	650.282	-	-	-	-	668.283
Efeito da conversão cambial	-	-	(86.976)	-	-	-	-	(86.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	18.001	-	563.306	-	-	-	-	581.306
Valor líquido a 31 de dezembro de 2016	9.003	30.352	780.501	14.929	71.668	9.458	145.498	1.061.409
Valor líquido a 31 de dezembro de 2017	9.003	27.091	676.108	15.332	70.198	9.458	108.997	916.186

Imparidade de Ativos

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade anualmente ou sempre que se verifique a existência de indícios de possível imparidade, os quais têm por base a determinação do valor recuperável de cada um dos segmentos de negócio a que se encontram afectos (Nota 2.3).

Atendendo ao modelo de negócio e à estrutura de relato financeiro adotado, o goodwill é atribuído a cada segmento operacional, tendo em consideração a existência de sinergias entre as diversas unidades que integram cada segmento numa perspetiva de integração vertical dos negócios.

O valor recuperável de cada grupo de unidades geradoras de caixa integrantes dos referidos segmentos operacionais é comparado, nos testes realizados, com o correspondente valor reconhecido dos ativos e passivos que os integram (“*book value*”). O valor recuperável foi determinado com base nas projeções de fluxos de caixa que decorrem dos planos de negócio a medio e longo prazo, adicionados de uma perpetuidade. Os fluxos de caixa são descontados com base no custo médio ponderado do capital depois de impostos (“WACC”), ajustado pelos riscos específicos de cada mercado.

As Projeções de Fluxo de Caixa

O Grupo revê os pressupostos subjacentes à determinação da quantia recuperável dos ativos líquidos, anualmente ou quando há indicadores de imparidade, considerando a estimativa de fluxos de caixa futuros o que inclui, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas com o crescimento do mercado, a quota de mercado, investimentos e custos.

Em geral, os planos são projetados pela aplicação de taxas de crescimento dos mercados, considerando a procura esperada de materiais de construção e a evolução das respectivas economias.

Os volumes de vendas projetados baseiam-se no pressuposto do uso da capacidade e das quotas de mercado, de acordo com os níveis históricos. Relativamente aos custos variáveis, presume-se uma evolução de acordo com o desenvolvimento das vendas. Para o fluxo de caixa no Brasil, a Empresa considerou, na melhoria das margens operacionais, a economia obtida com os programas de redução de custos e iniciativas para a recuperação dos preços, e espera atingir no 5º ano de projeção uma margem próxima da margem de referência histórica no mercado brasileiro.

Determinação da taxa de desconto

São calculadas taxas de desconto para cada unidade geradora de caixa com base na taxa sem risco local pertinente ajustada pelo prêmio de risco do país, entre outros parâmetros.

A determinação do valor em uso foi baseada em fluxos de caixa descontados, calculados em moeda local, utilizando o respectivo WACC e taxas de perpetuidade, conforme descrição a seguir:

Segmentos	Moeda	2017			2016		
		Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa "WACC" *	Taxa de crescimento longo prazo	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa "WACC" *	Taxa de crescimento longo prazo
Portugal e Cabo Verde	EUR/CVE	18.461	7,9% - 9,8%	0,0%	18.461	6,7% - 7,8%	0,0%
Egito	EGP	27.091	24,9%	0,0%	30.352	22,9%	0,0%
Brasil	EUR	676.108	10,6%	0,0%	780.501	10,5%	0,0%
Moçambique	MZM	15.332	19,0%	0,0%	14.929	17,5%	0,0%
África do Sul	ZAR	70.198	12,5%	0,0%	71.668	9,3%	0,0%
Argentina	ARS	108.997	(a)	0,0%	145.498	16,1%	0,0%
		<u>916.186</u>			<u>1.061.409</u>		

(*) Taxa de desconto calculada após impostos. Para a área de negócio do Egito, a taxa "WACC" refere-se ao primeiro ano da projeção, e altera-se, posteriormente, de acordo com a variação da taxa de inflação.

(a) Para a área de negócio de Argentina e Paraguai, o teste de imparidade foi realizado comparando o valor contabilístico dos ativos relacionados com o valor de mercado das ações da Loma Negra no mercado de ações no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo calculou o eventual impacto de uma alteração de 0,5% na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação às projeções de todas as áreas de negócio (exceto Argentina e Paraguai). Com exceção da área de negócio do Brasil, do qual resultaram os seguintes impactos, nenhuma outra imparidade resultaria de tal cálculo.

	+50 BP	-50 BP
Taxa de desconto	(129.795)	150.360
Imparidade	(11.244)	n/a
Margem Ebitda	45.116	(45.116)
Imparidade	n/a	-

Alargando a análise acima (em todas as projeções acima testadas) verifica-se a ocorrência de imparidades adicionais (além das que naturalmente ocorreriam na área de negócios do Brasil pela aumento da taxa de desconto) apenas com alteração de 150BP na margem EBITDA na área de negócios do Brasil, no montante de €17 milhões de euros.

Imparidade na Área de Negócio Brasil

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 dos testes de imparidade realizados, resultou para a área de negócio do Brasil, e em função da deterioração do cenário económico e político do país, o registo de imparidades no valor de 650 milhões de Euros (2.235.929 milhares de reais), afetas integralmente ao correspondente *Goodwill*.

As condições neste mercado, que tinha já registado uma forte recessão em 2015, deterioraram-se em 2016, com uma acentuada contração do PIB e com as agências de classificação de risco a voltarem a baixar a notação de crédito do Brasil.

Nesse contexto macroeconómico do país, o mercado de cimento seguiu com tendência de baixa em relação a 2015, situação que foi ainda agravada pelo aumento da ociosidade da indústria em função da entrada em operação de novas fábricas, que dentro de um ambiente competitivo levaram a reduções nos preços médios quando comparados com o ano de 2015.

17. Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis no Grupo, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial e outros direitos	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	57.317	1.079	58.396
Efeito da conversão cambial	1.754	(331)	1.424
Adições	6.938	-	6.938
Alienações	(3)	-	(3)
Transferências	1.878	-	1.878
Saldo em 31 de dezembro de 2016	67.884	748	68.632
Efeito da conversão cambial	(6.819)	42	(6.777)
Adições	16.491	116	16.607
Alienações	(115)	-	(115)
Abates	(22)	-	(22)
Transferências	6.252	(723)	5.529
Saldo em 31 de dezembro de 2017	83.671	183	83.854
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	31.529	-	31.529
Efeito da conversão cambial	2.324	-	2.324
Reforços	6.321	-	6.321
Transferências	(1.344)	-	(1.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	38.829	-	38.829
Efeito da conversão cambial	(3.395)	-	(3.395)
Reforços	9.903	-	9.903
Reduções	(73)	-	(73)
Abates	(22)	-	(22)
Transferências	2.064	-	2.064
Saldo em 31 de dezembro de 2017	47.306	-	47.306
Valor líquido a 31 de dezembro de 2016	29.055	748	29.803
Valor líquido a 31 de dezembro de 2017	36.364	183	36.547

A rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui, essencialmente, direitos contratuais, de superfície e licenças, incluindo as de utilização de *software*. Destes, cerca de 3 milhões de euros referem-se a desenvolvimentos em sistemas de informação do Grupo gerados internamente.

Nas adições do ano de 2017

No âmbito do processo de licenciamento industrial da empresa Amreyah Cimpor Cement, em anos anteriores a Industrial Development Authority (IDA), uma entidade do governo egípcio, reivindicou um pagamento no valor de 217 milhões de EGP (cerca de 11,4 milhões de euros). O Conselho de Administração, apoiado no entendimento dos assessores jurídicos da empresa, apresentou uma petição jurídica contestando tal entendimento, considerando não ser devido o pagamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e considerando a rejeição da reclamação da empresa, foi registado um passivo relacionado com o pagamento desta reivindicação, (bem como uma provisão da estimativa de juros de mora - Notas 12 e 36), estando aqui registado o montante estimado do custo da licença acima mencionado.

Perdas por imparidade

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registada uma perda por imparidade no montante de 2.175 milhares de euros, relacionada com os direitos de superfície do terreno onde se encontra instalada a moagem de Sines, na área de negócio de Portugal e Cabo Verde (Nota 7).

18. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos no valor dos ativos fixos tangíveis no Grupo, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	546.653	841.515	2.586.312	108.850	35.540	10.325	6.018	258.583	30.990	4.424.787
Efeito da conversão cambial	(14.562)	51.753	(27.666)	(544)	(1.107)	(975)	(438)	19.669	1.176	27.304
Adições	24.516	5.956	40.753	86	367	169	96	81.251	715	153.909
Alienações	(1.520)	(731)	(7.350)	(2.780)	(135)	(47)	(38)	(2)	(763)	(13.366)
Abates	(58)	(206)	(89)	-	-	-	(11)	-	-	(363)
Transferências	2.387	21.242	43.066	(39.404)	37	2.182	761	(99.147)	(5.562)	(74.438)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	557.416	919.528	2.635.026	66.208	34.702	11.655	6.389	260.354	26.556	4.517.833
Alterações de perímetro (Nota 5)	14.642	3	7	-	5	-	-	-	-	14.658
Efeito da conversão cambial	(77.244)	(76.694)	(210.638)	(9.334)	(1.310)	(715)	(428)	(35.577)	(3.318)	(415.259)
Adições	21.628	1.322	20.729	160	487	37	87	89.749	118	134.317
Alienações	(9.909)	(5.002)	(7.759)	(7.549)	(216)	(174)	(54)	-	-	(30.663)
Abates	-	(152)	-	-	(197)	-	(1)	-	-	(350)
Transferências	9.308	8.151	53.093	11.042	338	413	(2.885)	(82.242)	(173)	(2.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	515.841	847.157	2.490.457	60.527	33.810	11.215	3.108	232.283	23.184	4.217.582
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2015	88.640	417.070	1.640.123	66.110	30.981	8.666	4.322	2.733	-	2.258.646
Efeito da conversão cambial	(963)	18.314	(20.163)	(25)	(753)	(847)	(120)	-	-	(4.556)
Reforços	38.978	31.940	101.491	16.772	1.412	677	1.603	-	-	192.873
Reduções	(785)	(567)	(5.703)	(1.203)	(110)	(21)	(9)	-	-	(8.398)
Abates	-	(84)	(62)	-	-	-	(10)	-	-	(155)
Transferências	(587)	(4.707)	(7.313)	(43.194)	(247)	819	(490)	-	-	(55.718)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	125.284	461.965	1.708.374	38.461	31.284	9.295	5.296	2.733	-	2.382.692
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	3	6	-	3	-	-	-	-	13
Efeito da conversão cambial	(16.902)	(22.955)	(99.290)	(2.737)	(966)	(368)	(392)	(18.504)	-	(162.114)
Reforços	39.582	34.695	115.682	6.032	1.095	556	85	212.886	-	410.614
Reduções	(3.587)	(4.558)	(7.347)	(7.262)	(201)	(171)	(54)	-	-	(23.181)
Abates	-	(62)	-	-	(197)	-	(1)	-	-	(259)
Transferências	(1.793)	590	623	(14)	(28)	(6)	(2.558)	-	-	(3.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	142.584	469.679	1.718.048	34.480	30.990	9.307	2.377	197.115	-	2.604.578
Valor líquido a 31 de dezembro de 2016	432.132	457.563	926.652	27.747	3.418	2.359	1.093	257.620	26.556	2.135.141
Valor líquido a 31 de dezembro de 2017	373.258	377.478	772.409	26.047	2.820	1.908	731	35.168	23.184	1.613.004

As rubricas Terrenos e recursos naturais e Equipamento básico incluem, nas áreas de negócio da Argentina e Paraguai e Brasil, ativos dados como garantia de empréstimos obtidos para a sua

aquisição no montante de cerca de 62.940 milhares de euros e 3.020 milhares de euros, respetivamente. Adicionalmente, na área de negócios do Brasil, duas fábricas de cimento foram dadas como garantia no âmbito do processo "CADE", como referido na Nota 35.

Os ativos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de ativos tangíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016 incluem os valores incorridos com a construção e melhoria de instalações e equipamentos afetos ao negócio de cimento em várias unidades produtivas, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil, Argentina e Egito.

As adições já incluem dispêndios na área de negócio da Argentina relacionados com o aumento da capacidade instalada em sua fábrica L'Amalí em 2,7 milhões de toneladas por ano. Esta expansão envolve um investimento de aproximadamente 350 milhões de USD. A fase de execução da expansão da fábrica L'Amalí começou em agosto de 2017 com tempo de execução total estimado em 31 meses e conclusão prevista para o início de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo capitalizou encargos financeiros no valor de 121 milhares de euros relacionados com empréstimos concedidos para financiar ativos elegíveis (854 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016).

Os terrenos de exploração incluem o valor estimado das despesas futuras com a sua recuperação e reconstrução ambiental, as quais, na medida em que ainda não tenham sido incorridas, encontram-se refletidas no passivo (Nota 36).

Perdas por imparidade

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, na área de negócios do Brasil, acentuou-se a deterioração da atividade empresarial e o conseqüente aumento da ociosidade e encerramento de linhas de produção. Dado o contexto macroeconômico, que se reflete na redução do consumo de cimento, o Grupo decidiu interromper alguns investimentos que estavam em curso em linhas de produção de cimento. O retomar desses investimentos será reavaliado quando a economia recuperar e dependendo das condições de mercado. Assim, não sendo previsível o momento em que esses investimentos podem ser retomados, e até que ponto os rendimentos respectivos serão concretizados, registou-se uma imparidade no montante de 228.395 milhares de euros na área de negócio do Brasil, em relação a ativos fixos tangíveis relativos a linhas de produção de cimento em curso, a qual é reversível com a retomada dos investimentos.

Na área de negócio do Egito foi registada uma imparidade relacionada com ativos fixos tangíveis em curso, no montante de 3.714 milhares de euros, e também foi registado um montante de 6.730 milhares de euros na área de negócio de Portugal e Cabo Verde.

As transferências de equipamento de transporte no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 incluíam a reclassificação ocorrida no final do primeiro semestre dos navios pertencentes à Cimpship-Transportes Marítimos, S.A. para a rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" no valor

líquido de 7.873 milhares de euros. Adicionalmente, foram reconhecidas perdas por imparidade nos referidos ativos da Cimpship de cerca de 4.300 milhares de euros (Nota 7). Esta sociedade foi alienada no decurso do 3º trimestre de 2016 pelo montante de 7.245 milhares de euros.

Os movimentos ocorridos na **Empresa** no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram os seguintes:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Total
Ativo bruto:				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	17	101	4.313	4.432
Adições	-	-	-	-
Alienações	-	-	(104)	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	17	101	4.209	4.327
Alienações	-	-	(28)	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17	101	4.181	4.300
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7	94	3.965	4.066
Reforços	1	8	11	20
Reduções	-	-	(104)	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8	101	3.872	3.982
Reforços	1	-	10	11
Reduções	-	-	(20)	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10	100	3.861	3.973
Valor líquido a 31 de dezembro de 2016	8	-	337	346
Valor líquido a 31 de dezembro de 2017	7	-	320	327

19. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

No Grupo, os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.643	6.969	10.612
Efeito da conversão cambial	472	-	472
Efeitos da aplicação da equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	868	-	868
Efeito em capital próprio	(109)	-	(109)
Dividendos recebidos	(874)	-	(874)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.999	6.969	10.968
Efeito da conversão cambial	(5)	-	(5)
Efeitos da aplicação da equivalência patrimonial:			
Efeito em resultados (Nota 12)	865	-	865
Efeito em capital próprio	5	-	5
Dividendos recebidos	(834)	-	(834)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.031	6.969	11.000
Perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-
Efeito da conversão cambial	244	-	244
Reforços	2.142	-	2.142
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.386	-	2.386
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.386	-	2.386
Valor líquido a 31 de dezembro de 2016	1.613	6.969	8.582
Valor líquido a 31 de dezembro de 2017	1.645	6.969	8.614

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo, respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2017 e 2016, e resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	Segmento operacional	% detida	2017					Valor de balanço
			Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Investimentos em associadas (a)
Setefrete, SGPS, S.A.	Portugal e Cabo Verde	25%	6.230	(17)	6.213	103	3.213	3.786
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	3.530	(4.533)	(1.003)	14.738	(1.285)	(11)
AVE- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Não afeto a segmento	35%	3.710	(3.261)	449	10.241	388	4.839
								8.614

Denominação	Segmento operacional	% detida	2016					Valor de balanço	
			Ativo	Passivo	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido	Investimentos em associadas (a)	
Setefrete, SGPS, S.A.	Portugal e Cabo Verde	25%	5.583	(29)	5.554	103	2.924	3.676	
Companhia de Mineração Candiota	Brasil	48%	2.728	(2.532)	196	1.975	6	77	
CCEscm	Brasil	50%	-	-	-	-	15	-	
AVE- Gestão Ambiental e Valorização Energética, S.A.	Não afeto a segmento	35%	2.814	(2.393)	420	10.865	359	4.829	
								<u>8.582</u>	

(a) Inclui, quando aplicável, o valor do *goodwill* apurado na respetiva aquisição.

Nas demonstrações financeiras separadas, os Investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos encontram-se registados pelos correspondentes custos de aquisição.

O detalhe dos investimentos financeiros da **Empresa** em subsidiárias e associadas, respetivos valores de capital próprio em 31 de dezembro 2017 e 2016 e o resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, eram os seguintes:

Denominação	Sede	2017				2016			
		% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço	% detida	Capital próprio	Resultado líquido	Valor de balanço
Cimpor Trading e Inversiones, S.A.	Espanha	100	796.690	(194.588)	1.505.202	90	495.896	(635.364)	777.344
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	100	174.706	(55.690)	560.706	100	112.069	(132.145)	445.480
Cimpor Reinsurance, S.A.	Luxemburgo	100	21.865	1.500	11.955	100	20.365	3.932	11.955
Cimpor - Serviços de Apoio e Gestão de Empresas, S.A.	Portugal	100	7.106	1.341	2.900	100	5.765	1.500	2.900
Cimpor Financial Operations, B.V.	Holanda	74,595	2.635	814	1.024	74,595	5.421	1.133	1.024
Cement Services Company, S.A.E.	Egipto	45	(414)	(565)	137	45	304	363	137
Cimpor Egypt For Cement Company, S.A.E.	Egipto	0,00188	97.168	(6.767)	5	0,00188	113.799	(11.936)	5
					<u>2.081.929</u>				<u>1.238.845</u>

Os movimentos ocorridos na **Empresa** na rubrica dos investimentos em subsidiárias e associadas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.230.065
Aumentos	45.826
Diminuições	(37.046)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.238.845
Aumentos	903.358
Diminuições	(60.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.081.929</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os aumentos dizem respeito, ao aumento de capital na empresa Cimpor Trading e Inversiones, S.A. no montante de 614.500 milhares de euros, à aquisição de uma participação de 9,48% da Cimpor Trading e Inversiones, no montante de 113.358 milhares de euros (dos quais, 10.000 milhares de euros foram liquidados em 2017) e ao aumento em 175.500 milhares de euros nas prestações acessórias da subsidiária Cimpor Portugal, SGPS, S.A..

As diminuições dizem respeito à redução do capital social da subsidiária Cimpor Portugal, SGPS, S.A. no montante de 60.274 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os aumentos diziam respeito a: i) ao aumento de capital da empresa Cimpor Trading e Inversiones, S.A. no montante de 14.400 milhares de euros; ii) ao aumento de prestações suplementares das subsidiárias Kandmad, SGPS, S.A., Cimpor – Serviços de Apoio e Gestão de Empresas, S.A., Cimpor Portugal, SGPS, S.A. nos montantes de 22.326 milhares de euros, 1.000 milhares de euros e 7.000 milhares de euros, respetivamente; e iii) à aquisição correspondente a 5% do capital social da Cimpor Reinsurance, S.A. no montante de 1.100 milhares de euros.

As diminuições diziam respeito à devolução de prestações suplementares da subsidiária Kandmad, SGPS, Lda. e à dissolução e liquidação daquela empresa.

Relativamente aos investimentos na Cimpor Trading e Inversiones e na Cimpor Portugal, em face dos correspondentes valores de balanço em 31 de dezembro de 2017 e 2016 serem inferiores à participação nos correspondentes capitais próprios, os mesmos foram sujeitos a testes de imparidade.

Tendo em consideração que, conforme mencionado na Nota introdutória, a Cimpor Portugal e a Cimpor Trading e Inversiones constituem as duas subholdings através das quais são detidas as participações no conjunto das participações nacionais e internacionais, respetivamente, os testes de imparidade foram efetuados de forma agregada para o conjunto do portfólio de participação detidas por cada uma.

Estes testes tiveram por referência, para as participações integrantes de cada segmento geográfico, o mesmo exercício de projeção de fluxos de caixa considerada nos testes de imparidade do goodwill, tal como descrito na Nota 16.

Decorrente desse exercício, para o conjunto do portfólio integrante de cada um daqueles investimentos, não resultou a identificação de quaisquer perdas de imparidade, inclusive, tal como descrito na Nota 16, nos cenários de análise de sensibilidade descritos.

20. Outros investimentos

Os outros investimentos contabilizados ao abrigo da IAS 39, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Grupo			Empresa	
	Ativos financeiros disponíveis para venda		Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Total	Ativos financeiros disponíveis para venda
	Custo	Justo valor			Custo
Investimento bruto:					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.739	803	2.361	11.903	4.138
Efeito da conversão cambial	(5)	-	559	554	-
Reavaliações/ajustamentos	-	(103)	-	(103)	-
Aumentos	23	-	9	32	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.757	700	2.928	12.386	4.138
Efeito da conversão cambial	(6)	-	(346)	(352)	-
Reavaliações/ajustamentos	-	-	-	-	-
Aumentos	11	-	-	11	-
Transferências	(3.963)	-	-	(3.963)	-
Alienações	-	(700)	(529)	(1.230)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.800	-	2.053	6.853	4.138
Perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.094	-	-	4.094	4.051
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.094	-	-	4.094	4.051
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.094	-	-	4.094	4.051
Valor líquido a 31 de dezembro de 2016	4.663	700	2.928	8.292	87
Valor líquido a 31 de dezembro de 2017	706	-	2.053	2.759	87

Nesta rubrica estão incluídos: (i) os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados, quer ao justo valor, quer ao custo de aquisição ajustado face às perdas por imparidade estimadas, quando não tenham preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e (ii) os ativos financeiros ao justo valor por resultados, que respeitam, essencialmente, a uma carteira de fundos de investimento.

21. Propriedades de Investimento

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, dizem respeito a centrais de Betão arrendadas na área de negócios do Brasil.

22. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo				Empresa			
	2017		2016		2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas (*)	5.935	1.499	10.079	3.698	891	6.000	565	8.300
Outros acionistas	283	-	283	-	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	114	740	1.114	5.322	-	-	-	-
Outros devedores	17.558	20.525	28.888	28.160	403	328	403	328
	23.890	22.764	40.364	37.180	1.294	6.328	968	8.628
Imparidades acumuladas	(1.304)	(948)	(1.360)	(424)	(283)	(328)	(283)	(328)
	22.586	21.816	39.004	36.756	1.011	6.000	685	8.300

(*) A referência às empresas subsidiárias é aplicável apenas na perspectiva da Empresa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos a receber apresentavam as seguintes antiguidades:

	Grupo				Empresa			
	2017		2016		2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldos não vencidos	19.042	16.953	36.174	31.773	1.011	6.000	685	8.300
Até 180 dias	2.155	1.074	1.692	24	-	-	-	-
De 181 a 360 dias	449	146	90	454	-	-	-	-
Mais de 361 dias	2.243	4.592	2.407	4.927	283	328	283	328
	23.890	22.764	40.364	37.180	1.294	6.328	968	8.628

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Grupo	Empresa
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.894	611
Efeito da conversão cambial	(95)	-
Reforços (Nota 11)	39	-
Reversões (Nota 8)	(3)	-
Utilizações	(51)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.784	611
Efeito da conversão cambial	4	-
Reforços (Nota 11)	615	-
Utilizações	(151)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.252	611

As imparidades constituídas representam a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobabilidade, após dedução dos montantes cobertos por seguros de crédito e outras garantias.

23. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos com estas entidades eram como segue:

	Grupo				Empresa			
	2017		2016		2017		2016	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldos devedores:								
Imposto sobre o rendimento das sociedades	21.259	959	13.127	19.268	3.340	-	2.706	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	2.627	-	1.918	-	32	-	32	-
Imposto sobre o valor acrescentado e similares	13.842	4.870	21.791	10.294	1	-	-	-
Outros	3.135	19.026	3.731	20.072	-	-	-	-
	40.863	24.855	40.567	49.634	3.373	-	2.738	-
Saldos credores:								
Imposto sobre o rendimento das sociedades	23.964	1.215	32.808	5.845	3.325	1.103	3.013	3.797
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	8.519	-	10.484	-	31	-	37	-
Imposto sobre o valor acrescentado e similares	11.652	-	13.610	-	147	-	66	-
Contribuições para a Segurança Social	7.631	-	8.055	-	25	-	31	-
Outros	22.819	11.469	2.435	7.292	-	-	-	-
	74.586	12.684	67.393	13.138	3.529	1.103	3.148	3.797

Os saldos a receber e a pagar não correntes respeitam, essencialmente, a impostos da área de negócio Brasil cuja recuperação ou exigibilidade não ocorrerá no exercício de 2017.

Em conformidade com o previsto no Art.º 21º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, declara-se que a **Empresa** não apresenta qualquer dívida em mora, quer à administração fiscal, quer à segurança social.

24. Outros ativos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2017		2016		2017	2016
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a receber	1.099	-	829	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados (Notas 39 e 45)	3.856	6.690	26.450	215.450	-	-
Rendas e alugueres	403	-	325	-	-	-
Benefícios aos empregados (Nota 34)	17	-	-	-	-	-
Seguros	759	-	496	-	8	8
Outros custos diferidos e acréscimos de proveitos	5.228	-	3.805	-	459	-
	11.362	6.690	31.905	215.450	467	8

A redução do saldo de instrumentos financeiros derivados decorre, essencialmente, da liquidação antecipada de alguns dos instrumentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 39).

25. Impostos diferidos

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos no Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram os seguintes:

	Ativos intangíveis	Goodwill	Ativos tangíveis	Prejuízos fiscais reportáveis	Provisões para riscos e encargos	Dívidas de cobrança duvidosa	Existências	Investimentos financeiros	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros	Total
Ativos por impostos diferidos											
Saldo em 31 de dezembro de 2015	208	-	4.326	60.816	24.658	3.328	762	668	-	40.807	135.572
Efeito da conversão cambial	4	-	64	4.589	2.008	469	(261)	0	-	4.113	10.985
Imposto s/rendimento (Nota 13)	308	-	(2.622)	49.490	(1.686)	497	146	1.988	-	8.854	56.975
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	(38.478)	1.637	-	-	-	-	-	(33.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	520	-	1.767	76.417	26.616	4.293	647	2.656	-	57.448	170.365
Efeito da conversão cambial	(2)	-	138	(3.224)	(1.499)	(151)	(99)	7	-	(1.093)	(5.923)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	(3)	-	(207)	(39.139)	(8.086)	(1.784)	3.651	(1.546)	-	(34.763)	(81.876)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	1.055	(514)	-	-	-	-	(1.877)	(1.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	514	-	1.699	35.109	16.517	2.357	4.200	1.118	-	19.716	81.230
Passivos por impostos diferidos											
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	116.976	282.488	-	8.434	-	-	27	-	10.590	418.515
Efeito da conversão cambial	-	25.359	(2.593)	-	1	-	-	-	-	1.277	24.043
Imposto s/rendimento (Nota 13)	-	9.777	(24.322)	-	327	-	-	(27)	-	8.391	(5.854)
Capital próprio (Nota 13)	-	-	-	-	(80)	-	-	-	-	(1.745)	(1.825)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	152.112	255.573	-	8.682	-	-	-	-	18.512	434.879
Efeito da conversão cambial	-	(9.368)	(35.587)	-	(0)	-	-	-	-	(1.944)	(46.899)
Imposto s/rendimento (Nota 13)	-	(7.139)	(17.242)	-	(480)	-	-	-	-	(2.875)	(27.736)
Capital próprio (Nota 13)	-	(90.583)	-	-	(39)	-	-	-	-	-	(90.623)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.194	1.194
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	45.023	202.744	-	8.162	-	-	-	-	14.887	270.815
Impostos diferidos líquidos em 2016	520	(152.112)	(253.806)	76.417	17.934	4.293	647	2.656	-	38.936	(264.514)
Impostos diferidos líquidos em 2017	514	(45.023)	(201.045)	35.109	8.355	2.357	4.200	1.118	-	4.829	(189.585)

Os impostos diferidos são registrados em outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio sempre que as situações que os originam têm idêntico impacto, nomeadamente:

- Os ativos e passivos por impostos diferidos relativos a provisões na componente associada aos ganhos e perdas atuariais registrados diretamente em reservas;
- Os ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com a componente de reserva de operações de cobertura na contabilização de coberturas de fluxos de caixa;

Destes, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os relevados em “Outros rendimentos e gastos” são os seguintes:

	Dezembro 2017				Dezembro 2016				
	Valor bruto	Imposto diferido	Capital próprio atribuível a acionistas	Total do capital próprio	Valor bruto	Imposto diferido	Capital próprio atribuível a acionistas	Interesses sem controlo	Total do capital próprio
Outros rendimentos e gastos reconhecidos em capital próprio:									
Que não serão subsequentemente reclassificados para custos e proventos:									
Ganhos e perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal	1.829	(474)	1.355	1.355	(7.105)	1.717	(5.388)	-	(5.388)
Que poderão vir a ser subsequentemente reclassificados para custos e proventos:									
Instrumentos financeiros de cobertura	17.115	(1.877)	15.238	15.238	(48.894)	5.419	(43.475)	13	(43.462)

Adicionalmente, por referência à operação da Loma Negra (Nota introdutória), foram desreconhecidos impostos diferidos passivos por reservas no montante de 90.583 milhares de euros.

As diferenças temporárias que originam impostos diferidos estão influenciadas pela atribuição de justos valores, sem relevância fiscal, aos ativos e passivos adquiridos no âmbito de processos de concentração de atividades empresariais, com impacto relevante nos ativos fixos tangíveis e, para a generalidade das naturezas, por diferenças valorimétricas e de políticas contabilísticas entre a base contabilística dos ativos e passivos das empresas do Grupo e a correspondente base fiscal.

Os passivos por impostos diferidos relativos a Goodwill decorrem da existência de jurisdições nas quais algumas das diferenças de compra são amortizadas do ponto de vista fiscal.

Em 31 de dezembro de 2017, o **Grupo** tem por utilizar prejuízos fiscais de aproximadamente 2.336 milhões de euros (1.763 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016) dedutíveis em lucros futuros, tendo sido registados ativos por impostos diferidos de 35.109 milhares de euros (76.417 milhares de euros em 31 de dezembro de 2016). Não se encontram reconhecidos ativos por impostos diferidos por prejuízos no montante de aproximadamente 2.193 milhões de euros, devido à imprevisibilidade da sua recuperação. Em 31 de dezembro de 2017, o detalhe por anos de geração e caducidade é o seguinte:

Ano de Geração	Montante prejuízo fiscal	Ano limite reporte	Montante prejuízo fiscal	Base de prejuízo fiscal ativada	Base de prejuízo fiscal não ativada
2002	254	2018	42.784	0	42.784
2006	0	2019	894	0	894
2007	0	2020	803	802	1
2008	68.271	2021	32.908	32.907	0
2009	17.030	2022	212.793	10.179	202.614
2010	5.488	2023	0	0	0
2011	43.393	2024	0	0	0
2012	656.372	2025	0	0	0
2013	75.718	2026	13.896	49	13.847
2014	39.786	2027	3.662	1.539	2.124
2015	358.672	2028	28.818	14.695	14.123
2016	675.716	2029	0	0	0
2017	395.372	-	1.999.513	82.723	1.916.790
	2.336.072		2.336.072	142.894	2.193.178

Os ativos por impostos diferidos foram reconhecidos na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais e as diferenças temporárias. Esta avaliação teve por base os planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados.

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos reconhecidos pela **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram os seguintes:

	Prejuízos fiscais reportáveis	Dívidas de cobrança duvidosa	Outros	Total
Ativos por impostos diferidos:				
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.646	255	217	13.118
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(157)	-	(6)	(162)
Transferências	2.619	-	-	2.619
Saldo em 31 de dezembro de 2016	15.108	255	211	15.574
Imposto sobre o rendimento (Nota 13)	(10.363)	-	(46)	(10.409)
Transferências	(75)	-	-	(75)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.670	255	164	5.090

Os impostos diferidos por prejuízos fiscais reportáveis na **Empresa** resultam da apropriação nesta dos resultados das sociedades incluídas no regime especial de tributação dos grupos de sociedades, referente aos exercícios fiscais de 2013 a 2017.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Empresa desreconheceu parte dos ativos por impostos diferidos em função das expectativas quanto à sua realização futura. Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa tem por utilizar prejuízos fiscais de 295.728 milhares de euros, passíveis de ser recuperados no seguinte horizonte temporal:

	Montante	Maturidade
Data em que foram apurados		
2013	42.784	2018
2014	13.896	2026
2015	3.662	2027
2016	28.818	2028
2017	206.567	2022
	<u>295.728</u>	

Os prejuízos fiscais apurados na Empresa e nas subsidiárias que integram o consolidado fiscal em Portugal, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, resultam essencialmente, de perdas reconhecidas na alienação de participações financeiras.

As transferências dizem respeito aos prejuízos do consolidado fiscal do ano cujo imposto a pagar às sociedades pertencentes ao grupo fiscal está relevado como dívida corrente (Nota 41).

26. Existências

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica no **Grupo** tinha a seguinte composição:

	2017	2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	246.206	260.180
Produtos e trabalhos em curso	87.235	110.293
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	-	1
Produtos acabados e intermédios	27.393	30.601
Mercadorias	5.802	5.572
Adiantamentos por conta de compras	423	5.355
	<u>367.060</u>	<u>412.001</u>
Imparidades acumuladas	(13.351)	(2.681)
	<u>353.710</u>	<u>409.321</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o aumento da provisão para perdas refere-se às perdas estimadas por obsolescência de existências, principalmente de matérias-primas e de consumo.

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade acumuladas foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.026
Efeito da conversão cambial	(1.014)
Reforços (Nota 11)	117
Reversões (Nota 8)	<u>(449)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.681
Efeito da conversão cambial	(409)
Reforços (Nota 11)	11.161
Reversões (Nota 8)	(20)
Utilizações	<u>(62)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>13.351</u>

27. Clientes e adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Clientes e adiantamentos a fornecedores” tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Clientes, conta corrente	94.672	147.392	769	538
Clientes, títulos a receber	35	337	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	22.306	18.713	2.146	2.146
Adiantamentos a fornecedores	11.878	19.563	-	-
	128.891	186.005	2.914	2.684
Imparidades acumuladas	(34.683)	(28.726)	(2.146)	(2.146)
	94.208	157.279	769	538

Em 31 de dezembro de 2017, a redução de Clientes e adiantamentos a fornecedores foi influenciada por acordos de cessão de crédito estabelecidos com as partes relacionadas Camargo Corrêa S.A. e CCSA Finance Ltd., no montante de 51.557 milhares de euros (Nota 47) e com instituições financeiras no montante de 8.124 milhares de euros.

Imparidades acumuladas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Grupo	Empresa
Saldo em 31 de dezembro de 2015	27.951	2.146
Efeito da conversão cambial	1.216	-
Reforços (Nota 11)	3.456	-
Reversões (Nota 8)	(633)	-
Utilizações	(3.242)	-
Transferências	(22)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	28.726	2.146
Efeito da conversão cambial	(1.527)	-
Reforços (Nota 11)	8.883	-
Reversões (Nota 8)	(459)	-
Utilizações	(965)	-
Transferências	24	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	34.683	2.146

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe por antiguidade dos saldos incluídos na rubrica “Clientes e adiantamentos a fornecedores” era o seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Saldos não vencidos	60.121	127.142	769	538
Saldos vencidos:		-	-	-
Até 180 dias	22.712	33.904	-	-
De 180 a 360 dias	1.439	3.502	-	-
Mais de 360 dias	44.619	21.458	2.146	2.146
	<u>128.891</u>	<u>186.005</u>	<u>2.914</u>	<u>2.684</u>

O valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de risco de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores. As perdas por imparidade reconhecidas representam a estimativa da perda de valor dos saldos a receber, decorrente da análise ao risco efetivo de incobrabilidade, após dedução dos montantes cobertos por seguros de crédito e outras garantias.

28. Capital

Em 31 de dezembro de 2017, o capital, totalmente subscrito e realizado, estava representado por 672.000.000 ações, com o valor nominal de um euro cada.

29. Ações próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva livre de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações não forem alienadas (Nota 31). Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Empresa detinha em carteira 5.906.098 ações próprias.

Não ocorreram movimentos nas ações próprias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

30. Ajustamentos de conversão cambial

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

	Libra egípcia	Real brasileiro	Novo metical moçambicano	Rand sul africano	Peso argentino	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(40.395)	(428.663)	(19.163)	(145.405)	(452.019)	1.596	(1.084.050)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	(149.432)	236.877	(13.566)	20.382	(55.351)	640	39.550
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(189.827)	(191.786)	(32.730)	(125.023)	(507.371)	2.236	(1.044.500)
Varição nos ajustamentos de conversão cambial	(8.348)	(125.163)	(104)	1.895	(76.827)	(3.603)	(212.151)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(198.175)	(316.949)	(32.834)	(123.128)	(584.198)	(1.367)	(1.256.651)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não se encontravam contratados quaisquer instrumentos financeiros derivados com a finalidade de efetuar coberturas de investimentos em entidades estrangeiras.

31. Prestações acessórias e outras reservas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Prestações acessórias	700.000	-	700.000	-
Reserva legal	134.400	134.400	134.400	134.400
Outras reservas	1.105.778	199.806	172.332	172.332
	<u>1.940.178</u>	<u>334.206</u>	<u>1.006.732</u>	<u>306.732</u>

Prestações acessórias: No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, respeita às Prestações Acessórias, no montante de 700 milhões de euros, em condições semelhantes ao regime das Prestações Suplementares, concedidas pela acionista controladora Intercement Austria Holding (Nota 1).

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas: Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as “Outras reservas” incluem uma reserva indisponível de 27.216 milhares de euros, correspondente ao valor de aquisição das ações próprias (Nota 29).

Adicionalmente, as Outras Reservas do **Grupo**, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, incluem, essencialmente:

- Reconhecimento de ganhos atuariais em responsabilidades com o pessoal, no montante líquido de 1.355 milhares de euros (5.388 milhares de euros de perdas atuariais em responsabilidades com o pessoal no exercício findo em 2016);
- Reconhecimento de ganhos com operações de cobertura no montante de 15.238 milhares de euros (43.475 milhares de euros de ganhos com operações de cobertura no exercício findo em 2016);
- O efeito da alienação de uma participação minoritária (interesses sem controlo) da Loma Negra (Nota 1) no montante de 966.900 milhares de euros, líquido de despesas e do efeito de impostos diferidos, dos quais 851.043 milhares de euros após ajustamentos de impostos aqui reconhecidos nesta rubrica (o restante como um aumento de interesses sem controlo);
- O montante líquido do efeito fiscal de 39.478 milhares de euros (51.498 milhares de euros incluindo interesses sem controlo), referente ao ganho na venda das participações no Estreito (83.812 milhares de euros de ganho com a alienação das ações preferenciais da Barra Grande e Machadinho no exercício findo em 2016) (Nota 4.1.).

32. Resultados transitados

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram como segue:

	Grupo	Empresa
Saldo em 31 de dezembro de 2015	478.849	255.247
Aplicação do resultado de 2015	(71.231)	(9.470)
Outros	(10)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	407.608	245.777
Aplicação do resultado de 2016	(787.625)	(1.812)
Outros	(71)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(380.087)</u>	<u>243.965</u>

33. Interesses sem controlo

Os movimentos desta rubrica durante os exercícos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram os seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	41.046
Efeito da conversão cambial	(1.577)
Dividendos distribuídos	(562)
Instrumentos financeiros de cobertura	13
Variação de participações financeiras (a)	(4.019)
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	1.694
Saldo em 31 de dezembro de 2016	36.595
Efeito da conversão cambial	(13.263)
Dividendos distribuídos	(15.437)
Variação de participações financeiras (a)	124.791
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	50.973
Saldo em 31 de dezembro de 2017	183.660

(a) Nos exercícos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, decorre das alterações de participações referidas na Nota 4.1., cujos impactos mais significativos dizem respeito à venda da participação da Estreito e ao “IPO” da Loma Negra, nos montantes de 12.020 milhares de euros e 115.857 milhares de euros, respectivamente;

Adicionalmente, nesta rubrica, estão registadas as ações preferênciais da Barra Grande Participações, da Machadinho Participações e da Estreito Participações, as quais possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários, equivalentes a 75% do lucro e/ou reservas distribuídas em cada exercício;
- Ausência de direito de voto (excepto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos);
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação;
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos;
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do adquirente, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias.

Considerando todas aquelas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, quer da Machadinho, quer da Estreito) adquirem características de instrumento híbrido, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro).

Assim, as referidas componentes foram mensuradas e reconhecidas separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue:

- a) O capital recebido foi classificado como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos (ver acima e Nota 4.1.);
- b) Relativamente às cláusulas de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos naquelas entidades num período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais após esse período, nas condições estabelecidas nos contratos, os valores de perda ou ganho comparados como o valor de mercado na venda dessas ações a terceiros, são classificados como instrumentos financeiros derivados e mensurados pelo seu justo valor à data das demonstrações financeiras (Nota 39).

34. Benefícios pós-emprego

Planos de benefício definido

Existem no Grupo planos de pensões de reforma e de saúde de benefício definido, cujas responsabilidades são anualmente determinadas com base em estudos atuariais efetuados por entidades independentes, sendo reconhecido no exercício o custo determinado por esses estudos.

A generalidade das responsabilidades decorrentes dos planos de benefícios de reforma foi transferida para fundos de pensões, geridos por entidades independentes e especializadas. A política dos fundos de investimento define os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos, em conformidade com o tipo de Fundo, a natureza dos benefícios abrangidos pelo Plano, as características da população abrangida e o horizonte temporal das responsabilidades assumidas, bem como o nível de cobertura das responsabilidades do Fundo. A política de investimento é revista pelo menos a cada três anos, com a definição de um nível de alocação central para classe de ativo. Relativamente aos Planos de Saúde, não existem Fundos, sendo os valores anualmente suportados pelas empresas.

Os estudos reportados a 31 de dezembro de 2017 e 2016 utilizaram a metodologia denominada por “Unidades de Crédito Projetadas” e assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas atuariais:

	2017	2016
Taxa técnica atuarial		
Portugal	1,85%	1,85%
África do Sul	10,39%	9,9%
Taxa de crescimento das pensões		
Portugal	1%	1%
Taxa de rendibilidade do fundo		
Portugal	1,85%	1,85%
Taxa de crescimento salarial		
Portugal	2%	2%
Tábuas de mortalidade		
Portugal	TV88/90	TV88/90
África do Sul	SA 85-90	SA 85-90
Tábua de invalidez		
Portugal	EKV 80	EKV 80
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos		
Portugal		
Taxa de inflação médica	2%	2%
África do Sul	8,98%	9,2%

De acordo com os referidos estudos atuariais, os custos com complementos de pensões de reforma e de saúde dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

	Planos de pensões	
	2017	2016
Custo dos serviços correntes	277	460
Custo dos juros	1.201	1.648
Cortes liquidações	(3.836)	172
Saídas por mutuo acordo	(488)	-
Rendimento esperado dos ativos do fundo	(1.107)	(1.429)
Total de custos/(proveitos) com planos de pensões (Nota 10)	(I) (3.953)	852
	Planos de saúde	
	2017	2016
Custo dos serviços correntes	96	79
Custo dos juros	274	285
Alteração do plano	(32)	(132)
Total de custos com planos de saúde (Nota 10)	(II) 338	232
Total de custos/(proveitos) com planos de benefício definido	(I) + (II) (3.615)	1.083

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 nos valores das responsabilidades projetadas por benefícios definidos e dos correspondentes valores de mercado dos ativos dos fundos pode ser detalhado como segue:

	Planos de pensões		Planos de saúde		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Responsabilidade por benefícios definidos - 1 de janeiro	72.084	70.527	12.038	10.088	84.122	80.615
Transferências (a)	(6.826)	-	-	-	(6.826)	-
Benefícios e prêmios pagos	(4.880)	(4.828)	(772)	(784)	(5.651)	(5.613)
Custo dos serviços correntes	277	460	96	79	373	539
Custo dos serviços passados	-	-	(32)	(132)	(32)	(132)
Custo dos juros	1.201	1.648	274	285	1.476	1.933
Cortes / Liquidações (a)	(3.836)	-	-	-	(3.836)	-
Saídas por mutuo acordo	(488)	-	-	-	(488)	-
Ganhos e perdas atuariais	775	4.277	(2.000)	2.386	(1.225)	6.663
Efeito da conversão cambial	-	-	(14)	116	(14)	116
Responsabilidade por benefícios definidos - 31 de dezembro	58.308	72.084	9.590	12.038	67.898	84.122
Valor fundo de pensões - 1 de janeiro	61.394	64.069	-	-	61.394	64.069
Transferências (a)	(6.826)	-	-	-	(6.826)	-
Benefícios e prêmios pagos pelo fundo	(4.880)	(4.828)	-	-	(4.880)	(4.828)
Rendimento esperado dos ativos do fundo	1.107	1.429	-	-	1.107	1.429
Ganhos e perdas atuariais no rendimento dos ativos do fundo	606	896	-	-	606	896
Custos administrativos	-	(172)	-	-	-	(172)
Valor fundo de pensões - 31 de dezembro	51.402	61.394	-	-	51.402	61.394

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia abriu a possibilidade de os trabalhadores beneficiários mudarem do plano de benefício definido para o plano de contribuição definida. Um total de 139 trabalhadores aceitou, o que resultou em transferências entre os fundos (devido ao ajuste entre as responsabilidades) e um ganho de 3.836 milhares de euros.

Análise de sensibilidade

Taxa de desconto

O impacto de uma variação negativa de 0,25 p.p. na taxa de desconto sobre a responsabilidade para os planos de benefícios de pensão definidos e para os planos de saúde foi estimado resultar num aumento do passivo no montante de 1.339 milhares de euros e 288 milhares de euros, respectivamente.

Taxa tendencial

O efeito, para os planos de saúde, de uma variação positiva e negativa de 1 p.p. na taxa tendencial de custos com serviços de saúde foi estimado num aumento do passivo no montante de 1.292 milhares de euros ou diminuição de 1.060 milhares de euros, respectivamente.

O movimento dos ganhos e perdas atuariais líquidos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi como segue:

	2017	2016
Evolução do exercício:		
Relacionados com as responsabilidades	1.225	(6.663)
Relacionados com os ativos dos fundos	606	896
Imposto diferido correspondente	474	(1.064)
	<u>2.306</u>	<u>(6.830)</u>

Adicionalmente, os ganhos e perdas atuariais incluem os seguintes ajustamentos de experiência:

	2017	2016
Relacionados com as responsabilidades	(1.841)	1.488
Relacionados com os ativos dos fundos	606	896

O diferencial entre o valor atual das responsabilidades dos planos de benefícios e o valor de mercado dos ativos do fundo nos últimos cinco exercícios era o seguinte:

Planos de pensões	2017	2016	2015	2014	2013
Valor das responsabilidades	58.308	72.084	70.527	73.663	71.402
Valor dos fundos	(51.402)	(61.394)	(64.069)	(66.246)	(68.085)
Défice	<u>6.906</u>	<u>10.690</u>	<u>6.458</u>	<u>7.417</u>	<u>3.317</u>
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo não corrente	6.922	10.690	6.917	7.417	3.317
	<u>6.922</u>	<u>10.690</u>	<u>6.917</u>	<u>7.417</u>	<u>3.317</u>
Excesso do valor de mercado do fundo	(17)	-	(460)	-	-
Exposição total	<u>6.906</u>	<u>10.690</u>	<u>6.458</u>	<u>7.417</u>	<u>3.317</u>

Planos de saúde	2017	2016	2015	2014	2013
Responsabilidades por benefícios aos empregados:					
Passivo corrente	773	903	899	904	903
Passivo não corrente	8.817	11.135	9.190	9.812	13.320
Exposição total	<u>9.590</u>	<u>12.038</u>	<u>10.088</u>	<u>10.716</u>	<u>14.223</u>

O Grupo não tem constituído qualquer fundo autónomo para os planos de saúde. O detalhe dos principais ativos do fundo afetos a planos de pensões, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	2017	2016
Ações	13,0%	15,3%
Obrigações taxa fixa	71,0%	65,9%
Obrigações taxa variável	1,0%	1,6%
Fundos de investimento imobiliário, investimento imobiliário, "hedge funds", liquidez e seguros	15,0%	17,2%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os investimentos imobiliários incluem um imóvel valorizado por cerca de 5.723 milhares de euros, o qual se encontra arrendado para utilização no âmbito do Grupo, com uma renda anual de 375 milhares de euros (373 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Planos de contribuição definida

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o **Grupo** incorreu em custos com planos de contribuição definida de 978 milhares de euros e 936 milhares de euros, respetivamente (Nota 10). Na **Empresa**, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os custos com planos de contribuição definida foram de 17 milhares de euros e 31 milhares de euros, respetivamente (Nota 10).

35. Passivos contingentes, garantias e compromissos

Passivos contingentes

No decurso normal da sua atividade, o Grupo encontra-se envolvido em diversos processos judiciais e reclamações, quer relacionados com produtos e serviços, quer de natureza ambiental, laboral e regulatória. Face às naturezas dos mesmos e provisões constituídas, a expectativa existente é de que, do respetivo desfecho, não resultem quaisquer efeitos materiais em termos da atividade desenvolvida, posição patrimonial e resultado das operações.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor global dos referidos processos não provisionados ascende a 830 milhões de euros (932 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), sendo 7 milhões de euros de contingências relacionadas com o pessoal (7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), 604 milhões de euros de contingências tributárias (674 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), 219 milhões de euros de contingências cíveis e de processos administrativos de outras naturezas (251 milhões de euros em 31 de dezembro de 2016), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos, qualificando-se assim como uma possível obrigação.

De entre os referidos passivos contingentes, destacam-se os seguintes:

Brasil

a) Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE")

O Grupo e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência em andamento no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Em julho de 2015, o tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pelo Grupo no

âmbito do processo iniciado em 2007 pelas autoridades de concorrência no Brasil (e também por outras empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação no que se refere à formação de cartel e a imposição de uma multa pecuniária e demais penalidades acessórias. A multa aplicada ao Grupo totalizou aproximadamente 127 milhões de euros (o que corresponde a 241.700 milhares de reais para a InterCement Brasil e 297.820 milhares de reais para a CCB, entretanto fundida), além da obrigação de vender 20% dos ativos de Betão no Brasil, de entre outras penalidades acessórias. Em 31 de dezembro de 2017, a multa aplicada ascendeu a 175 milhões de euros (695 milhões de reais), decorrente da sua atualização financeira.

Após a referida decisão administrativa do CADE tornar-se definitiva, o Grupo recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, a “concessão da tutela antecipada” para suspender todas as penalidades aplicadas pelo CADE, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas) até a decisão do julgamento. Tal decisão de concessão da tutela antecipada judicial foi objeto de recurso pelo CADE, o qual foi rejeitado. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, o risco de perda no tribunal é considerado como possível, e portanto, nenhuma provisão foi registrada para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

b) Outras contingências classificadas como possíveis

A redução de passivos contingentes considerados como possíveis, que ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, deve-se principalmente ao efeito positivo da conversão do real em euros, no montante de aproximadamente 74 milhões de euros.

Espanha

Como resultado das inspeções fiscais dos anos de 2005 a 2008, foram realizadas liquidações adicionais de aproximadamente 120 milhões de euros. As liquidações adicionais referem-se essencialmente a correções em resultados financeiros líquidos resultantes, principalmente, das interpretações não ajustadas à natureza de algumas transações. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, fomos notificados da decisão proferida pelo tribunal da Audiência Nacional de Espanha sobre os processos judiciais relacionados às referidas inspeções fiscais. A decisão foi favorável ao Grupo na sua quase totalidade. As Autoridades Fiscais interpuseram um recurso para o Supremo Tribunal que foi admitido para processo em março de 2018, e que está pendente de resolução. As garantias de cerca de 120 milhões de euros apresentadas no âmbito destes processos continuam em vigor até que a decisão final seja proferida. A Administração acredita que da conclusão dos processos judiciais resultantes das ações em curso, não resultarão encargos significativos para o Grupo. Este entendimento é suportado pelo parecer dos consultores jurídicos e fiscais, que consideram a possibilidade de perda com os processos de 2005 a 2008 como possível (cerca de 86 milhões de euros) a remota (aproximadamente 34 milhões de euros).

Durante o segundo semestre de 2014, as autoridades fiscais espanholas começaram a inspecionar os anos de 2009 a 2012. Os relatórios das autoridades fiscais, mantêm as suas interpretações, tal como para os anos anteriores, resultando numa correção ao rendimento tributável negativo de cerca de 28 milhões de euros, definindo o rendimento tributável negativo do período em cerca de 31 milhões de

euros. Em julho de 2017 foi apresentado o relatório das autoridades fiscais, para o ano de 2012, o qual evidencia uma correção do rendimento tributável negativo de aproximadamente 242 milhões de euros. Em agosto de 2017 foi interposto um recurso no Tribunal Económico Administrativo que está pendente de resolução. Em ambos os casos, os impostos diferidos relacionados com essas perdas não estão registados. Há semelhança dos processos de exercícios anteriores, o Conselho de Administração e os seus consultores jurídicos e fiscais consideram que da conclusão do processo judicial contestando essas correções, não resultará qualquer encargo significativo para o Grupo.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o **Grupo** tinha solicitado a apresentação em benefício de terceiros de garantias, de 435.090 milhares de euros e 473.268 milhares de euros, respetivamente, detalhadas como segue:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Garantias bancárias:		
Por processos fiscais em curso	308.293	323.190
A entidades financiadoras	94.922	125.731
A fornecedores	2.253	3.453
Outros	29.622	20.894
	<u>435.090</u>	<u>473.268</u>

Adicionalmente, no âmbito do processo do CADE foram concedidas garantias reais sobre duas fábricas de cimento na área de negócios do Brasil, visando a suspensão das penalidades impostas, conforme mencionado acima.

Na área de negócios de Portugal, decorrente da legislação sobre o regime jurídico das responsabilidades por danos ambientais, foram, com caráter provisório, afetadas reservas e ativos de empresas do Grupo à cobertura de eventuais responsabilidades, no montante aproximado de 8,6 milhões de euros.

Das garantias acima para processos fiscais, 6.922 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respeitam à **Empresa**.

Compromissos

No decurso normal da sua atividade, o Grupo assume compromissos relacionados, essencialmente, com a aquisição de equipamentos, no âmbito das operações de investimento em curso, e de bens e serviços relacionados com as operações.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os compromissos mais significativos referem-se a contratos para aquisição de ativos fixos tangíveis e existências bem como para a operação de instalações localizadas em propriedade alheia, eram como segue:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Área de negócio:		
Argentina e Paraguai	140.456	60.196
Brasil	21.770	50.405
Portugal e Cabo Verde	17.707	19.246
Egito	8.687	7.896
África do Sul	208	177
	<u>188.828</u>	<u>137.921</u>

O aumento dos compromissos é devido a um contrato de energia na área de negócio da Argentina e Paraguai, no valor de 92,4 milhões de USD (78 milhões de euros), iniciado em 2018 e por um período de 20 anos.

Adicionalmente, decorrente do contrato celebrado com a Sinoma International Engineering Co. Ltd para a construção da nova fábrica de cimento, a Loma Negra C.I.A.S.A. assumia em 31 Dezembro de 2017 um total de compromissos num montante total de 277.600 milhares de euros (6.212.214 milhares de ARS). Este valor é dividido em 2.167.648 milhares de ARS, 41.575 milhares de USD e 107.415 milhares de euros. O valor em pesos é sujeito a atualizações periódicas de acordo com uma fórmula de ajuste de preço, pelo que estes compromissos em 31 de dezembro de 2017 totalizam 2.397.552 milhares de ARS.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa-mãe, Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., responde solidariamente pelas obrigações das suas participadas com as quais mantém uma relação de domínio.

36. Provisões

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a classificação das provisões era a seguinte:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Provisões não correntes:				
Provisões para riscos fiscais	28.256	18.822	10.000	10.000
Provisões para recuperação paisagística	38.637	39.954	-	-
Provisões relativas a pessoal	22.951	24.418	567	747
Outras provisões para riscos e encargos	33.013	8.825	31	31
Depósitos judiciais	(3.023)	(2.876)	-	-
	<u>119.835</u>	<u>89.143</u>	<u>10.598</u>	<u>10.778</u>
Provisões correntes:				
Provisões relativas a pessoal	2.897	3.284	200	227
	<u>122.731</u>	<u>92.428</u>	<u>10.798</u>	<u>11.005</u>

Os depósitos judiciais têm a seguinte composição:

	Grupo	
	2017	2016
Pessoal	(2.323)	(2.329)
Fiscais	(655)	(497)
Cíveis e outras	(45)	(50)
Total	<u>(3.023)</u>	<u>(2.876)</u>

As provisões para riscos fiscais destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de liquidações adicionais de impostos, as quais foram objeto de reclamação ou impugnação judicial. O Conselho de Administração, em conjunto com os seus consultores jurídicos e fiscais, entende que a razão, em relação à maioria dos temas em disputa nesses processos, está do lado do Grupo. No entanto, a inexistência de jurisprudência e a complexidade técnica de algumas das matérias contestadas tornam adequada a constituição destas provisões.

As provisões para recuperação paisagística representam a obrigação legal ou construtiva do Grupo na reabilitação das diversas áreas de exploração. A exigibilidade deste passivo depende do período de exploração e do início estabelecido para o começo dos respetivos trabalhos.

As provisões relativas a pessoal respeitam, essencialmente, à estimativa de encargos com as responsabilidades por cessação de emprego e remunerações de longo prazo, das quais em 31 de dezembro de 2017 e 2016, 11.877 milhares de euros e 14.772 milhares de euros, respetivamente, dizem respeito a situações de pré-reforma de colaboradores.

As outras provisões para riscos e encargos destinam-se a fazer face a riscos específicos do negócio, decorrentes da atividade normal do Grupo, incluindo os decorrentes de processos litigiosos, bem como provisões para responsabilidades resultantes de participações em empresas associadas.

O movimento ocorrido nas provisões do **Grupo** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões relativas a pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	35.235	36.612	29.174	22.681	(3.246)	120.457
Efeito da conversão cambial	(3.031)	2.030	1.649	(2.473)	(650)	(2.475)
Reforços	2.577	2.807	5.275	3.184	-	13.843
Reversões	(6.999)	-	(946)	(2.078)	-	(10.023)
Utilizações	(8.960)	(1.495)	(7.450)	(12.490)	1.020	(29.375)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>18.822</u>	<u>39.954</u>	<u>27.703</u>	<u>8.825</u>	<u>(2.876)</u>	<u>92.428</u>
Efeito da conversão cambial	(1.702)	(3.346)	(2.039)	(2.652)	435	(9.304)
Reforços	13.913	3.024	8.151	30.965	-	56.053
Reversões	(2.564)	-	(2.269)	(1.838)	-	(6.671)
Utilizações	(213)	(995)	(5.698)	(2.287)	(582)	(9.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>28.256</u>	<u>38.637</u>	<u>25.848</u>	<u>33.013</u>	<u>(3.023)</u>	<u>122.731</u>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, os reforços em provisões para riscos fiscais e para outros riscos e encargos dizem respeito, essencialmente, a provisões na área de negócios do Egito, relacionadas com o imposto sobre o rendimento dos anos de 2004 a 2014, que estão a ser contestados em tribunais, no montante de 9.765 milhares de euros e à estimativa de juros de mora relacionada com a licença industrial de uma das linhas de produção no Egito, totalizando 20.075 milhares de euros (consultar Notas 12, 13 e 17), respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os reforços de provisões incluíam, essencialmente, o reforço de provisões fiscais na área de negócios do Brasil.

As reversões de provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 decorrem essencialmente da reapreciação do grau de probabilidade de ocorrência de perdas sobre riscos em várias áreas de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a utilização de provisões para riscos fiscais resultaram essencialmente da adesão, na área de negócios de Portugal, a um Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (“PERES”).

Na **Empresa**, em resultado da revisão efetuada pela Autoridade Tributária, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aos exercícios de 1996 a 2014, foram efetuadas correções aos resultados fiscais e imposto apurados no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (anterior Regime de Tributação pelo Lucro Consolidado, quando aplicável). O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores/advogados, entende que as referidas correções carecem de fundamento, pelo que foram objeto de reclamações graciosas e/ou impugnações judiciais. Ainda assim, e face, nomeadamente, à complexidade técnica de algumas matérias em discussão e, conseqüentemente, à diferente interpretação da lei fiscal que as mesmas poderão, eventualmente, suscitar, foram constituídas provisões para a maioria dos temas objeto de contestação.

Adicionalmente, é entendimento da Administração que as eventuais responsabilidades pelas liquidações adicionais de imposto relativas a exercícios até ao ano de 2001 (conforme já decidido pelos tribunais competentes com referência ao exercício de 1997), ou por factos tributários relativos a operações ocorridas até àquela data e que possam vir a originar liquidações em exercícios futuros, serão, a final, assumidas pelo Fundo de Regularização da Dívida Pública. Encontram-se ainda em curso alguns processos tributários relativos a essas liquidações adicionais, bem como alguns processos administrativos com vista a que o Fundo de Regularização da Dívida Pública assumira a respetiva responsabilidade.

O movimento ocorrido nas provisões da **Empresa** durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para responsabilidades com o pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	23.000	1.000	31	24.031
Reforços	-	261	-	261
Reversões	(5.649)	-	-	(5.649)
Utilizações	(7.351)	(287)	-	(7.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.000	974	31	11.005
Reforços	36	45	-	81
Utilizações	(36)	(252)	-	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.000	767	31	10.798

Os reforços e as reversões de provisões, ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram efetuados por contrapartida de:

	Grupo		Empresa	
	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Ativos tangíveis:				
Terrenos e recursos naturais	638	-	-	-
Resultados do exercício:				
Custos operacionais	8.861	505	-	-
Custos com o pessoal	4.525	931	45	215
Provisões	859	(1.405)	-	-
Custos e perdas financeiros	23.601	8.705	-	47
Resultados relativos a empresas associadas (Nota 12)	527	-	-	-
Impostos sobre o rendimento (Nota 13)	10.371	(4.914)	36	(5.649)
	49.383	3.821	81	(5.388)

Os custos e perdas financeiros dizem respeito ao efeito da atualização financeira das provisões, no montante de 2.302 milhares de euros e à estimativa de juros de mora relacionada com o pagamento de uma licença industrial na área de negócios do Egito, no montante de cerca de 21.000 milhares de euros (Nota 12).

37. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os empréstimos obtidos no **Grupo** eram como segue:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Passivos não correntes:		
Empréstimos por obrigações	895.404	1.157.415
Empréstimos bancários	1.244.117	1.932.590
Outros empréstimos obtidos	-	41.843
	<u>2.139.521</u>	<u>3.131.847</u>
Passivos correntes:		
Empréstimos por obrigações	105.682	121.926
Empréstimos bancários	467.615	214.086
Outros empréstimos obtidos	41.843	726.900
	<u>615.140</u>	<u>1.062.912</u>
	<u>2.754.660</u>	<u>4.194.759</u>

Empréstimos por obrigações

O detalhe das emissões de empréstimos por obrigações no Grupo, não convertíveis, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, era o seguinte:

Unidade de negócio	Instrumento	Moeda	Data de emissão	Cupão (b)	Maturidade final	Dezembro 2017		Dezembro 2016	
						Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Brasil	Debênture - Brasil (a)	BRL	mar-12	Variável indexada ao CDI	abr-22	55.414	221.964	63.920	320.168
Brasil	Debênture - Brasil	BRL	ago-12	Variável indexada ao CDI	ago-22	50.268	201.353	58.006	290.484
Holdings e Veículos Financeiros	Senior Notes (a) (c)	USD	jul-14	5,75%	jul-24	-	472.087	-	546.764
						<u>105.682</u>	<u>895.404</u>	<u>121.926</u>	<u>1.157.415</u>

- (a) Garantidos em cerca de 750 milhões de euros por Fianças concedidas pela entidade controladora, InterCement Participações, S.A.;
- (b) As taxas variáveis contratadas consideram *spreads* até 15% acima do índice.
- (c) Em 17 de julho de 2014, a Cimpor Financial Operations, B.V. (Cimpor B.V.), emitiu Senior Notes ("Obrigações") no valor total de 750 milhões de USD com maturidade de 10 anos. As Obrigações foram lançadas com cupão de 5,75% ao ano e foram posteriormente admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Singapura. No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 foram adquiridas Obrigações no valor nominal de 11.000, 108.378 e 54.290 milhares de USD. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo detém Obrigações no valor nominal de 173.768 milhares de USD (144.818 milhares de euros).

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os empréstimos bancários no **Grupo** apresentavam a seguinte composição:

Unidade de Negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Taxa de juro (b)	Data de Contratação	Maturidade	Notas	Dezembro 2017		Dezembro 2016	
							Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-12	jan-22	(a)	-	242.217	-	396.651
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-12	fev-22	(a)	-	205.231	-	306.796
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	fev-19	(a)	26.739	27.404	6.037	54.041
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	fev-19	(a)	80.279	82.047	20.616	183.992
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Variável indexada Euribor	fev-14	fev-22	(a)	18.026	42.160	-	60.078
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	fev-22	(a)	54.121	126.227	-	204.605
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	fev-14	fev-24	(a)	60.922	137.253	-	224.536
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	USD	Variável indexada US Libor	mai-14	mai-19	-	-	41.454	-	46.974
Holdings e Veículos Financeiros (*)	Bilateral	EUR	Fixa	dez-14	dez-18	-	23.609	-	-	22.949
Empresa (*)	Papel Comercial	EUR	Variável	mar-16	mar-20	(a)	15.000	35.000	-	50.000
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	ARS	Fixas e variáveis	Várias	Várias	-	27.983	16.138	30.702	25.989
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Variáveis indexadas US Libor	Várias	Várias	-	38.700	41.010	53.934	45.746
U.N. Brasil	Vários Bilaterais	BRL	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(c)	84.138	19.065	12.716	151.819
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	USD	Fixas e variáveis	ago-16	jul-18	(d)	3.954	-	21.224	62.782
U.N. Argentina Paraguai	Vários Bilaterais	PYG	Fixas	ago-17	ago-25	(d)	4.196	58.432	13.751	-
U.N. África do Sul	Vários Bilaterais	ZAR	Variável indexada Jibar	Várias	Várias	-	-	-	31.135	13.838
U.N. Portugal e Cabo Verde	Vários Bilaterais	EUR	Fixas e variáveis	Várias	Várias	(a)	10.000	165.000	-	75.000
U.N. Portugal e Cabo Verde	Bilateral	CVE	Variável indexada TRIB 3M	Várias	Várias	-	700	2.800	-	-
U.N. Portugal e Cabo Verde	Subsidiado	EUR	(e)	Várias	jun-24	(e)	69	1.839	-	-
U.N. Moçambique	Vários Bilaterais	MZN	Variável indexada BT 3M	dez-15	dez-20	-	-	-	1.541	268
U.N. Egito	Vários Bilaterais	EGP	Variáveis indexadas ao Corridor	Várias	Várias	-	19.178	841	22.429	6.525
							467.615	1.244.117	214.086	1.932.590

(*) Considerados no conjunto das empresas incluídas no segmento Holdings, entidades de suporte ao negócio, corporativas e trading (Nota 4).

- (a) Garantido por Fianças concedidas pelas entidades controladoras Camargo Corrêa, S.A. e InterCement Participações, S.A.;
- (b) As taxas variáveis contratadas para os principais financiamentos em dólares e em euros consideram *spreads* entre 2,75% e 3,95%;
- (c) Garantido em cerca de 122 milhões de euros por Fianças concedidas pelas entidades controladoras Camargo Corrêa, S.A. (31 milhões de euros) e InterCement Participações, S.A. (91 milhões de euros);
- (d) Durante o ano de 2017, o Grupo decidiu realizar a sua liquidação antecipada, através da negociação de nova dívida. Em 8 de agosto de 2017, a controlada Yguazu contraiu dois novos empréstimos em guarani paraguaio, no montante total de 423.000 milhões de guaranis, equivalente a aproximadamente 66 milhões de euros. No primeiro ano, as taxas de juros variam entre 8,5% e 9% ao ano, e posteriormente, os juros serão calculados de acordo com a taxa média divulgada pelo Banco Central do Paraguai, além do *spread*. Os juros são pagos semestralmente, a partir de fevereiro de 2018, e o principal será pago em quinze parcelas semestrais, a partir de agosto de 2018. Em 14 de agosto de 2017, os fundos foram usados para o pré-pagamento dos empréstimos em dólares da controlada Yguazu. Os empréstimos mencionados são garantidos por uma hipoteca sobre a fábrica no Paraguai e o penhor de seus ativos;
- (e) Respeita a um financiamento concedido no âmbito de um sistema de incentivo à inovação empresarial (Portugal 2020) sem pagamento de juros.

Outros empréstimos obtidos

Os outros empréstimos obtidos referem-se às dívidas da Cimpor Trading e Inversiones e da Austria Equity Participations GmbH à Austria Holding GmbH (Nota 47), conforme segue:

Unidade de negócio	Tipo de financiamento	Moeda	Data de contratação	Taxa de juro	Maturidade	Dezembro 2017		Dezembro 2016	
						Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	fev-13	Variável indexada à Euribor	fev-18	41.843	-	-	41.843
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	dez-12	Taxa fixa	Jul-17 (*)	-	381.900	-	-
Holdings e Veículos Financeiros	Intercompany Loan	EUR	fev-14	Taxa fixa	Jul-17 (*)	-	345.000	-	-
						41.843	726.900	41.843	-

(*) No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estes financiamentos foram liquidados.

Os empréstimos não correntes apresentam os seguintes prazos de reembolso em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016:

Ano	Dezembro 2017	Dezembro 2016
2018	-	460.534
2019	451.545	888.512
2020	399.051	355.561
2021	358.381	543.888
Após 2021	930.544	883.352
	2.139.521	3.131.847

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	Dezembro 2017		Após cobertura	Dezembro 2016		Após cobertura
	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros	Valor em divisa	Valores em euros	Valores em euros
USD	1.656.201	1.380.272	1.138.055	1.907.282	1.807.824	535.745
BRL	2.509.397	632.201	632.201	3.084.634	897.113	897.113
EUR	-	611.918	854.135	-	1.343.644	2.615.722
ARS	987.350	44.121	44.121	950.373	56.691	56.691
MZN	-	-	-	136.069	1.809	1.809
EGP	425.858	20.020	20.020	549.736	28.954	28.954
PYG	420.902.830	62.628	62.628	83.775.750	13.751	13.751
ZAR	-	-	-	650.000	44.973	44.973
CVE	385.928	3.500	3.500	-	-	-
		2.754.660	2.754.660		4.194.759	4.194.759

Em 31 de dezembro de 2017, essencialmente pela liquidação dos instrumentos financeiros derivados ocorrida em março e abril de 2017 (Nota 39), a dívida em USD sem instrumentos financeiros de cobertura face ao Euro incrementou-se em 953 milhões de USD, face ao reportado a dezembro de 2016.

Cartas de conforto e cartas de garantia

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016, as cartas de conforto e as cartas de garantia prestadas no **Grupo** referiam-se a responsabilidades já evidenciadas na posição financeira consolidada de 2.440.105 milhares de euros e 2.515.335 milhares de euros, respetivamente.

38. Obrigações decorrentes de contratos de locação

Locação operacional

Os contratos de locação operacional em vigor respeitavam, essencialmente, a equipamentos de transporte e de escritório.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe dos compromissos a pagar em anos futuros (pagamentos mínimos de locação), decorrentes dos contratos em vigor, era como segue:

	Grupo		Empresa	
	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Até 1 ano	9.535	1.681	26	4
Entre 1 e 5 anos	11.997	1.867	39	-
A mais de 5 anos	26	-	-	-
	<u>21.558</u>	<u>3.548</u>	<u>65</u>	<u>4</u>

O total de custos operacionais do **Grupo** com contratos de locação operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 ascendeu a 12.941 milhares de euros e 2.010 milhares de euros, respetivamente.

Os contratos de locação operacional da **Empresa** respeitam a equipamentos de transporte e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram reconhecidos custos no montante de 25 milhares de euros e 13 milhares de euros, respetivamente.

39. Instrumentos financeiros derivados

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 estava contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivados destinados a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é o seguinte:

	Outros ativos				Outros passivos			
	Correntes		Não correntes		Correntes		Não correntes	
	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Dezembro 2016	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Derivados de trading	-	-	6.690	200	-	4.876	-	-
Coberturas de cash-flow - Swaps de taxa de juro e câmbio	3.856	26.450	-	215.249	-	3.411	16.589	7.468
	3.856	26.450	6.690	215.450	-	8.287	16.589	7.468

No quadro abaixo detalha-se o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados passíveis de serem qualificados como de cobertura de *cash-flow* em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Tipo de cobertura	Nocional	Tipo de operação	Maturidade	Objectivo económico		Justo valor	
						Dezembro 2017	Dezembro 2016
Cash-flow	USD 200.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	36.488
Cash-flow	USD 100.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	15.960
Cash-flow	USD 50.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	9.073
Cash-flow	USD 150.000.000	Cross Currency Swap	jul-24	Cobertura de cash-flow de emissão obrigacionista	(a)	-	26.021
Cash-flow	USD 195.750.000	Cross Currency Swap	fev-19	Cobertura de cash-flow de Tranche A do financiamento Sindicado	(a)	-	28.977
Cash-flow	USD 217.500.000	Cross Currency Swap	fev-19	Cobertura de cash-flow de Tranche B do financiamento Sindicado	(a)	-	43.488
Cash-flow	USD 424.000.000	Cross Currency Swap	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(a)	-	81.692
Cash-flow	EUR 379.218.809	Interest Rate Swap	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(a)	-	(10.878)
Cash-flow	USD 292.000.000	Cross Currency Swap	jan-22	Cobertura de cash-flow de financiamento bancário	(b)	(12.733)	-
						(12.733)	230.821

- (a) Instrumentos financeiros derivados liquidados em março e abril de 2017, tendo sido recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de cerca de 224 milhões de euros, incluindo cerca de 209 milhões de euros aquando daquelas liquidações (Nota 46). De acordo com a IAS 39, o montante remanescente, sem impostos, acumulado até dezembro de 2017, registrado como "Outros rendimentos e gastos reconhecidos", no montante de aproximadamente 18 milhões de euros é transferido para resultados à medida que os fluxos cobertos sejam realizados. No exercício de 31 de dezembro de 2017, o montante reclassificado ascendeu a cerca de 7 milhões de euros;
- (b) Instrumento financeiro derivado contratado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com o objetivo de realizar a cobertura de Cash-flow de um financiamento bancário no montante 292 milhões de USD.

Em 31 de dezembro de 2017, essencialmente pela liquidação dos instrumentos financeiros derivados ocorrida em março e abril de 2017, a dívida em USD sem instrumentos financeiros de cobertura face ao Euro incrementou-se em 953 milhões de USD, face ao reportado a dezembro de 2016 (Nota 37).

Derivados não qualificados como cobertura - trading

Na carteira de instrumentos financeiros derivados não qualificados como cobertura ocorreu a liquidação do instrumento derivado de *cash-flow* sobre uma responsabilidade de 50.000 milhares de USD, no montante de 4.548 milhares de euros, tendo sido mantido em carteira três derivados embutidos (os dois primeiros em 2016) nas operações de alienação das participações na “Barra Grande”, “Machadinho” e “Estreito”, sendo o respetivo justo valor em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, de 6.690 milhares de euros (ativo) e 248 milhares de euros (passivo), respetivamente.

40. Gestão de riscos financeiros

Princípios gerais

O Grupo Cimpor, no desenvolvimento das suas atividades correntes, está exposto a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de taxa de juro;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Risco de contraparte.

Por risco financeiro, entende-se, justamente, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial do Grupo.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Numa outra vertente, é também preocupação do Grupo que os processos de gestão dos referidos riscos dêem resposta não só às necessidades de informação internas como também às exigências externas (entidades reguladoras, mercados financeiros e demais *stakeholders*).

Por regra, o Grupo não assume posições especulativas, pelo que todas as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por única finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais o Grupo se encontra, inevitavelmente, exposto.

A respetiva cobertura, no caso dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, pode implicar a contratação, no mercado *over-the-counter* (por razões de flexibilidade) de instrumentos financeiros derivados, envolvendo um número limitado de contrapartes com as quais o Grupo já tem um forte envolvimento. Estas operações são, normalmente, realizadas com entidades financeiras com as quais se assinaram previamente contratos da International Swaps e Derivatives Association (ISDA), em conformidade com as normas internacionais.

Toda a gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pelo Departamento de Finanças e Tesouraria Corporativa, sob a orientação da Comissão Executiva e, em particular, do Administrador do pelouro (cujo acordo prévio é necessário à realização de qualquer operação).

Risco de taxa de juro

A exposição do Grupo ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, quer tenham sido contratados a taxa fixa ou a taxa variável. No primeiro caso, o Grupo enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses ativos ou passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). No segundo caso, tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos/pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

Para a cobertura deste tipo de riscos, e de acordo com as expectativas do Grupo quanto à evolução das taxas de mercado, podem ser contratados *swaps* de taxa de juro.

Exposição a riscos de taxa de juros e a taxas variáveis e fixas

O Grupo está exposto a taxas de juro variáveis e taxas de inflação, relacionadas principalmente às alterações do IGP-M, do CDI, da Libor, da Euribor, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e da TJLP nos empréstimos e debêntures. As taxas de juros sobre os investimentos de curto prazo são vinculadas principalmente à flutuação do CDI e da Selic. Estas posições são as seguintes:

31.12.2017

Ativo:	
CDI	38.607
SELIC	36.460
Total	<u>75.067</u>

Passivo:	
IGP-M	6.937
CDI	630.798
EURIBOR	461.402
LIBOR	662.014
TJLP	4.452
Outros	40.865
Total	<u>1.806.468</u>

A 31 de dezembro de 2017, a dívida do Grupo por tipo de taxa de juro, considerando já os instrumentos financeiros derivados, entre taxa variável e taxa fixa, está distribuída desta forma:

	Dez-17	Dez-16
Taxa variável	66%	52%
Taxa fixa	34%	48%

Risco de taxa de câmbio

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio decorre das moedas funcionais em diversas geografias serem distintas da moeda de consolidação, bem como da existência de transações, em particular financiamentos, em moedas diferentes das moedas funcionais.

Os efeitos cambiais derivados da integração das demonstrações financeiras locais nas contas consolidadas do Grupo podem ser acautelados através da cobertura do valor dos investimentos líquidos realizados naqueles países. Essas operações não têm ocorrido tendo em conta a falta de profundidade de alguns mercados e por se considerar que o seu custo (diferença entre as taxas de juro locais e as da moeda de referência do Grupo) é, em regra, excessivo face ao nível dos riscos envolvidos.

Quando efetuada, a cobertura do risco de taxa de câmbio é-o, normalmente, através da contratação de *swaps* e *forwards*, com maturidades, em princípio, equivalentes a do instrumento de dívida que serve como lastro para a cobertura.

O Grupo não efetua operações sobre taxas de câmbio que não se adequem à cobertura de posições já existentes ou contratadas.

O facto de o Grupo operar em países com um diferencial de taxas de juros substancial face à moeda de consolidação, faz com se procurem estratégias de *hedge* natural. É nesta lógica que se procura aumentar a dívida nas Unidades de Negócio de forma a obter uma maior correspondência entre ativos e passivos, reduzindo deste modo a exposição global do Grupo.

O Grupo possui na sua carteira de derivados instrumentos de cobertura que ajudam a gerir a exposição cambial do Grupo, nomeadamente *Cross-Currency-Swap*, mediante as quais, em termos práticos, se transforma um passivo em USD em dívida contratada em Euros (Nota 39).

Exposição ao risco cambial

O Grupo possui ativos e passivos em moedas diferentes de suas próprias moedas funcionais (principalmente dólar), e os seus resultados financeiros podem ser significativamente afetados pela variação das taxas de câmbio.

Os principais grupos de contas expostos ao risco cambial são conforme descrito a seguir:

	31.12.2017
Ativo:	
Caixa, bancos e títulos negociáveis	766.959
Clientes e adiantamentos a fornecedores	7.379
Partes relacionadas (a)	379.591
Outras dívidas de terceiros	3.552
Ativo exposto	<u>1.157.481</u>
Passivo:	
Juros e empréstimos	1.155.280
Fornecedores e adiantamento de clientes	32.981
Partes relacionadas (a)	430.052
Outras dívidas a terceiros	233
Passivo exposto	<u>1.618.313</u>

(a) Trata-se de saldos entre as empresas relacionadas, com exposição cambial em pelo menos uma das empresas, considerando que têm diferentes moedas funcionais. Os saldos (ativos e passivos) são eliminados durante a consolidação, no entanto, o impacto de ganho ou perda não é totalmente eliminado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais instrumentos de dívida, considerando já os instrumentos financeiros derivados, estavam denominados nas seguintes moedas:

	Dez-17	Dez-16
USD	41%	14%
BRL	23%	23%
EUR	31%	60%
Outros	5%	4%

A apresentação de caixa, bancos e títulos negociáveis por moedas e exposições cambiais relacionadas são as seguintes:

2017			
Moeda funcional	Divisa	Valor em divisa	Valores em euros
ARS	USD	54.402	45.338
BRL	USD	143	119
PYG	USD	444	370
EGP	USD	2.587	2.156
EUR	USD	862.191	718.547
MZN	USD	90	75
ARS	BRL	10	2
PYG	BRL	1	0
ARS	EUR	15	15
PYG	EUR	28	28
EGP	EUR	32	32
MZN	EUR	142	142
EUR	EGP	2.731	128
ARS	PYG	6.155	1
MZN	ZAR	45	3
Montante exposto a risco cambial			766.959
BRL	BRL	328.275	82.703
EUR	EUR	136.318	136.318
ARS	ARS	2.031.925	90.799
MZN	MZN	689.770	9.837
EGP	EGP	317.394	14.921
PYG	PYG	30.133.107	4.484
ZAR	ZAR	703.797	47.696
CVE	CVE	317.392	2.878
Montante em moeda funcional			389.638
			<u>1.156.596</u>

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um nível adequado de disponibilidades que permitam não só assegurar o desenvolvimento normal das atividades do Grupo como também fazer face a eventuais operações de carácter extraordinário.

Os processos de refinanciamento em 2016 permitiram uma melhoria no perfil da dívida, reduzindo o custo médio da dívida, garantindo um nível significativo de liquidez e a concentração de operações significativas de refinanciamento apenas após 2019.

O perfil da dívida, aliado ao elevado montante de caixa e equivalentes no fim do ano que, praticamente, elimina o risco de liquidez do Grupo, faz com que a necessidade de existência de linhas de *backup* seja residual.

Em 31 de dezembro de 2017, o nível de liquidez seria suficiente para cobrir os compromissos financeiros dos dois anos seguintes e o prazo médio de vencimento da dívida é de 3,6 anos.

Risco de crédito

A percepção do risco de crédito que o mercado tem relativamente ao Grupo, no tocante a operações de financiamento, reflete-se naturalmente no nível dos custos financeiros associados a tais operações. A influência do Grupo nesta matéria é apenas subsidiária, consubstanciando-se na prática de uma gestão prudente e equilibrada, de forma a minimizar a probabilidade de incumprimento das suas responsabilidades.

A solvabilidade do Grupo encontra-se, também, refletida no rácio de Leverage (Net Debt / EBITDA). Sublinhe-se, que contratualmente a medição deste *covenant* não é feita ao nível do Grupo Cimpor, mas sim ao nível acima na *InterCement Participações S.A.*. Relativamente a 31 de dezembro de 2017, o Grupo acordou com as instituições financeiras em aumentar esses parâmetros de 4,5 para 5,0 (rácio Net Debt versus EBITDA). Nessa data, as condições dos *covenants* foram cumpridas.

Além do *Covenant Financeiro* (Net Debt/Ebitda), o Grupo também está sujeito a algumas outras cláusulas restritivas, como por exemplo, “*Change of control*” e “*Cross acceleration*”.

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Empresa e as suas associadas a concentrações de risco de crédito consistem principalmente em investimentos de curto prazo e créditos comerciais. A Empresa e suas associadas mantêm contas bancárias e investimentos de curto prazo com instituições financeiras aprovadas pela Administração, e realizam as operações de venda somente de acordo com critérios de aprovação de crédito, minimizando os riscos padrão.

Risco de contraparte

No estabelecimento de relações contratuais de diversa ordem com entidades terceiras, o Grupo assume riscos que decorrem da probabilidade de incumprimento ou, num cenário extremo, de *default* de uma contraparte.

O Grupo procura limitar a sua exposição a este risco – tanto na realização de depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria como na contratação de instrumentos derivados – mediante uma seleção rigorosa das contrapartes, baseada nas respetivas notações de *rating* e tomando em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

Com a informação atualmente disponível, não são expectáveis quaisquer prejuízos por incumprimento.

Análises de sensibilidade

A exposição ao risco de taxa de juro tem como consequência a variabilidade dos resultados financeiros do Grupo. Os resultados de uma análise de sensibilidade da exposição em 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

a) Análise de sensibilidade — Taxas de juros com índice Euribor, US LIBOR e CDI

Uma deslocação paralela de +/- 1% na curva de taxas de juro, com todos os outros pressupostos constantes, representaria, para o exercício, um aumento de custos financeiros (antes de impostos) de aproximadamente 5 milhões de euros na dívida em Euros indexada a taxa variável, de 7 milhões de dólares na dívida a taxa variável em USD e de 6 milhões de euros na dívida a taxa variável em reais, conforme quadro abaixo:

Indexante	Moeda	Saldo	1%	2%	3%
Euribor	EUR	461.402	4.614	9.228	13.842
US Libor	USD	662.014	6.620	13.240	19.860
CDI	BRL	630.798	6.308	12.616	18.924

Adicionalmente, no caso das taxas indexadas em BRL, outros 3 cenários foram simulados: manutenção das taxas de fim do ano e dois cenários de subida de taxas, em 25% e 50%, tendo-se também levado em consideração o facto de existirem importantes montantes investidos o que levou a simular o impacto que a queda de taxas teria nestas aplicações (CDI e Selic – Ativo).

Os resultados obtidos para as posições ativas e passivas são os seguintes:

	Saldo	Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Aplicações financeiras:					
CDI	38.823	Queda do índice	2.601	1.951	1.301
SELIC	36.558	Queda do índice	2.511	1.884	1.256
Empréstimos e obrigações:					
IGP-M	6.937	Aumento do índice	270	337	405
CDI	630.798	Aumento do índice	42.263	52.829	63.395
TJLP	4.452	Aumento do índice	312	390	467

b) Taxas de câmbio

Na componente de dívida e tendo em conta a distribuição por moeda, os riscos de taxa de câmbio existentes materializam-se na volatilidade potencial das taxas de câmbio e do seu impacto nos resultados financeiros consolidados.

Tendo em conta o perfil dos ativos e passivos financeiros das empresas do Grupo (incluindo saldos intragrupo), e considerando já os instrumentos financeiros derivados, em 31 de dezembro de 2017, os impactos mais relevantes nos resultados financeiros seriam os seguintes:

Montante em USD	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-17)		Desvalorização USD			Valorização USD	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
-214.210	EUR	1,1999	Efeito em EUR	-17.852	-8.926	-	8.926	17.852
-58.121	ARS	18,65	Efeito em ARS	-108.397	-54.198	-	54.198	108.397
			Efeito em EUR	-5.382	-2.549	-	2.307	4.403
-3.500	PYG	5.600,98	Efeito em PYG	-1.960.107	-980.054	-	980.054	1.960.107
			Efeito em EUR	-324	-154	-	139	265
-139.718	BRL	3,31	Efeito em BRL	-46.219	-23.109	-	23.109	46.219
			Efeito em EUR	-12.938	-6.128	-	5.545	10.585
82.595	ZAR	12	Efeito em ZAR	101.571	50.785	-	-50.785	-101.571
			Efeito em EUR	7.648	3.623	-	-3.278	-6.258
-25.753	EGP	17,73	Efeito em EGP	-45.655	-22.827	-	22.827	45.655
			Efeito em EUR	-2.385	-1.130	-	1.022	1.951
-125.544	MZN	58,43	Efeito em MZN	-733.614	-366.807	-	366.807	733.614
			Efeito em EUR	-11.625	-5.507	-	4.982	9.512

(Unidade: milhares)

Montante em EUR	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-17)		Desvalorização EUR			Valorização EUR	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
-33.130	ZAR	14,76	Efeito em ZAR	48.886	24.443	-	-24.443	-48.886
			Efeito em EUR	3.068	1.453	-	-1.315	-2.510

(Unidade: milhares)

Montante em EGP	Moeda Funcional	FX Rate (31-12-17)		Desvalorização EGP			Valorização EGP	
				-10%	-5,0%	0,0%	5,0%	10,0%
35.401	EUR	21,272	Efeito em EUR	166	83	-	-83	-166

(Unidade: milhares)

41. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2017		2016		2017	2016
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Empresas subsidiárias, associadas e participadas (Nota 47) (*)	7.085	-	3.900	-	42.274	2.725
Outros acionistas (Nota 47)	178	-	126	-	84	84
Fornecedores de investimentos	17.800	5.143	27.708	6.737	103.513	-
Outros credores (a)	51.965	17.048	56.424	15.562	8	8
	77.028	22.191	88.158	22.299	145.880	2.817

(*) A referência às empresas subsidiárias é aplicável apenas na perspectiva da Empresa.

(a) Em 31 de dezembro de 2016, os Outros Credores correntes do **Grupo** incluíam a dívida ao Instituto do Ambiente pela emissão de licenças de CO2 de 9.426 milhares de euros, com vencimento a três meses (Nota 44).

O aumento verificado em 31 de dezembro de 2017, em Fornecedores de investimentos da Empresa é explicado pela aquisição de 9,48% da participação na Cimpor Trading e Inversiones à Cimpor Indústria (Nota 47).

42. Outros passivos correntes e não correntes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo				Empresa	
	2017		2016		2017	2016
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente
Juros a pagar	62.223	-	110.647	-	1.178	1.151
Acréscimo de custos fiscais	-	-	-	-	-	-
Remunerações a liquidar	20.190	-	17.446	-	276	291
Instrumentos financeiros derivados (Notas 39 e 45)	-	16.589	8.287	7.468	-	-
Subsídios ao investimento	-	204	-	36	-	-
Outros acréscimos de custos e proveitos diferidos	41.146	-	29.412	696	767	18
	<u>123.560</u>	<u>16.793</u>	<u>165.792</u>	<u>8.199</u>	<u>2.221</u>	<u>1.460</u>

O aumento ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 na rubrica de Outros acréscimos de custos e proveitos diferidos resulta, essencialmente, do registo do passivo relacionado com o processo de licenciamento industrial no Egito (Nota 17).

43. Fornecedores e adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores, conta corrente	203.862	213.005	336	153
Fornecedores, faturas em receção e conferência	31.639	21.553	1.170	169
Fornecedores, títulos a pagar	11.210	23.605	-	-
Adiantamentos de clientes	18.210	17.911	-	-
	<u>264.920</u>	<u>276.074</u>	<u>1.506</u>	<u>321</u>

44. Licenças de emissão de CO₂

No âmbito da transposição da Diretiva nº 2003/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, para as ordens jurídicas internas, foram aprovadas pelo governo de Portugal as listas de instalações existentes participantes no comércio de emissões e as respetivas atribuições de licenças de emissão.

Para o período de 2013 a 2020 foram consideradas quatro instalações em Portugal tendo-lhe sido atribuídas anualmente licenças de emissão correspondentes, no final do ano de 2020, a um total de

25.887.686 toneladas de CO₂, sendo que no primeiro ano foram atribuídas 3.468.143 toneladas, gradualmente diminuídas nos anos seguintes.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram alienadas por cerca de 4.041 milhares de euros 750.000 licenças de emissão de CO₂ (15.658 milhares de euros e 3.200.000 licenças de emissão de CO₂ em 2016) (Nota 8), o que deduzido da responsabilidade registada de 172 milhares de euros (9.426 milhares de euros em 2016) (Notas 11 e 41), correspondente a 35.784 toneladas de CO₂, emitidas acima das licenças em carteira, num total de 2.398.347 toneladas de CO₂ emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2.070.838 toneladas de CO₂ emitidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), resultam num ganho líquido de 3.869 milhares de euros nos Resultados operacionais (6.231 milhares de euros em 2016) no Segmento “Portugal e Cabo Verde” (Nota 7).

Também neste período, adquiriram-se 2.000.000 licenças, pelo montante de 9.503 milhares de euros (2.940.000 em 2016 pelo montante de 22.296 milhares de euros). Em abril de 2017 foram utilizadas 2.106.622 licenças, referentes às emissões do ano de 2016 (em abril de 2016 foram restituídas 2.927.535 licenças, referentes às emissões do ano de 2015).

45. Ativos e passivos financeiros no âmbito da IAS 39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas no **Grupo** aos seguintes itens:

2017	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
Ativos:					
Caixa, bancos e títulos negociáveis	1.104.342	-	-	52.254	1.156.596
Clientes e adiantamentos a fornecedores	94.208	-	-	-	94.208
Outros investimentos	-	706	-	2.053	2.759
Outras dívidas de terceiros não correntes	21.816	-	-	-	21.816
Outras dívidas de terceiros correntes	22.586	-	-	-	22.586
Outros ativos não correntes	-	-	-	6.690	6.690
Outros ativos correntes	1.794	-	-	3.856	5.650
Total de ativos financeiros	1.244.746	706	-	64.853	1.310.305
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	2.139.521	-	2.139.521
Empréstimos correntes	-	-	615.140	-	615.140
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	264.920	-	264.920
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	22.191	-	22.191
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	77.028	-	77.028
Outros passivos não correntes	-	-	(0)	16.589	16.589
Outros passivos correntes	-	-	123.560	-	123.560
Total de passivos financeiros	-	-	3.242.359	16.589	3.258.948

2016	Disponibilidades, Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e passivos e empréstimos financeiros	Ativos/ passivos financeiros ao justo valor	Total
Ativos:					
Caixa e equivalentes de caixa	471.989	-	-	103.976	575.965
Clientes e adiantamentos a fornecedores	157.279	-	-	-	157.279
Outros investimentos	-	5.364	-	2.928	8.292
Outras dívidas de terceiros não correntes	36.756	-	-	-	36.756
Outras dívidas de terceiros correntes	39.004	-	-	-	39.004
Outros ativos não correntes	-	-	-	215.450	215.450
Outros ativos correntes	1.664	-	-	26.450	28.113
Total de ativos financeiros	706.692	5.364	-	348.804	1.060.859
Passivos:					
Empréstimos não correntes	-	-	3.131.847	-	3.131.847
Empréstimos correntes	-	-	1.062.912	-	1.062.912
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	276.074	-	276.074
Outras dívidas a terceiros não correntes	-	-	22.299	-	22.299
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	88.158	-	88.158
Outros passivos não correntes	-	-	696	7.468	8.164
Outros passivos correntes	-	-	157.505	8.287	165.792
Total de passivos financeiros	-	-	4.739.491	15.755	4.755.246

Estimativa de justo valor - ativos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os respectivos níveis de hierarquia de justo valor:

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros ao justo valor	Caixa, bancos e títulos negociáveis	52.254	-	-
Ativos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	3.856	6.690
Ativos financeiros ao justo valor	Outros investimentos	2.053	-	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Instrumentos financeiros derivados	-	16.589	-

Estimativa de justo valor – ativos e passivos que não estão ao justo valor

A mensuração do justo valor dos instrumentos financeiros derivados baseia-se em parâmetros extraídos de base de dados de agências de informação externas, sendo os resultados obtidos confrontados com as correspondentes avaliações efetuadas pelas contrapartes.

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado nas Notas 37 e 40, a maioria encontra-se contratada a taxas de juro variável com margens que se estimam serem próximas das que seriam possíveis ser contratadas em 31 de dezembro de 2017. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado, com exceção das Senior Notes emitidas pela Cimpor B.V. e de dívida contraída nas

áreas de negócio do Brasil (e também na área de negócio da Argentina e Paraguai para o comparativo apresentado de dezembro de 2016), cujo efeito da valorização ao justo valor, face ao respectivo contábilístico é o seguinte:

	Dezembro 2017	Dezembro 2016
Justo valor	1.012.404	1.410.143
Valor contábilístico	1.019.187	1.500.195

Na **Empresa**, as disposições da IAS 39 foram aplicadas aos seguintes itens:

2017	Disponibilidades, empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	155	-	-	155
Clientes e adiantamentos a fornecedores	769	-	-	769
Outros investimentos	-	87	-	87
Outras dívidas de terceiros não correntes	6.000	-	-	6.000
Outras dívidas de terceiros correntes	1.011	-	-	1.011
Outros ativos correntes	467	-	-	467
Total de ativos financeiros	8.402	87	-	8.489
Passivos:				
Empréstimos não correntes	-	-	35.000	35.000
Empréstimos correntes	-	-	15.000	15.000
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	1.506	1.506
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	145.880	145.880
Outros passivos correntes	-	-	2.221	2.221
Total de passivos financeiros	-	-	199.606	199.606

2016	Disponibilidades, empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	908	-	-	908
Clientes e adiantamentos a fornecedores	538	-	-	538
Outros investimentos	-	87	-	87
Outras dívidas de terceiros não correntes	8.300	-	-	8.300
Outras dívidas de terceiros correntes	685	-	-	685
Outros ativos correntes	8	-	-	8
Total de ativos financeiros	10.439	87	-	10.526
Passivos:				
Empréstimos não correntes	-	-	50.000	50.000
Fornecedores e adiantamentos a clientes	-	-	321	321
Outras dívidas a terceiros correntes	-	-	2.817	2.817
Outros passivos correntes	-	-	1.151	1.151
Total de passivos financeiros	-	-	54.289	54.289

46. Notas às demonstrações de fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, caixa e equivalentes de caixa para efeitos da apresentação dos fluxos de caixa, tinham a seguinte composição:

	Grupo		Empresa	
	2017	2016	2017	2016
Numerário	1.029	448	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	865.947	311.155	155	908
Depósitos a prazo	119.305	118.467	-	-
Títulos negociáveis	108.188	96.933	-	-
	<u>1.094.469</u>	<u>527.002</u>	<u>155</u>	<u>908</u>

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria, títulos de dívida pública, certificados de depósito e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A rubrica de Caixa, bancos e títulos negociáveis nas demonstrações das posições financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 inclui, adicionalmente, um montante de 62.127 milhares de euros e 48.964 milhares de euros, respetivamente, correspondentes a títulos negociáveis que não cumprem integralmente com os requisitos necessários para reconhecimento como caixa e equivalentes na demonstração de fluxos de caixa.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 há a salientar no **Grupo**, de entre os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento ocorridos, os seguintes:

Atividades operacionais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de recebimento de clientes foi influenciada por acordos de cessão de crédito estabelecidos com as partes relacionadas, Camargo Corrêa, S.A. e a CCSA Finance Ltd., no montante de aproximadamente 51.557 milhares de euros (Nota 47) e com instituições financeiras, no montante de 8.124 milhares de euros.

Atividades de investimento

2017:

A rubrica de recebimentos de fundos exclusivos e outros investimentos refere-se: i) ao recebimento proveniente da operação no "IPO" da Loma Negra, no montante de 876.317 milhares de euros (Nota introdutória); ii) ao recebimento proveniente da venda da participação na Estreito no montante de cerca de 78 milhões de euros (290 milhões de reais) (Nota 4); iii) ao resgate de fundos exclusivos na área de negócios do Brasil no montante de 32.653 milhares de euros; e iv) ao reembolso das unidades de participação da Luso Carbon pelo montante de 696 milhares de euros.

A rubrica de pagamento de fundos exclusivos e outros investimentos refere-se: i) à constituição de um depósito a prazo a mais de doze meses que não cumpre integralmente com os requisitos necessários para reconhecimento como caixa e equivalentes, no montante 25.140 milhares de euros, encontrando-se registado em títulos negociáveis; ii) às aplicações nos fundos exclusivos na área de negócios do Brasil no montante de 19.850 milhares de euros.

A rubrica de outros recebimentos refere-se essencialmente ao reembolso obtido na área de negócios do Brasil, de um empréstimo concedido à InterCement Áustria Holding GmbH num montante de 10 milhões de USD (8.879 milhões de euros) (Nota 47).

2016:

A rubrica de recebimentos de fundos exclusivos e outros investimentos refere-se: i) ao recebimento proveniente da venda da participação na Machadinho no montante de 72.606 milhares de euros; ii) ao recebimento remanescente, no montante de 4.393 milhares de euros, proveniente da venda, efetivada no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de 15,99% da participação financeira na Yguazu e; iii) ao resgate de fundos exclusivos no montante de 17.454 milhares de euros.

A rubrica de pagamento de fundos exclusivos e outros investimentos refere-se essencialmente às aplicações nos fundos exclusivos no montante de 29.782 milhares de euros.

Atividades de financiamento

2017:

A rubrica de recebimentos de empréstimos inclui: i) na área de negócios de Portugal e Cabo Verde, a contratação de um financiamento, no montante de 100 milhões de euros; ii) na área de negócios da Argentina e Paraguai, a contratação de um financiamento no montante de 65 milhões de USD (59 milhões de euros), adicionalmente na Yguazu Cimentos, S.A. foram contraídos dois novos empréstimos, no montante total de 423.000 milhões de PYG, equivalente a cerca 66 milhões de euros.

A rubrica de pagamentos de empréstimos inclui: i) a amortização de 726.900 milhares de euros, correspondente a três empréstimos contratados com a InterCement Áustria Holding GmbH (Notas 37 e 47), e a operação de recompra de obrigações emitidas no montante de 11 milhões de USD (9 milhões de euros) (Nota 37); ii) a pré-amortizações parciais, nos montantes de 132 milhões de USD (cerca de 110 milhões de euros) e 100 milhões de euros; iii) na área de negócios do Brasil, a amortização parcial dos empréstimos obrigacionistas, no montante de 220 milhões de BRL (61 milhões de euros), referente à 1ª e 2ª emissão da 2ª série e à amortização parcial de 200 milhões de BRL (55 milhões de euros), do empréstimo obrigacionista com o CCB, adicionalmente foi também pré-amortizado parcialmente, um financiamento, no montante aproximado, de 122 milhões de BRL (37 milhões de euros); iv) na área de negócios da Argentina e Paraguai, a amortização do financiamento no montante de 55 milhões de USD (cerca de 44 milhões de euros), adicionalmente foi efetuada a liquidação antecipada de cerca de 69 milhões de USD (67 milhões de euros) de um financiamento, no montante inicialmente contratado

de 100 milhões de USD, através da negociação de nova dívida em PYG; v) amortização parcial, em 22 milhões de USD (21 milhões de euros), da Tranche A, do Syndicated Loan.

A rubrica de recebimentos prestações acessórias diz respeito ao recebimento de 700 milhões de euros da Intercement Austria Holding GmbH (Nota 47).

A rubrica de outros recebimentos de atividades de financiamento diz respeito, essencialmente, à liquidação dos instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura, no montante de 209 milhões de euros (Nota 37). A rubrica de outros pagamentos de atividades de financiamento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, inclui: i) pagamento de dividendos aos interesses sem controlo, em particular pela Intercement Brasil, S.A. à Barra Grande e Machadinho, no montante 27.921 milhares de BRL (7.146 milhares de euros) e 23.911 milhares de BRL (6.120 milhares de euros), respetivamente e ii) a liquidação de um instrumento financeiro derivado não qualificado como cobertura, no montante de 15 milhões de BRL (cerca de 5 milhões de euros) (Nota 37).

2016:

A rubrica de recebimentos de empréstimos inclui: i) na área de negócios da Argentina a contratação de dois financiamentos nos montantes de 320 milhões de ARS e 50 milhões de USD, respetivamente; ii) na área de negócios do Brasil a contratação de um financiamento no montante de 300 milhões de BRL e iii) na área de negócios do Egito a contratação de um financiamento no montante de 300 milhões de EGP.

A rubrica de pagamentos de empréstimos inclui: i) a operação de recompra de obrigações emitidas no montante de 77 milhões de euros (Nota 37); ii) a amortização antecipada de uma parcela de 76 milhões de USD do financiamento de 500 milhões de USD e iii) na área de negócios do Brasil a amortização parcial antecipada, no montante de 170 milhões de BRL, de um empréstimo obrigacionista referente à 2ª emissão da 2ª série, no montante inicialmente contratado de 500 milhões de BRL.

A rubrica de outros recebimentos de atividades de financiamento inclui o pagamento de dividendos aos interesses sem controlo.

Na **Empresa**, de entre os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, destacam-se os seguintes:

Recebimentos de investimentos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de recebimentos de investimentos financeiros diz respeito ao recebimento de 60.274 milhares de euros, referente à redução de capital efetuada pela Cimpor Portugal, SGPS, S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 diz respeito ao recebimento pela alienação da participação financeira na Cimpship – Transportes Marítimos S.A..

Recebimentos de dividendos

	2017	2016
Cimpor Financial Operations BV	2.685	700
Cimpor Egipt for Cement	1	-
	<u>2.686</u>	<u>700</u>

Financiamentos concedidos

	2017	2016	
	Valores recebidos no exercício	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	2.300	14.400	7.000
Kandmad, SGPS, Lda. / Cimpship	-	24.709	22.326
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	-	-	1.000
	<u>2.300</u>	<u>39.109</u>	<u>30.326</u>

Financiamentos obtidos

	2017	2016	
	Valores recebidos no exercício	Valores recebidos no exercício	Valores pagos no exercício
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	-	22.326	22.326
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	40.000	-	-
	<u>40.000</u>	<u>22.326</u>	<u>22.326</u>

Outras informações

Considerou-se no movimento líquido de Imposto sobre o Rendimento a totalidade dos pagamentos efetuados por conta do grupo fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as rubricas de Recebimentos e pagamentos de empréstimos dizem respeito à subscrição e reembolso de papel comercial no montante de 50 milhões de euros, respetivamente (Nota 37).

47. Partes relacionadas

As transações e saldos entre as empresas consolidadas pelo método integral foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente Nota.

Os termos ou condições praticados entre as empresas do Grupo e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre o Grupo e as empresas associadas e outras partes relacionadas estão detalhados abaixo:

	Empresas associadas e outras		Grupo Camargo Corrêa e seus controladores	
	2017	2016	2017	2016
Ativos:				
Clientes e adiantamentos a fornecedores	560	618	4.527	302
Outros dívidas de terceiros (Nota 22)	59	32	2.633	14.029
	619	650	7.159	14.331
Passivos:				
Provisões	-	-	481	-
Fornecedores	1.291	1.799	757	520
Outros empréstimos obtidos (Nota 37)	-	41.843	-	768.743
Outras dívidas a terceiros (Nota 41)	4.166	493	8.944	3.533
Outros passivos correntes	-	-	4.650	14.957
	5.457	44.134	14.832	787.752
Transações:				
Compras e fornecimentos e serviços externos	(11.939)	(11.555)	(8.657)	(7.552)
Vendas e prestação de serviços	3.403	3.983	3.579	7.892
Outros custos operacionais	-	-	-	(32)
Outros proveitos operacionais	170	18	-	1
Custos e proveitos financeiros, líquidos	-	(700)	(14.974)	(17.441)
	(8.365)	(8.254)	(20.052)	(17.133)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, são de salientar as seguintes transações com as empresas controladoras da CCSA, realizadas de acordo com as condições relevantes de mercado:

- Durante o primeiro semestre de 2017, ocorreu a aquisição, a duas empresas controladoras - Administradora PMV Ltda. e Participações Morro Vermelho S/A, de 100% da participação financeira na CECC Incorporadora e Administradora de Bens, Ltda. no montante de 14.642 milhares de euros (Nota 4), entidade detentora de um terreno em São Paulo onde está instalada uma central de betão do Grupo o qual se encontrava arrendado;
- Foram realizados acordos de cessão de crédito entre várias empresas do Grupo, a Camargo Corrêa, S.A. e a CCSA Finance Ltd., no montante de, aproximadamente, 51.557 milhares de euros (Nota 46);
- Na área de negócios do Brasil, várias propriedades foram vendidas à Participações Morro Vermelho, S.A. pelo montante de 7.259 milhares de euros (26.310 milhares de BRL), e na área de negócios de Portugal e Cabo Verde várias propriedades foram vendidas à PARMV Properties – Empreendimentos S.A., no montante de 3.465 milhares de euros;

- O saldo a pagar à InterCement Áustria Holding GmbH, de cerca 727 milhões de euros, correspondente a três empréstimos, existente em 31 de dezembro de 2016, foi amortizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Notas 37 e 46);
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a empresa recebeu da InterCement Áustria Holding GmbH, prestações suplementares de capital, no montante de 700 milhões de euros (Nota 46).
- O reembolso de um empréstimo concedido à InterCement Áustria Holding GmbH num montante de 10 milhões de USD (8.879 milhões de euros) (Nota 46).
- De salientar ainda o facto de que diversos empréstimos são garantidos por entidades controladoras da Empresa, conforme evidenciado na Nota 37.

Benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração e da Alta Direção

Os benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração da Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. e aos membros da Alta Direção do Grupo e da Empresa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram os seguintes:

No Grupo:

	2017		2016	
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável
Conselho de Administração				
Administradores com funções Executivas até 16 de julho de 2012	-	-	-	1.015
Administradores executivos	296	-	296	-
Administradores não executivos	536	-	808	-
	833	-	1.104	1.015
Alta Direção	2.622	659	3.358	538
	3.455	659	4.463	1.553
Benefícios de curto prazo	3.422	659	4.430	1.553
Benefícios pós-emprego	32	-	32	-
	3.455	659	4.463	1.553

Na Empresa:

	2017		2016	
	Componente fixa	Componente variável	Componente fixa	Componente variável
Conselho de Administração				
Administradores com funções Executivas até 16 de julho de 2012	-	-	-	1.015
Administradores executivos	296	-	296	-
Administradores não executivos	536	-	808	-
	833	-	1.104	1.015
Benefícios de curto prazo	833	-	1.104	1.015
	833	-	1.104	1.015

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e as transações nos exercícios findos naquelas datas entre a **Empresa** e as partes relacionadas, foram como segue:

Saldos

	Cientes, conta corrente	Outras dívidas de terceiros (Nota 22)	Fornecedores, conta corrente (Nota 43)	Acionistas do grupo, contas a pagar (Notas 41 e 42)
Subsidiárias:				
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	2	-	-
Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.	-	9	-	-
Cement Services Company, S.A.E.	-	160	-	-
Cement Trading Activities - Comercio Internacional, S.A.	-	-	-	1
Cimentos de Moçambique, SARL	-	1	-	-
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	308	-	-	104.275
Cimpor Imobiliária, S.A.	-	-	-	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	461	496	1.170	88
Cimpor Reinsurance, S.A.	-	66	-	-
Cimpor Portugal , SGPS, S.A.	-	6.602	-	40.131
Cimpor Trading e Inversiones, S.A.	-	-	-	2.040
Imopar, SARL	-	10	-	-
Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel,S.A.	-	-	-	2
	769	7.346	1.170	146.538

	2016		
	Cientes, conta corrente	Outras dívidas de terceiros (Nota 22)	Acionistas do grupo, contas a pagar
Subsidiárias:			
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	2	-
Betão Liz, S.A.	-	-	2
Cement Services Company, S.A.E.	-	106	-
Cement Trading Activities - Comercio Internacional, S.A.	-	-	1
Cimentos de Moçambique, SARL	-	1	-
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	308	23	18
Cimpor Imobiliária, S.A.	-	1	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	231	33	205
Cimpor Portugal , SGPS, S.A.	-	8.687	2.667
Imopar, SARL	-	12	-
	538	8.865	2.894

As Outras dívidas de terceiros da Cimpor Portugal, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e 2016 incluem financiamentos concedidos nos montantes de 6.000 milhares de euros e 8.300 milhares de euros, respetivamente, os quais vencem juros a taxas normais de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Acionistas do grupo, contas a pagar” inclui: i) o montante remanescente a liquidar à Cimpor Indústria de Cimentos, S.A. referente à aquisição de 9,48% do capital da Cimpor Trading e Inversiones, S.A. e ii) na Cimpor Portugal, SGPS, S.A. apoios de tesouraria obtidos no montante total de 40.000 milhares de euros.

Transações:

	2017				
	Fornecimentos e serviços externos	Prestações de serviços	Outros proveitos operacionais	Juros suportados (Nota 12)	Juros obtidos (Nota 12)
Amreyah Cimpor Cement Compay	-	-	9	-	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	1.033	750	20	-	-
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	-	2.250	1	-	-
Cimpor Portugal , SGPS, S.A.	-	-	-	131	240
	1.033	3.000	30	131	240

-

	2016				
	Fornecimentos e serviços externos	Prestações de serviços	Outros proveitos operacionais	Juros suportados (Nota 12)	Juros obtidos (Nota 12)
Agrepor Agregados - Extração de Inertes, S.A.	-	-	1	-	-
Betão Liz, S.A.	-	-	11	-	-
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão Empresas, S.A.	1.757	750	16	-	-
Cimpor Indústria de Cimentos, S.A.	-	3.000	22	4	-
Cimpor Portugal , SGPS, S.A.	-	-	-	-	447
Kandmad, SGPS, Lda.	-	5	-	-	-
	1.757	3.755	50	4	447

48. Eventos subsequentes

Plano de *Liability Management* da Cimpor

Em 2018, na persecução do plano *Liability Management*, a Cimpor pré-pagou 289 milhões de euros, reequilibrando a sua curva das maturidades e aumentou da maturidade média da dívida. Foi dada prioridade aos empréstimos sindicatos e bilaterais ao nível das holdings. O pré pagamento do Sindicato Bancário ascendeu a 199 milhões de euros, 30% do montante total, enquanto o pré pagamento dos empréstimos bilaterais ascendeu a 90 milhões de euros.

Nova Moagem em Moçambique

Em Março de 2018 o Grupo adquiriu uma nova moagem na região de Matola (Moçambique) por um montante de 32,5 milhões de USD, reafirmando o seu compromisso com o desenvolvimento económico da região.

50. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizada a sua emissão, pelo Conselho de Administração em 7 de maio de 2018, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas agendada para 29 de maio de 2018.

O Conselho de Administração

Daniel Proença de Carvalho

Armando Sérgio Antunes da Silva

Luis Miguel Da Ponte Alves Fernandes

Paulo Sérgio de Oliveira Diniz

José Édison Barros Franco

António Henriques de Pinho Cardão

António Soares Pinto Barbosa

Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS DA CIMPOR – CIMENTOS DE PORTUGAL, SGPS, S.A. DO EXERCÍCIO DE 2017

Nos termos da alínea g) do nº1 artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. apresenta o relatório sobre a sua ação fiscalizadora e o parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da sociedade à Assembleia Geral.

Fiscalização da Sociedade

No decorrer do ano de 2017, a Comissão de Auditoria acompanhou o sistema de gestão de risco e de controlo interno adotado pela companhia, monitorizando regularmente a atividade desenvolvida pela auditoria interna da sociedade através do acesso a informações prestadas por estes serviços, no âmbito dos trabalhos realizados de acordo com a programação aprovada pela Comissão de Auditoria. A Comissão de Auditoria entende que os sistemas em prática têm permitido progredir na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos a que a Sociedade se encontra exposta.

A Comissão de Auditoria zelou pela observância da lei e do respetivo contrato de sociedade, pela exatidão dos documentos de prestação de contas, tendo verificado a regularidade dos registos contabilísticos, a adequação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados, e fiscalizado o processo de preparação e divulgação da informação financeira, incluindo a informação que foi prestada ao mercado.

No que respeita a negócios entre partes relacionadas a submeter à apreciação da Comissão de Auditoria a Comissão de Auditoria pronunciou-se favoravelmente quanto às seguintes transações:

- i. pedido de adiamento do pagamento de empréstimos contraídos pela Cimpor Trading e Inversiones junto da InterCement Austria Holding GmbH;
- ii. solicitação de pré-pagamento de ICL, tomado pela InterCement Austria Holding GmbH junto da InterCement Brasil, S.A.;
- iii. ratificação da deliberação de aquisição pela InterCement Brasil, S.A. da totalidade do capital social da CECC Incorporadora e Administradora de Bens, Ltda;
- iv. prestação à Cimpor sujeita ao regime de prestações suplementares por parte do acionista controlador da Cimpor (InterCement Austria Holding GmbH);
- v. alienação de terrenos e recebíveis (em Portugal e no Brasil) a sociedades na esfera do accionista controlador.

A comissão acompanhou, também, regularmente a informação sobre o sistema vigente de receção e tratamento de irregularidades de natureza financeira e contabilística.

A Comissão de Auditoria não se defrontou com qualquer constrangimento ao exercício da sua atividade, tendo reunido onze vezes e participado, com a presença de todos os seus membros, em todas as reuniões do Conselho de Administração.

A Comissão de Auditoria manteve os contactos necessários com o Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo para o planeamento e acompanhamento dos trabalhos de auditoria efetuados e do desenvolvimento das respetivas conclusões.

Neste contexto, foram discutidos, o andamento dos trabalhos conducentes à auditoria sobre as demonstrações financeiras, o nível de cooperação dos serviços da sociedade para com o Auditor Externo, as dificuldades eventualmente encontradas no âmbito do sistema de controlo interno implementado e das políticas contabilísticas adotadas e os efeitos materiais de políticas e procedimentos contabilísticos implementados.

Foram objecto de particular atenção e análise, nomeadamente, as alterações decorrentes da perda de qualidade de sociedade aberta da Cimpor–Cimentos de Portugal, SGPS, S.A, a Oferta Pública Inicial de Ações da subsidiária Loma Negra C.I.A.S.A., em Nova Iorque e Buenos Aires, a realização de prestação sujeita ao regime de prestações suplementares por parte do acionista controlador (InterCement Austria Holding, GmbH) e a significativa recapitalização e desalavancagem financeira proporcionadas por aquelas operações.

As reuniões regulares havidas com o Auditor Externo permitiram à Comissão de Auditoria formular um parecer muito positivo quanto à integridade, rigor, competência, qualidade dos trabalhos e independência com que os auditores levaram a cabo os respetivos trabalhos de revisão e auditoria às demonstrações financeiras, bem como da fiabilidade da informação financeira publicada.

Declaração de responsabilidade

Os membros da Comissão de Auditoria declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., todos relativos ao exercício de 2017, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos

resultados daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição daquela sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Parecer

A Comissão de Auditoria examinou as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração aos Senhores Acionistas, o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais incluem as demonstrações da posição financeira consolidada, a demonstração individual e consolidada dos resultados, as demonstrações individuais e consolidadas dos rendimentos integrais, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio e respetivos anexos, do exercício findo àquela data, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

No âmbito das suas competências analisou as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria sobre as referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, elaborados pelo Revisor Oficial de Contas.

A Comissão de Auditoria concorda com as Certificações Legais das Contas individuais e consolidadas elaboradas pelo Revisor Oficial de Contas.

Em face do exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Relatório de Gestão em 31 de dezembro de 2017, bem como a proposta de aplicação dos resultados expressa no Relatório de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis pelo que nada obsta à sua aprovação pelos Acionistas.

Lisboa, 3 de maio de 2018

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“Entidade”) e suas subsidiárias (“Grupo”), que compreendem as demonstrações consolidada e separada da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidenciam um total de 4.398.105 milhares de Euros e 2.099.208 milhares de Euros, respetivamente e um total de capital próprio consolidado de 641.624 milhares de Euros e individual de 1.884.170 milhares de Euros, incluindo um resultado consolidado líquido negativo atribuível aos acionistas de 490.259 milhares de Euros e um resultado individual líquido negativo de 11.311 milhares de Euros), as demonstrações consolidada e separada do resultado e de outro rendimento integral, as demonstrações consolidada e separada das alterações no capital próprio e as demonstrações consolidada e separada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas e separadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada e separada da Cimpor – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados e separados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano findo em 31 de dezembro de 2016 incluía uma incerteza material quanto à continuidade das operações, a qual não é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas e separadas do ano findo em 31 de dezembro de 2017, face ao reforço dos capitais próprios e redução do nível de endividamento decorrentes, nomeadamente, de prestações acessórias efetuadas pelo acionista maioritário e da alienação de interesses sem controlo e de outros ativos, conforme divulgado nas Notas 31, 39, 46 e 47 do anexo àquelas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas e separadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação e o seu desempenho financeiro consolidado e separado e os seus fluxos de caixa consolidados e separados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade e do Grupo em se manterem em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e separadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e separadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA

detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade e do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade e do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e separadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e separadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de maio de 2018

Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Carlos Alberto Ferreira da Cruz, ROC

CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.

Capital Social: EUR 672 000 000

Número Único de Pessoa Coletiva e

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa: 500 722 90

SEDE

Rua Alexandre Herculano, 35

1250-009 Lisboa

Tel.: +351 21 311 81 00

Fax: +351 21 356 13 81

dcom@cimpor.com

www.cimpor.pt



**Construindo
parcerias
sustentáveis**